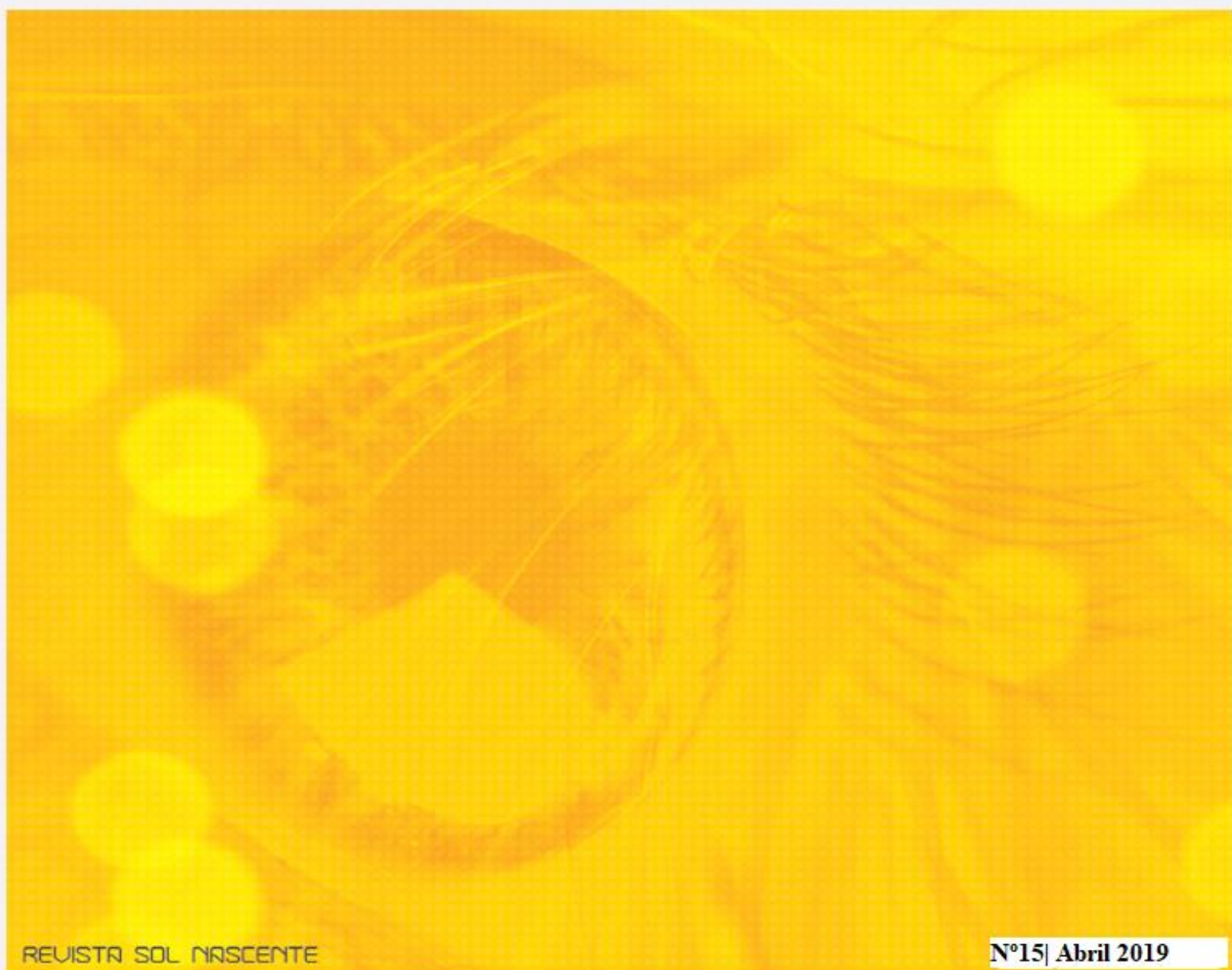


CISN CENTRO DE INVESTIGAÇÃO SOL NASCENTE



Nº15 – ABRIL 2019 | ISSN: 2304-0688

investigacao.solnascente@ispsn.org

inaciovalentim82@ispsn.org

irene.moises@ispsn.org

fatima.sousa@ispsn.org

CONSELHO DE REDACÇÃO

Director: Inácio Valentim (ISPSN) Angola

Secretária de Redacção: Irene Inakulo Moisés (ISCED-ISPSN) Angola

Fátima Sousa Rodrigues (ISPSN) Angola

Editor: ISPSN – Instituto Superior Politécnico Sol Nascente

Arranjos Técnicos: Herménia Capita (ISPSN) Angola

Manuel Sapalalo (ISPSN) Angola

CONSELHO CIENTÍFICO

Adelino Sanjombe (ISPSN) Angola

Agemir Bavaresco (PUCRS) Brasil

António Gómez Ramos (UC3M) Espanha

António Matos Ferreira (CHER-UCP) Portugal

Beatriz Cecilia López Bossi (UCM) Espanha

David Boio (ISPSN) Angola

Diane Lamoureux (LAVAL) Canada

Dulce Inakulo de Sousa (ISPSN) Angola

Eduardo Vera Cruz (UL) Portugal

Feliciano A. Salica Hossi (ISPSN) Angola

Félix Duque (UAM) Espanha

Fernando Rampérez (UCM) Espanha

Hugo Bento de Sousa (Médico) Portugal

Inácio Valentim (ISPSN-CFCUL) Angola

Irene Inakulo Moisés (ISCED-ISPSN) Angola
Ivone Moreira (IEP - UCP) Portugal
José Pedro Serra (FLUL) Portugal
José Saragoça (Universidade de Évora) Portugal
José Zeferino (ISPSN) Angola
Lucas Piedade Cassinda (ISPSN) Angola
Manuel Simão (UAN) Angola
Marcelino Chipa (IFTS-ISPSN) Angola
Miguel Morgado (IEP - UCP) Portugal
Olga Maria Pombo Martins (UL - CFCUL) Portugal
Pedro Cassiano (ISPSN) Angola
Renata Karina Reis (USP) Brasil
Sérgio Sardi (PUCRS) Brasil
Simão Esperança (UJES) Angola
Tadeu Weber (PUCRS) Brasil
Tarcísio Memória Eculica (ISPSN) Angola

CONSELHO DE ASSESSORES

Manuel Martins (ISPSNG) Angola
António Miranda (Político) Cabo Verde
Pablo Gómez Manzano (U.Valparaíso-UC3M) Chile
Jorge Manuel Benítez (UNA-UAM) Paraguai
Lola Blasco Mena (UC3M) Espanha
Miguel Ángel Cortés Rodríguez (Salamanca) Espanha
Nuno Melin (UL. CFCUL) Portugal
Pamela Colombo (CSIC) Espanha
Raimundo Tavares (Advogado) – Cabo Verde
Vicente Muñoz-Reja (UAM) Espanha

EDITORIAL

IDENTIDADE, CULTURA E EDUCAÇÃO

“É preciso toda uma aldeia para educar uma criança”

Provérbio africano

Sendo, este, um provérbio africano, aplica-se a qualquer país, continente ou cultura. As crianças asseguram a identidade e a sobrevivência de um país, por isso se avalia o seu grau de desenvolvimento pela forma como trata as suas crianças.

Angola possui muitos recursos naturais, incluindo o petróleo, imensas extensões de terras aráveis no planalto interior húmido, as importantes reservas de minerais sólidos, o potencial hidroelétrico, as pescas, os parques naturais e turísticos, uma savana povoada de raros animais, uma enorme floresta tropical, diamantes que “brotam” do chão, o rio Zambeze e vários afluentes do rio Congo que têm as suas nascentes em Angola e uma abundante força de trabalho.

Mas, o mais importante. É que em Angola nascem muitas crianças, a maior e mais sustentável riqueza de um país, um tesouro inestimável.

A taxa de nascimento, ou taxa bruta de natalidade - fator dominante na determinação da taxa de crescimento populacional – atingiu em 2017, 44,2, o valor mais elevado nos últimos anos. Desde 2000, ano em que se verificou uma taxa de nascimento de 42,91, os valores foram descendo lentamente até 2011. A partir daí, a descida foi vertiginosa até 2016, ano em que atingiu 38,6, o valor mais baixo (IndexMundi). No entanto, o aumento verificado em 2017 traz-nos a esperança no crescimento da natalidade.

Com a taxa de fertilidade a atingir a média de 5,6 filhos por mulher, Angola tem a garantia de um valor seguro, a riqueza humana. Cabe à sociedade em geral, e às comunidades em particular, preservar este potencial.

Considerando que a família é a célula fundamental da sociedade e que a parentalidade é uma função essencial para as nossas sociedades, e para o seu futuro, devemos estar conscientes das numerosas mudanças e desafios com os quais são hoje confrontadas as famílias. Torna-se necessário, por isso, valorizar e apoiar a parentalidade, pois este apoio é essencial às crianças e aos pais.

A parentalidade é uma função complexa com a influência de muitos fatores. Os pais e os filhos são construtores ativos dos seus ambientes. O processo da parentalidade envolve numerosas interações entre a criança e o ambiente. Desde a história pessoal dos pais, às histórias das suas famílias. A própria economia afeta a parentalidade. Por isso os pais de hoje enfrentam níveis sem precedentes de *stress* social e económico.

Sabendo que existem, na sociedade atual, circunstâncias que tornam a parentalidade especialmente desafiante, a comunidade académica tem aqui um relevante papel, cabendo-lhe investigar, de forma a avaliar os fatores de proteção e os fatores de risco associados aos contextos e processos de desenvolvimento humano, neste caso, os contextos mais próximos de Huambo, tendo, como principal objetivo, com base nos resultados da investigação e na evidência científica, a promoção, a nível nacional e internacional dessa ancestral prática de carregar as crianças às costas, *Care by Carrying*. Por outro lado, também à academia cabe a importante missão de formar profissionais que promovam o desenvolvimento saudável das crianças com base numa *Parentalidade Positiva*.

No Huambo, como noutras regiões de Angola, as mães transportam as suas crianças às costas e, desta forma, promovem, no meu entender, uma *Vinculação Segura* que constitui o laço precoce, que une a criança à mãe, criando uma base segura, para o seu desenvolvimento como criança e, mais tarde, a sua autonomia, como adulto, capaz de criar ligações fortes e saudáveis às pessoas e ao mundo, pois a qualidade da vinculação é determinante no desenvolvimento da criança em todos os seus domínios e é marcante na organização da personalidade.

Olhar a parentalidade através das lentes evolucionistas pode ser útil para compreender aspetos importantes do cuidar da criança, nas sociedades contemporâneas; os diferentes estilos de criar uma criança podem resultar de diferentes padrões de vinculação. Por exemplo, mães que respondem contingentemente e que são responsivas aos sinais dos seus filhos relativamente às suas necessidades, originam crianças com uma vinculação segura

As crianças que estabelecem uma vinculação segura com as suas mães, tendem a apresentar melhores indicadores de desenvolvimento, socialização e saúde mental quando comparadas com as crianças com vinculação insegura. A investigação tem indicado que a proximidade física e a disponibilidade materna são fundamentais para o estabelecimento da vinculação segura. Ora, com este tipo de transporte a mãe encontra-se numa situação em que, responder contingentemente às necessidades da criança é, não só mais fácil, mas imperativo, uma vez que a criança já faz parte do seu espaço relacional físico/afetivo, “*perto da vista, perto do coração*”.

Cumprindo o princípio anunciado no Editorial do primeiro número da Revista Sol Nascente, pelo seu Coordenador, Inácio Valentim, aqui deixo o desafio da investigação, no campo da PARENTALIDADE e da VINCULAÇÃO, integre a “*ação académica e formativa*” do ISPSN.

Universidade Portucalense, Porto, 16 de Abril de 2019

Olívia de Carvalho

ÍNDICE

EDITORIAL.....	4
ARTIGOS.....	9
FILOSOFIA	
¿QUÉ PUEDE SIGNIFICAR NO ESTAR ATADO A LA VIDA? SOBRE SUBJETIVIDAD Y RECONOCIMIENTO EN HEGEL.....	10
ANTONIO GÓMEZ RAMOS	
POLÍTICA	
LEI DOS PARTIDOS POLÍTICOS E SISTEMA PARTIDÁRIO EM ANGOLA	34
CRISTHOFFER ANTUNES KAPUWA	
PSICOLOGIA	
EXCLUSÃO SOCIAL E POBREZA JUVENIL NA CIDADE DO HUAMBO: UM ESTUDO DE CASO DOS LAVADORES DE CARROS NAS RUAS	52
BENEDITO JOVIAL KAVITA	
ECONOMIA	
O POSICIONAMENTO DO PRODUTO NAS PEQUENAS EMPRESAS SOB ÓPTICA DA CONCORRÊNCIA. ESTUDO DE CASO ORGANIZAÇÕES HENG (RISCA- RISCA) LDA - HUAMBO	75
ELIAS COYOMBE CHIAMBO NDJAMBA	
CAUSAS DA CRISE ECONÓMICA E SOLUÇÕES PARA O CASO DE ANGOLA.	96
FERNANDO HENRIQUES VUNGE	
DIREITO	
ENTRE AS GARANTIAS ADMINISTRATIVAS DOS PARTICULARES NO DIREITO ANGOLANO: A QUEIXA AO PROVEDOR DE JUSTIÇA	106
VIVAZ BANDEIRA	
SEMANA ACADÉMICA	
O PAPEL DO ACADÉMICO NA SOCIEDADE ANGOLANA HOJE.....	129
ADRIANO TCHITAWÉ SAVILOMBO	

RESENHA

ANA LUÍSA MENDES DA SILVA, D. <i>MANUEL NUNES GABRIEL. UMA VIDA CHEIA DE DOAÇÃO E SIMPLICIDADE</i> , LISBOA: ROMA EDITORA, 2017, 173 PÁGINAS	136
CARLOS ALBERTO ALVES	
NORMAS DE PUBLICAÇÃO.....	142



ARTIGOS/PAPERS

FILOSOFIA

¿QUÉ PUEDE SIGNIFICAR NO ESTAR ATADO A LA VIDA? SOBRE SUBJETIVIDAD Y RECONOCIMIENTO EN HEGEL

Antonio Gómez Ramos¹

“El pensamiento que mata al deseo, a su padre, se ve pronto alcanzado por la venganza de la estupidez”

Adorno²

1. *Un poco de historia*

La carrera del concepto de “reconocimiento” durante los últimos 30 años ha sido sinuosa. Al igual que todo buen concepto filosófico, emergió como propuesta para solucionar un problema, pero no deja de plantear otros más complicados. Cuando inició su ascenso, a finales de los años 70 del siglo pasado, retomado desde el idealismo alemán, el “reconocimiento” se planteaba como un prometedor correctivo a las insuficiencias y fallas más obvias del individualismo liberal y del contractualismo. Muchos percibían que éste, tomando como base individuos atomizados que interactúan casi mecánicamente, se enredaba un formalismo vacío y en aspectos procedimentales.³ Mientras, el extraordinario progreso de los estudios sobre el Hegel de Jena había sacado a la luz los elaborados esfuerzos del joven Hegel por, primero, comprender las comunidades como espacios intersubjetivos constituidos por estructuras de reconocimiento, y luego, explicitar el reconocimiento, no como un tipo particular de acción o de relación social, sino como un proceso genético de formación que va de la conciencia individual a la conciencia universal, determinando las diversas y específicas formas de interacción y de relación intersubjetiva por el lenguaje, el trabajo, el amor, o el contrato. La doctrina de la *Anerkennung* prometía renovar la filosofía política clásica, y permitía hacer una crítica de las instituciones desde la experiencia concreta de la conciencia, en lugar de recurrir a

¹ Professor Titular de Filosofia da Universidad Carlos III de Madrid

² *Minima moralia* Frankfurt, Suhrkamp, 2001, pág. 225

³ Cf. Sobre todo, Siepp, Ludwig, *Anerkennung als Prinzip der praktischen Philosophie*, Alber, 1979

principios formales atemporales. En seguida se la pudo apreciar como un poderoso contrapeso al contractualismo hegemónico en filosofía política.

En parte por esa razón, el concepto de reconocimiento como vía de reivindicación –y de reivindicación identitaria- fue rápidamente adoptado por el campo comunitarista.⁴ Las políticas de afirmación identitaria creían poder plantearse como políticas de reconocimiento de identidad que la justicia y el bien común requerían. Y, en la medida en que la crítica hegeliana a los presupuestos atomistas del Derecho moderno, a su unión abstracta de individuos aislados, se inspira en la filosofía política antigua articulada en la noción de eticidad, de una totalidad ética, Hegel podía ser relativamente asimilado a la perspectiva comunitarista o, en todo caso, a una posición antiliberal que relega al individuo moderno a un estatuto secundario.

Ahora bien, de lo que se trataba en el Hegel de Jena, o en las reconstrucciones contemporáneas de la noción de reconocimiento, no es de relegar al individuo a favor de un suprasujeto comunitario, sino de elaborar una noción de *individuo libre y racional* que fuera, justamente, la encarnadura del sujeto moderno. Un sujeto, en tanto que *racional y autónomo*, en el que la racionalidad no se entienda como un simple cálculo de intereses, ni la libertad como ausencia de restricciones para ejecutar los resultados de dicho cálculo. La alternativa es la perspectiva republicana que entiende la libertad y los derechos como donaciones de la comunidad o del Estado a la que el individuo pertenece, y que tanto se los da como se los protege y, en última instancia, los justifica. Pero esa perspectiva, en la que los críticos ven siempre un asomo de totalitarismo, requiere definir, a su vez, cómo se constituyen las relaciones entre los individuos particulares dentro de la comunidad, y la relación de cada individuo particular con el universal que es la comunidad en su conjunto. Es esa doble relación, de particular a particular, y del particular a lo general, lo que se trata de construir con la noción de reconocimiento.

Desde ese punto de vista, la teoría del reconocimiento suministraba vías para elaborar concepciones políticas capaces de mediar entre el abstracto individualismo liberal, formal y vacío, y el no menos abstracto, pero rebotante de contenido, comunitarismo.

2. Razones del reconocimiento

La restricción del debate académico en filosofía política a la discusión entre liberalismo y comunitarismo ha sido, seguramente, el gran lastre que ha pesado sobre la teoría política durante

⁴ vid. Por ejemplo, Charles Taylor, “La política del reconocimiento”, en *Argumentos filosóficos*, Barcelona, Paidós, 1997, págs. 293-334

los últimos decenios, y ha dejado a esta incapacitada para decir nada sobre las inmensas transformaciones que, entretanto, han ido teniendo lugar en el mundo contemporáneo: el significado profundo de la globalización para las comunidades socio-políticas, la creciente determinación de lo político por las dimensiones biológicas de lo humano y el consecuente sometimiento del hombre a un poder biopolítico, la realidad del poder desnudo y de la violencia, el retorno de la preocupación por subjetividad, individual o colectiva, frente a la limitación de lo político a negociaciones meramente identitarias.

Del los tres, es el último punto, el que se refiere al llamado retorno del sujeto tras su proclamada muerte en el postmodernismo y en las secuelas del estructuralismo, el que más íntimamente concierne a la noción de reconocimiento y el que hace ver que la propuesta hegeliana va mucho más allá de, y mucho más hondo que, el añoso debate entre comunitarismo y liberalismo. Es posible que los otros dos temas, biopolítica y globalización, puedan ser redefinidos en función de la noción de reconocimiento y sus tensiones internas, pero eso sería tema de otro escrito.

Ahora, se trata de retener que la reaparición de la subjetividad como una instancia autoreferencial, reflexiva y autónoma en algún sentido (determinar ese sentido se revelaría como el aspecto más espinoso) ha sido uno de los motivos determinantes en el pensamiento más reciente, y afecta a algo más que la dimensión socio-política. Desde luego, también a esta, y, como bien sospecharon los críticos del liberalismo, cuestiones como la de la responsabilidad, la alteridad, la diferencia, la pluralidad y la ciudadanía pasan directamente por el esclarecimiento del lugar y la función del sujeto: la materia de la que pueda estar hecho, el proceso de su constitución, su escisión interna y su condición plural.

¿Cómo pensar la condición subjetiva de esos individuos libres, autónomos, dotados de cuerpo, portadores de una identidad -reivindicada con vigor en caso de existirr tendencias comunitaristas-, y que son el elemento del mundo moderno? El problema del liberalismo es que, para caracterizar ese individuo, apenas tiene otra referencia que el yo de la apercepción transcendental, el sujeto noumenal kantiano. Y, al menos en el entorno de Kant, las pretensiones fundacionalistas de todas las versiones de este –ya fuera previamente el *cogito* cartesiano, ya la conciencia de Reinhold, ya la autoposición del Yo fichteano- acababan siempre enredadas en las aporías del escepticismo y del mentalismo. ¿Qué clase de contrato social está firmando un yo aislado, que se ve a sí mismo como último fundamento ontológico y epistemológico, pero no está seguro de si le es posible el conocimiento de otras mentes o de algo más que los fenómenos del mundo externo?

Hay cierto acuerdo en que Hegel empezó a esbozar la teoría del reconocimiento de Jena como reacción a los problemas del escepticismo planteados por *Enesidemo* (Schulze), secuela contemporánea de las discusiones en torno al yo transcendental kantiano. Y por eso, hay un paralelismo claro entre el planteamiento por Hegel de una teoría del reconocimiento como salida del transcendentalismo kantiano y la rehabilitación reciente del concepto de reconocimiento en los límites del liberalismo y de la democracia moderna. Hegel emprendió la tarea de destranscendentalizar el sujeto kantiano y sacarlo de las aporías y circularidades del subjetivismo⁵, planteando la intersubjetividad como núcleo de toda subjetividad efectiva posible, y mostrando que esa intersubjetividad se da en estructuras de reconocimiento construidas en la actividad del lenguaje, del trabajo, del amor, el contrato, el intercambio, etc. Hoy día, la cuestión del reconocimiento⁶ puede que se plantee ante los callejones sin salida del llamado relativismo cultural y de los límites del atomismo individualista que, en última instancia, se ha ido imponiendo en la filosofía política.

Merece la pena, por ello, examinar el concepto de reconocimiento en Hegel mismo y en algunas de sus versiones contemporáneas, esclarecerlo en la medida de lo posible, y delinear los problemas a los que responde y los problemas que él mismo plantea o reformula. Pues, como intentaré hacer ver, el reconocimiento, que permite esbozar una concepción pragmática e interactiva de la subjetividad, está sometido a profundas tensiones entre lo conceptual y lo sensible, entre lo universal y lo particular, que son propias del pensamiento contemporáneo y de sus urgencias políticas. Es cierto, en todo caso, que la teoría del reconocimiento ni es exclusivamente hegeliana⁷, ni está claro que haya tenido siempre el mismo valor dentro de la obra de Hegel. En general, ha dominado la interpretación de que Hegel, con el tiempo, modificó, suavizó o incluso abandonó los aspectos más originales de su concepción del reconocimiento: en los escritos de Jena, descubre el papel del lenguaje, del trabajo y de la acción intersubjetiva en la formación de la eticidad y, con ella de la autoconciencia; pero, a la altura de la Filosofía

⁵ Cf. Habermas, “Wege der Detranszendentalisierung. Von Kant zu Hegel und zurück“, en *Wahrheit und Rechtfertigung. Philosophische Aufsätze*, Frankfurt, Suhrkamp, 1999, págs. 186 sigs.

⁶ Sobre todo en los textos de Axel Honneth a partir de *Kampf um Anerkennung*, Frankfurt, Suhrkamp. 1994. Conviene tener siempre presente, en todo caso, Robert R. Williams, *Hegel's Ethics of Recognition*, U. of California Press, 1997. Y, más recientemente, Italo Testa, *La natura del riconoscimento*, Milano, Mimesis, 2010.

⁷ Está presente antes en Fichte. Para una discusión comparativa entre el reconocimiento en uno y otro, vid. El libro de Italo Testa mencionado arriba, págs. 172 sigs.

del Derecho y de la época Berlín, la intersubjetividad habría quedado reprimida,⁸ y la existencia social y política se entendería y legitimaría, dentro de la teoría de la eticidad, como manifestación de un gran proceso metafísico, un sujeto absoluto, etc. El neohegelianismo norteamericano reciente, sin embargo, sugiere una visión más continuista de la trayectoria hegeliana: no habría habido un corte entre el joven Hegel y el maduro, sino que el reconocimiento sigue jugando el mismo papel en Jena y en Berlín para dar cuenta del verdadero y único problema de Hegel en todo momento, que es el de la libertad.⁹ En el punto medio quedaría la *Fenomenología*, tan difícil de encajar en el sistema hegeliano, y con ese enigmático capítulo IV, cuya exposición del reconocimiento y de la lucha del amo y del esclavo ha sido en muchas ocasiones la carta de presentación de todo Hegel. En lo que sigue, adoptaré esa solución continuista, que nos permite movernos hacia adelante y hacia atrás por la obra de Hegel, pero centrando la atención en ese capítulo de la autoconciencia, para mostrar las dichas tensiones inherentes al reconocimiento.

3. Dos preguntas

El concepto de reconocimiento se inserta de modo natural en la dimensión social o intersubjetiva de la subjetividad. Frente al mentalismo de la filosofía moderna de la subjetividad, Hegel expone que los sujetos, los diferentes yoes, sólo se dan y constituyen en presencia de, en relación a, y en interacción con otros sujetos, con otros yoes, de modo que cada uno está literalmente atravesado y tejido por esa relación. Sostiene, además, que esa relación se da como reconocimiento recíproco en los diferentes ámbitos de la vida (que él estudia como trabajo, amor, contratos, intercambios, Derecho), donde una unión o reconciliación asume, conservándola, una escisión primera. Este primer esbozo suscita, cuando menos, dos preguntas interrelacionadas:

1) Una vez que se dice que el sujeto se constituye en el movimiento del reconocimiento, que no es una autoconciencia trascendental de todas sus representaciones mentales, queda todavía sin responderse propiamente *qué es un sujeto* como tal: cómo se da en él la reflexividad, la autonomía, y un cierto privilegio epistémico en el conocimiento de sí mismo (no

⁸ Es la expresión de Theunissen: “Verdrängte Intersubjektivität in Hegel’s Philosophie des Rechts”, en Henrich/Horstmann, *Hegel’s Philosophie des Rechts*, Stuttgart, 1982. Págs. 317-380.

⁹ Ver, sobre todo, Robert Pippin, y en concreto, “What is the Question for which Hegel’s Theory of Recognition is the Answer?” *European Journal of Philosophy*, 200 8:2, págs. 155-172. O bien Pinkard, *German Philosophy, 1760-1860. The Legacy of Idealism*, Cambridge UP, 2002. Y, en todo caso el libro de Robert Williams mencionado en la nota 5.

necesariamente la autotransparencia cartesiana) que son los rasgos definitorios del sujeto moderno. En todo caso, estas preguntas surgen cuando se intenta ver la teoría del reconocimiento como algo más que una teoría genética sobre la formación de la identidad social del yo. Para este tipo de teorías, ciertamente, se ha vuelto ineludible acudir a los procesos de interacción social al estudiar la formación de la autoconciencia¹⁰; pero entender el sujeto como el mero resultado de esa clase de procesos acaba por encerrar la pregunta filosófica en la estrecha caja de la psicología empírica o de la antropología. Y si el sujeto es algo más que eso, aunque lo presuponga, entonces:

2) *¿qué es lo que se reconoce en el reconocimiento? ¿Cuál es su contenido?* La pregunta se responde fácilmente cuando el sujeto se concibe meramente con un agregado de rasgos identitarios que son por ello objeto de su reivindicación, pero justo las formas de esa reivindicación han mostrado que esa concepción expresa una ceguera respecto a sí mismo, o una relación falseada de la subjetividad consigo misma, y una forma, por ello, muy parcial de reconocimiento, limitada a la autoafirmación de una particularidad presuntamente propia.

Un sujeto, por de pronto, es alguien, o algo, que puede decir yo, llamarse yo a sí mismo.¹¹ Quién pueda decir yo, las condiciones en las que realmente se puede decir yo, la experiencia que se da en ello, qué más se dice y se escucha cuando se dice yo, hasta el punto de que solo se pueda decir, o quizá se deba decir, y no de cualquier modo, yo como nosotros, es, por de pronto, el argumento (o uno de los modos de resumir el argumento) de la *Fenomenología del espíritu*. Al final de los tres primeros capítulos, la certeza sensorial, la percepción y el entendimiento, la conciencia se ha descubierto como autoconciencia, aprende que sólo es conciencia del mundo externo, que sólo tiene conocimiento de él, en cuanto que es conciencia de sí misma y sabe que ella es conciencia. Con esto ha establecido una primera relación *reflexiva* consigo misma que es el comienzo de toda subjetividad, pero está todavía lejos de ser sujeto y, desde luego, de haber cumplido con la sentencia gnómica de “Cónocete a ti mismo”. Ella sabe de sí misma, pero no se sabe a sí misma. O como dice el propio Hegel, “conocer lo que la conciencia sabe al *saberse a sí misma* requiere de otras circunstancias, cuyo análisis viene a continuación.”¹²

¹⁰ Véase por ejemplo, el interesantísimo Philip Roach, *Others in Mind. Origins of Social Self-consciousness*, Cambridge, UP, 2009.

¹¹ Valga esta forma de expresar la reflexividad del sujeto, y que tomo de Marcia Cavell *Becoming a Subject: Reflections in Philosophy and Psychoanalysis* Oxford, Clarendon Press, 2006, pág. 5

¹² Hegel, *Phänomenologie des Geistes*, GW 9. Meiner, 1988, pág. 102 (trad. *Fenomenología del espíritu*, Madrid, Abada, 2010, pág. 243)

Tales circunstancias y su análisis se desarrollan durante el capítulo IV, “La verdad de la certeza de sí mismo”; y han de hacerlo porque, de partida, la certeza de sí misma de la conciencia no es más que la “tautología sin movimiento del “yo soy yo””. No es aún autoconciencia propiamente, en tanto que todavía tiene que hacerse cargo de la diferencia entre ser conciencia de lo que era “el objeto de la certeza sensorial y del percibir” y ser conciencia de ella misma, o tenerse a sí por objeto, y tiene que cancelar y asumir luego esa diferencia para alcanzar la igualdad consigo misma. Es decir, a la pregunta de qué es un sujeto, en tanto que autoconciencia, en tanto que alguien que dice yo, Hegel responde enfatizando que, sea lo que sea un sujeto, se trata del resultado de un movimiento, de algo, pues, que se tiene que alcanzar: el sujeto es, cada vez, un resultado que se logra, un *logro*¹³. Como tal, es contingente, falible; y, en todo caso, el sujeto es menos una meta alcanzada que un sostenerse sobre el movimiento en que la oposición de su saber de sí y de lo negativo de él se le va convirtiendo en una igualdad de él mismo consigo mismo.

Que el sujeto tenga esa tarea siempre por delante, que esté siempre en ella (y hay que contar también, desde luego, con esté siempre fracasando en ella) es lo que Hegel formula diciendo que la autoconciencia es “*deseo sin más*” (*Begierde überhaupt*). Antes de dejarse llevar por todas las connotaciones, a menudo lacanianas, de la palabra deseo¹⁴, debe estar claro que para Hegel, cuando escribe *Begierde überhaupt*, la autoconciencia se da como una escisión originaria que la hace ser excéntrica a sí misma. Es una constatación, por así decirlo, perfectamente neutral, o natural, por más que sea fácil y legítimo teñirla con tintes existencialistas, y el propio Hegel lo haga cuando, por esos años, escriba entre los aforismos del *Wastebook* que “Una media remendada es mejor que media rota. Con la autoconciencia no ocurre eso.”¹⁵ El sujeto está siempre fuera de sí. Pero el movimiento de retorno hacia sí, la igualdad consigo mismo alcanzada, no es un círculo simple. Y ese es el movimiento de la autoconciencia.

En todo caso, a partir de esta caracterización, la autoconciencia no puede ya considerarse como un espectador de la conciencia, de lo que ocurre en el teatro de la mente: no es la parte racional del alma, como podría pretender cierta imagen platónica, ni el piloto en la

¹³ Es Robert Pippin quien más énfasis ha puesto aquí, sobre todo a lo largo de su *Hegel on Self-Consciousness. Desire and Death in the Phenomenology of Spirit*, Princeton UP, 2011

¹⁴ Por lo demás, aunque usada ampliamente –también por mí–, se ha de admitir que “deseo” no es la única, sin siempre la mejor, traducción para *Begierde*. Me atengo a ella aquí, en parte, por razones de economía, y por las razones que he dado en mi propia traducción de la *Fenomenología*, pág. 975

¹⁵ Hegel, *Werke im 20 Bänden*, Frankfurt, Suhrkamp, vol. 2, pág. 558

nave del cuerpo, como en la antigua imagen estoica, sino que es el actuar mismo de la conciencia en tanto que sabe que actúa, el movimiento de ese saber. Dado que ese movimiento puede salir bien o ser fallido, la autoconciencia sólo se da como un resultado, como algo alcanzado. Y como el movimiento siempre se reemprende, en virtud de la condición misma de la *Begierde* para autogenerarse, en virtud de la escisión originaria de la conciencia, el resultado ha de entenderse, además, como provisional.¹⁶ Como el mismo Hegel dirá durante su exposición sobre el reconocimiento, es posible no llegar a ser nunca una verdadera autoconciencia, y quedarse en ser nada más que “persona.”¹⁷

4. El fondo de la vida

Una simple persona es “el individuo que no ha arriesgado la vida”, y que por ello no ha alcanzado la “verdad de este ser reconocido como una autoconciencia autónoma”. La vida, por un lado, y la decisión de asumir el riesgo de perderla, o de “mostrar que no se está atado” a ella, por otro, constituyen los dos polos entre los que circula el movimiento del reconocimiento y de la autoconciencia, y la tensión intrínseca de ese movimiento. Miremos primero a la vida.

Hegel la describe como un ser externo, autónomo, que se enfrenta a la autoconciencia. Es el recorrido cíclico de consumo y destrucción de la naturaleza, “el conjunto de todo que se desarrolla, se mantiene en su desarrollo y se mantiene en su movimiento.” La vida configura diferencias e individualidades que luego consume en su ciclo devorador, el cual no depende de nada externo, sino que es la sustancia “simple y fluida del movimiento puro dentro de sí mismo”. Este ciclo infinito, ciego y reiterado de producir y consumirse, de nacimiento y extinción que carece de conciencia corresponde, desde luego, a las definiciones clásicas de la naturaleza como el conjunto de lo viviente que engloba dentro de sí, en un movimiento de generación y destrucción, a los géneros y las especies, y en el que los individuos valen en tanto que ejemplares particulares intercambiables de una especie, faltos de toda singularidad.

La vida carece de conciencia en tanto que no es para sí (de hecho, se presenta enfrentada a la autoconciencia que, justamente, se define como “ser para sí sin más”), pero tiene asimilada a la conciencia dentro de sí; o, dicho de otro modo, la conciencia también es vida. Tiene la misma estructura que ella, como se encarga de recalcar Hegel. Tiene necesidades y deseos que satisface en el intercambio con la vida, en su metabolismo con lo que le rodea. O bien, porque es *Begierde überhaupt*, la conciencia es conciencia sentiente, en directo contacto con la vida, y

¹⁶ Pippin, o.c. (2011), pág. 19

¹⁷ *Phänomenologie*, loc. cit. pág. 111 (ed. esp. pág. 263)

es cuerpo. Conviene enfatizar esta condición corporal y sentiente de la conciencia abocada al movimiento de subjetivación, o de la búsqueda del reconocimiento de su condición de autoconciencia, porque nunca dejará de estar intrincada con todo logro y realización posible de la autoconciencia -pertenecerá, por lo tanto, al significado del espíritu- y, por lo tanto, esa corporalidad es igualmente individualizadora, y entra plenamente en el contenido del reconocimiento.

Ahora bien, la conciencia, que es vida, es vida frente a la vida. “El escindirse de la fluidez sin diferencias [de la vida] es un poner la individualidad”¹⁸, y la escisión que así se origina como conciencia, la *Begierde* que ella es, es una particular diferencia dentro de la vida misma; una escisión por la que la vida, como dice Hegel, “remite hacia algo distinto de lo que ella es, a saber, [remite] a la conciencia para la cual es como esta unidad, o como género.”¹⁹

Esto distinto de la vida a lo que la vida remite es también vida, *una* vida que es género en sí misma –no es un particular intercambiable por otros bajo el paraguas común del género, sino, precisamente, la posibilidad de un singular o de una subjetividad-. Sabe de sí como sometida al deseo, al ansia, de la *Begierde*; pero no por eso se sabe a sí (le falta, para ello, ejecutar todo el movimiento de reconocimiento). Con ella estamos en el segundo polo, la autoconciencia.

5. *Lo que un sujeto es*

El paso de la conciencia a la autoconciencia puede dar lugar al malentendido de que se fuera a subir a un escalón superior, o a alguna suerte de instancia controladora de la conciencia que ejecutara el movimiento subjetivante de la reflexión. Sin embargo, no hay un salto de un escalón a otro, sino que la autoconciencia se da como el movimiento de igualación de la conciencia (siempre ya) escindida consigo misma. Frente a una postura naturalista que a la conciencia como sentiente e inmersa en el ciclo de la naturaleza, y frente a la posición transcendentalista que traza un abismo insalvable entre una y otra, en la dialéctica de la autoconciencia se trata del movimiento que hace salir a la conciencia de la naturaleza, aunque la tenga por presupuesto, pero sin hacer de ella una instancia transcendental separada del ser natural. O bien, como muy plásticamente lo expresa Hegel, sale de “la coloreada apariencia del más acá sensible” (naturalismo) y de la “noche vacía del más allá suprasensible” (trascendentalismo), para entrar en “el día espiritual del presente”. Lo que signifique ese

¹⁸ *Phänomenologie* loc. cit. 106 (trad. pág. 251)

¹⁹ *Ib.* pág. 107 (trad. pág.253)

movimiento es, seguramente, lo más difícil de esclarecer en todo el capítulo IV de la *Fenomenología*, pero con él amanece el *día espiritual del presente*, y se hace posible entender qué es un sujeto para Hegel. Está claro, además, que es ese movimiento lo que se reconoce: si una autoconciencia sólo lo es como autoconciencia reconocida, es porque se reconoce el movimiento y porque ese movimiento es el reconocimiento mismo.

La autoconciencia es deseo sin más, si bien “la esencia del deseo es algo distinto de ella”²⁰; el deseo le es extraño, y por eso es la escisión originaria de ella: “por esa experiencia le ha venido su verdad” (ib.) de autoconciencia descentrada, de “media rota”. Y este desgarramiento interno del deseo lo experimenta la autoconciencia como negación. Es más, “esta naturaleza autónoma universal en la que la negación lo es como absoluta es el género como tal, o como autoconciencia” (ib.). El movimiento, entonces, por el que la conciencia se hace autoconciencia como naturaleza (vida, pues) autónoma (no dependiente, libre) y universal (porque es el género de sí misma, no un particular intercambiable) contiene una negación absoluta.

El movimiento de la autoconciencia consiste en una absoluta negación de sí misma, pero esa negación, dirá Hegel también, solo puede llevarla a cabo la conciencia en otra autoconciencia que también se niegue a sí misma y que, al hacerlo, reconozca la autonegación de la primera. Todo ello, además, de manera recíproca, pues “una autoconciencia solo alcanza su satisfacción en otra autoconciencia”, la cual, además, para ser también autoconciencia, deberá estar igualmente satisfecha, o ser igualmente reconocida.

Lo más difícil ahora es entender qué significa esa negación que la conciencia lleva a cabo en sí misma, que la constituye como autoconciencia y donde muestra su autonomía. Dado que los párrafos siguientes continúan con la lucha a muerte de las dos autoconciencias, que ha de terminar en el reparto de papeles entre el amo y el esclavo, parece tentador entender la historia como una parábola épica, una competición de valor entre hombres aspirantes a héroes y dispuestos a negarse poniendo su vida en juego. El propio Hegel, en un *Zusatz* de la *Enciclopedia*, coloca la lucha de las autoconciencias en el origen de las primeras formas de Estado, como un paso necesario para llegar a ellas. Pero, aparte de que ello tiene poco que ver con las formas de reconocimiento del amor, el comercio, el derecho o el estado racional de Jena, que aun reaparecen en la *Filosofía del Derecho*, el significado de la negación es más profundo que un duelo épico.

²⁰ Ib. pág.107 (trad. 253-255)

Tanto Robert Pippin como Terry Pinkard han argumentado²¹, de manera muy sugerente, que esa autonegación del sujeto en cuanto autoconciencia debe entenderse como el sometimiento autónomo de la conciencia a normas y criterios con los que evaluar la satisfacción de sus deseos y conducir prácticamente su vida: su relación con los otros y con el mundo. La conciencia, había dejado dicho Hegel en la introducción “es para sí misma su *concepto* [tiene un concepto de sí misma, por eso sabe de sí], y es, por eso, inmediatamente, el salir más allá de los límites que tiene (*das Beschränkte*) [...] más allá de sí misma.”²² Tener un concepto es disponer de unas reglas universales y saber a aplicarlas para unir un sujeto con un predicado y emitir un juicio acerca del mundo externo, bien para conocerlo, bien para evaluarlo. La diferencia, justamente, entre una conciencia y un organismo meramente sentiente está en que aquella, como trabaja con conceptos, dispone de, o tiene la representación de, reglas y criterios con los que evaluar su relación con el mundo y, con ello, la satisfacción de sus deseos.²³ La conciencia es autoconciencia en la medida en que tiene un concepto de sí misma, tiene normas y criterios de carácter general, o universal, con los que evaluarse a sí misma y su conducta. El concepto no corresponde al objeto, o la autoconciencia no corresponde a la conciencia, y esta ha de ir más allá de sí misma, en tanto que el sometimiento voluntario a esas reglas y normas que ella misma se ha dado –y por el que sería efectivamente libre y autónoma– la apartan a la vez de la inmediatez de la vida orgánica en la que se halla sumida como ser sentiente y le hacen, efectivamente, estar escindida interiormente, estar situada más allá de sí misma. La diferencia entre el animal, mero organismo natural sentiente, y un ser racional está en que aquel está sometido a una *Begierde* primaria, sobre la que no ejerce más control que el de la satisfacción inmediata (el hambre saciada, por ejemplo, que le permite estar “centrado en sí mismo), mientras que la conciencia racional estará permanentemente escindida por su *Begierde*, descentrada y obligada a reiguarse consigo misma porque sigue normas que evalúan la satisfacción de su deseo (la saciedad del hambre va ligada a la criterios culinarios propios sobre

²¹ Pippin, o.c., Pinkard, *The Sociality of Reason. Hegel's Phenomenology*, Cambridge UO, 1996., y “Reason, Recognition and Historicity”, en Merker, Quante, (eds.) *Subjektivität und Anerkennung*, Mentis, Paderborn, 2003

²² *Phänomenologie*, loc. cit. 57 (trad. pág. 151).

²³ Un ser primario natural inmerso en la vida satisface inmediatamente su deseo, sin mayor criterio; pero ya un niño que pide un helado no admite que le entreguen otra cosa, porque tiene criterios sobre la satisfacción de su deseo. El ejemplo es de Pirmin Stekerle Weithofer, en “Wer ist Herr und Werr ist Knecht?”, en Vieweg, Welsch, *Hegels Phänomenologie des Geistes. Ein Koooperativer Kommentar zu einem Schlüsselwerk der Moderne*, Frankfurt, Suhrkamp, 2008, pág. 216.

la calidad de la comida, la del apetito sexual a normas propias de relación intersubjetiva, normas que tienen una dimensión afectiva, biográfica, estética, sensual, etc.). Por eso, la conciencia va más allá de sí misma y no encontrará la calma hasta que su sometimiento voluntario a normas racionales coincida con su propia acción; pero eso no puede hacerlo ella sola, sino solo –aquí estaría la gran novedad de Hegel frente a Kant y la tradición subjetivista- en un entramado intersubjetivo de reconocimiento.

La negación que la conciencia lleva a cabo en sí misma, entonces, consiste en vincularse a normas universales con las que se compromete, en convertirse en un ser normativo que, como tal, no está atado a la inmediatez de la vida, sino que se sitúa más allá de ella. No se trata exactamente de una ruptura, ya que es la vida misma quien remite o envía hacia ese ámbito normativo²⁴; pero sí de una transformación de la vida que tiene lugar en la vuelta sobre sí misma que da la conciencia una vez que –como no podía ser menos tras su paso por la certeza sensible, la percepción y el entendimiento- tiene normas, la capacidad de representárselas y el sometimiento a ellas. Cuando la vida remite más allá de sí misma, no es a una vacía noche suprasensible, sino a la conciencia de la existencia de normas por las que la conducta sensible se guía: y aquí empieza la libertad, el espíritu, “el yo que es el nosotros y el nosotros que es yo”, el día espiritual de presente.

Esa transformación de la vida es una pulsión dirá Hegel más tarde, para “mostrarse como un sí-mismo libre, existir para el otro como tal”²⁵; y este mostrarse libre, que es lo mismo que darle existencia a la propia libertad (uno no puede mostrarse libre sin serlo, como no puede fingir que sabe nadar) equivale a cancelar y asumir la inmediatez que es la propia “corporalidad de la autoconciencia, en la que ella tiene su propio sentimiento de sí, su ser para los otros y su relación que le media con ellos“. Tendremos que volver enseguida sobre esta “corporalidad” y ese „sentimiento de sí mismo“; por ahora, podemos cerrar este primer círculo del reconocimiento a partir de la interpretación de la negación como sometimiento a una normatividad.

Lo que Hegel viene a decir es que el movimiento de retorno de la conciencia sobre sí misma en el que se constituye como autoconciencia corresponde al hecho de que cada conciencia, en tanto que conciencia *individual autónoma*, tiene sus propios criterios sobre la

²⁴ Lo que daría pie a hablar de un naturalismo hegeliano, como en Pinkard, *Hegel's Naturalism. Mind, Nature and the Final Ends of Life*. Oxford UP, 2012, el libro de Testa antes mencionado o bien, Rocco Lozano, V., "Filosofia e diritto romano all'alba di un nuovo mondo", en Rocco Lozano, V., y Sgarbi, M., (eds.), *Diritto e storia in Kant e Hegel*, Pubblicazioni di Verifiche, Trento, 2011.

²⁵ *Enzyklopädie der philosophischen Wissenschaften (1830)*, Hamburg, Meiner, pág. 351, § 430.

satisfacción de sus deseos y, por tanto, sobre la norma de sus acciones. Tener criterios implica una negación de la propia inmediatez y abre el espacio de la libertad, pues la posesión de criterios y normas, así como la propia *autoridad* sobre los mismos, es lo que pone a la autoconciencia más allá del mundo animal, de la vida meramente orgánica. Es esa autoridad sobre los propios criterios y normas lo que se llama *autonomía*, y es lo que se debe mostrar en la lucha por el reconocimiento, lo que se quiere ver reconocido.

Lo que el otro reconoce en mí, entonces, es *mi autoridad sobre mí mismo*, mi no ser un mero animal, un simple miembro de la especie en el ciclo de la vida, sino un género en mí mismo, un universal concreto aquí: un ser *singular*. O bien: mi no ser una mera persona –recuérdese el desprecio con el que Hegel trata ese apelativo–, alguien que lleva ese título por el hecho de haber nacido dentro de un sistema jurídico, pero que no ha arriesgado la vida en cuanto que no se ha negado a sí mismo para someterse a criterios y normas que él mismo se da. Es la autoridad sobre sí mismo, *su propia autonomía*, lo que yo reconozco en el otro. Por eso, cuando la autoconciencia descubre que sólo puede llegar a la satisfacción (o al reconocimiento) en tanto que el otro, el objeto autónomo que tiene enfrente, y que forma parte de la vida, “lleve a cabo él mismo la negación en él”²⁶, no está pidiéndole que se suicide, ni está pidiéndole su deseo (como en la manida interpretación lacaniana del deseo del deseo del otro)²⁷, sino que está descubriendo que, para su propia libertad, se trata también de la libertad del otro, de su condición de ser normativo también. La reciprocidad del reconocimiento es una reciprocidad de la libertad. En última instancia, Hegel está diciendo, y lo repite durante toda su obra, que sólo cuando todos sean libres y reconocidos habrá sujeto libre, autónomo y racional, y lo será *cada uno*. Pero seguir por ese camino nos apartaría del que estamos siguiendo ahora, y nos llevaría a las condiciones políticas e intersubjetivas del reconocimiento, a las que sólo aludiremos al final. Por ahora, lo que sí queda claro es que únicamente en presencia de otra autoconciencia puede una autoconciencia llegar a reconocerse y adueñarse de sus propios criterios y normas, que son los que le dan conciencia de sí. Los criterios y normas, de carácter universal, en tanto que tienen forma lingüística, que son simbólicos, requieren que haya otro que los reconozca como mis propios criterios, y que me reconozca a mí como teniéndolos. Hegel estaba anticipando el argumento de Wittgenstein contra los lenguajes privados: nadie

²⁶ Phän, loc. cit. pág.108 (trad. loc. cit. pág. 255)

²⁷ Para una crítica de la expresión lacaniana (y para una interpretación decisiva de todo el texto hegeliano), debe verse Gadamer, “Hegels Dialektik des Selbstbewusstseins”, en *Hegels Dialektik*, Tübingen, Mohr, 1980, págs. 49-65 (trad. de Félix Duque en *La dialéctica de Hegel*, Madrid, Cuadernos Teorema)

puede tener reglas para sí mismo solamente. Desde el momento en que reconoce una reglas para seguirlas, necesita que haya otros que reconozcan las reglas (deben poder hacerlo, pues son universales) y, sobre todo, *que le reconozcan a él como a alguien que sigue reglas (universales) que se ha dado (para sí), que le reconozcan, pues su libertad*. “Sólo en presencia de otro mi relación conmigo se hace normativa, y no es mera expresión de un deseo animal.”²⁸

6. *Lo que reconoce el reconocimiento*

Desde la perspectiva interna del sujeto, esta autonegación para someterse a criterios con los que guiar la vida, o este distanciamiento de la propia inmediatez que abre el espacio de la libertad, significa un momento necesario de extrañamiento y de dolor (el camino de desesperación de la conciencia, en la *Fenomenología*). Es el momento de negatividad de la experiencia, el salir de (o ser arrancada de) sí de la conciencia, quien sólo retornará sobre sí misma, enriquecida y más formada, conociéndose en su ser otra. Así es el ciclo de la formación, de la *Bildung*: ir llegando a sí mismo por el extrañamiento. La estructura del reconocimiento revela que, en este proceso de formación, el retorno sobre sí no es un acto meramente individual de la conciencia, sino que tiene lugar por el concurso -no necesariamente concertado- de las otras conciencias, y que, en todo caso, el reconocimiento mutuo no es una identificación de las conciencias, sino que constata la distancia de cada una de ellas respecto a sí mismas en tanto que seres normativos autónomos. Así, en principio, el reconocimiento tiene lugar en un plano universal, puesto que las normas son universales, y por eso el propio Hegel define la formación como el paso del punto de vista particular al punto de vista universal.

El aprendizaje que el siervo lleva a cabo por medio de su trabajo es, sobre todo, el de la capacidad para inhibir el deseo, desatarse con ello de las cosas, de las existencias particulares, y poder luego modelarlas y darles formas. El trabajo, el cultivo que es la formación, el temor absoluto de la muerte –todo aquello por lo que pasa el siervo- lo son de modo universal, y hacia un universal: “Es el comienzo de la sabiduría, el tránsito hacia la autoconciencia universal.”²⁹ El sentido *propio* (el *eigener Sinn*) que el siervo llega a tener -también un modo propio de sentir, mirar y considerar las cosas: unos criterios propios-, y que es distinto de la obstinación (*Eigensinn*) fijada en lo particular, estancada en la servidumbre, es ya una perspectiva universal: la de quien, porque no está atado a su particularidad, puede mirar desde una perspectiva general capaz contemplar varios particulares distintos.

²⁸ Pippin, o.c. (2011), pág. 67

²⁹ *Enzyklopädie*, loc. cit. § 435, pág. 353.

La posición universal alcanzada por el siervo, la perspectiva desparticularizada del pensar, se había formulado ya muchas veces en la historia de la filosofía. Poder mirar las cosas desde fuera de uno mismo, desatado de los propios condicionamientos particulares, es justo lo que Kant había llamado la segunda máxima de la *sabiduría* (y coincide en esta denominación con Hegel en el parágrafo de la *Enciclopedia* citado más arriba): poder “pensarse en el lugar de otro”³⁰. Es la capacidad que corresponde a la facultad de juzgar. Kant la suele mencionar siempre justo después de la primera, la de “pensar por sí mismo”, que corresponde a la noción de *autonomía* y a la que Hegel calificaba, con algo de ironía, como un “pleonismo”³¹, pero sabiendo –de eso se trata en toda la cuestión del reconocimiento- que esta primera y pleonástica máxima, va solidariamente unida a la segunda. Lo que Kant describía como la capacidad para pensarse en el lugar de otro, esa mente, o mentalidad ampliada (*erweiterte Denkungsart*) que permite a quien la tiene “apartarse de las condiciones privadas y subjetivas del juicio para reflexionar desde un punto de vista general (que sólo pueden determinar porque se ponen en el punto de vista de otros) sobre su propio juicio”³² es la que ha de alcanzar el sujeto libre, racional y autónomo que ha entrado en las estructuras del reconocimiento. O a la inversa, ya en la perspectiva de Hegel, sólo en el tejido del reconocimiento, en su entramado institucional de familia, sociedad civil y Estado, todo él trabajosamente realizado en la historia, se produce esta mentalidad ampliada capaz de ver las cosas desde el punto de vista universal. La atención a los estratos institucionales de esa universalidad y a su historicidad es lo que diferencia a Hegel del “meramente” liberal Kant. En cualquier caso, fuera o dentro de las instituciones –y la alternativa no es secundaria, como tampoco qué instituciones deban o puedan ser, pero sobre eso volveremos luego-, sólo quien posee capacidad de juzgar, y no es un idiota (en sentido etimológico) aferrado a su inmediata subjetividad privada, forma parte como ser autónomo de la comunidad humana. Desde luego, de la comunidad política, pero porque primero lo es de cualquier nosotros y de cualquier forma de espíritu. Sólo entonces, él puede decir yo. Y por eso, ya no sólo él.

En este punto, tras lo que hemos considerado en los últimos parágrafos, podría darse por respondida en primera instancia la primera pregunta. Un sujeto, o la conciencia que ha convertido en verdad la certeza de sí misma como autoconciencia, es una autoconciencia que,

³⁰ *Kritik der Urteilskraft*, en Kant, Werke, Frankfurt, Suhrkamp, vol X, § 40, pág. 226.

³¹ *Enzyklopädie*. Loc. cit. 57 §23 “Pues nadie puede pensar por otro, igual que no puede comer o beber con otro..
– En el acto de pensar (Im Denken) se halla de modo inmediato la libertad.”

³² Kant, *loc. cit.*, p.227.

en virtud de un proceso de formación, ha *logrado* asumir la escisión interna de su deseo de tal manera que ha alcanzado el punto de desatarse de la inmediatez de la vida natural para vincularse a normas y criterios con los que guiar y evaluar su propia práctica, y esa vinculación propia es el significado de su autonomía y de su libertad. Como esos criterios son de carácter universal, la autoconciencia sabe adoptar el punto de vista general y distanciarse de su propia particularidad y de la de los otros, a los que reconoce como autoconciencias racionales con la misma capacidad universalizadora que ella. Pero también, como esos criterios y normas son de carácter universal, el sujeto no lo es si otros no lo reconocen como alguien vinculado autónomamente a dichos criterios y normas, reconociéndole autoridad sobre sí mismo; lo cual solo sucede si el sujeto, por su parte, hace lo propio con los otros sujetos. Por supuesto que, como respuesta, ésta es sólo una primera aproximación, que deja muchos puntos por desarrollar: ¿Qué clase de normas y criterios son? ¿En qué consiste la vinculación de la autoconciencia a ellas? ¿De qué modos se realiza eso institucionalmente, y hasta qué punto es preciso que lo haga? ¿Cómo queda asumida la vida en esa autoconciencia desatada de ella, pero que es solo un logro contingente y finito en cuanto individual? ¿Cómo es la autoconciencia general en cuanto comunidad de autoconciencias realizadas y reconocidas, y cómo están cada una de estas en aquella, o cómo es el espíritu y cómo están en él los individuos formados en cuanto un nosotros?

Queda fuera del campo de este trabajo desarrollar todas esas preguntas. Para los fines de este artículo, bastará que retengamos esa primera y limitada respuesta sobre la definición de sujeto, para abordar la segunda pregunta por el contenido del reconocimiento. Veremos que no tendrá una respuesta unívoca, pero que la tensión interna que se nos va a revelar en la respuesta es igualmente relevante para la definición de sujeto y para los planteamientos políticos con los que empezábamos.

¿Qué es lo que se reconoce en el reconocimiento? ¿Cuál es el contenido del reconocimiento? El reconocimiento es un movimiento de las autoconciencias, o un movimiento de las conciencias para llegar a verse mutuamente como autoconciencias, y lo que ellas se ven, lo que se reconocen entre sí, es su respectiva autoridad sobre sí mismas como seres normativos desatados de la inmediatez de la vida, de la existencia particular. Es decir, lo que se reconoce del otro es su autonomía, su autoridad sobre sí mismo para actuar según normas y criterios propios. No se le otorga reconocimiento a lo que sigue ciega, automáticamente a un instinto - aunque sí apreciamos, por ejemplo, en una forma primitiva de reconocimiento que da fundamento a nuestro aprecio por ellos, las formas propias en que los animales siguen ciertos hábitos propios para llevar a delante su existencia-. Tampoco le otorgamos reconocimiento,

sino desprecio, a las personas de carácter servil, que obedecen sin rechistar lo que otros ordenan. Pero, justamente, el desprecio testimonia del reconocimiento que quisiéramos otorgar, que nos parece que deberíamos otorgar, tratándose de seres humanos, pero a lo que hemos de renunciar en vista de su comportamiento. Lo que reconocemos, pues, no son las normas del otro; de hecho, es habitual que estemos en desacuerdo con ellas. O puede que coincidan con las nuestras, pero que él, falto de reflexión, las tenga a causa de su servilismo hacia alguien, y le neguemos por ello el reconocimiento. No reconocemos sus normas, sino su capacidad de actuar libre y autónomamente según normas.

Con ello, se reconoce *su* capacidad para adoptar un punto de vista general, para desatarse de la inmediatez de la vida. Pero, si sólo fuera eso, el reconocimiento sería abstracto y vacío. Reconocer a alguien como interlocutor porque está dotado de lenguaje y capacidad de hablar es otorgarle todavía un reconocimiento insuficiente. Es el reconocimiento abstracto de su humanidad, de la pertenencia a la especie. Todavía Aristóteles, en un ambiguo pasaje, que tanto nos admira como nos solivianta, le podía negar reconocimiento al esclavo, pues es un “instrumento dotado de alma”, pero, a la vez, se lo otorgaba, en cuanto que “no hay amistad hacia un esclavo en cuanto esclavo, pero sí en cuanto ser humano. Porque parece existir una cierta justicia entre todo hombre y todo el que puede participar en una comunidad donde hay ley o convenio, y, por tanto, también amistad en la medida en que cada uno de ellos es hombre.”³³ Este reconocimiento indiferenciado, que se limita a la humanidad universal y abstracta que inhiere en cada individuo, obviando su singularidad, amenaza lo mismo con disolverlo en una comunidad homogénea, cuando no totalitaria, que con satisfacerse en la atribución abstracta de unos derechos formales universales sin condiciones de realización en la práctica, como ocurre en el liberalismo atomista que Hegel siempre tuvo en el punto de mira. Al margen de esas dos consecuencias extremas, y cierto punto coincidentes³⁴, no cabe duda de que ese reconocimiento abstracto es lo mínimo que se puede esperar de cualquier sistema jurídico y de las relaciones interpersonales externas.

Sin embargo, el objeto del movimiento de reconocimiento no puede ser ese reconocimiento universal de la humanidad, de la pertenencia al género humano. La tesis fuerte de Hegel es que un sujeto solo llega a la conciencia de sí mismo cuando entra en relación de reconocimiento con otro sujeto; y la conciencia de sí mismo a la que llega un sujeto, la

³³ *Ética a Nicómaco*, 1161b 3 ss. trad. de J. Pallí, Gredos, pág. 343

³⁴ Como se muestra en el capítulo sobre el Terror en la *Fenomenología*, donde libertad absoluta y terror están en conexión necesaria.

autoconciencia que alcanza, es en cuanto él *mismo*, no en cuanto ser humano abstracto. Reconocerse a sí mismo como ser humano –y ya por ello, digno de respeto y de estima- puede ser el comienzo de un proceso de subjetivación (por ejemplo, en personas con una historia de humillación y sometimiento extremos), pero en modo alguno es el lugar de llegada. Y cuando alguien pide al otro que le reconozca como ser humano, le está pidiendo muy poco, realmente lo mínimo: la pertenencia a un género universal.

Lo máximo es ser reconocido en cuanto uno mismo, en cuanto *el acontecimiento del logro subjetivo* que uno es. En cuanto que no pertenece a un género universal, sino que, como dice Hegel, es tal género como tal, un universal para sí: único en su género. En la terminología lógica de Hegel, se trata de ser reconocido como *singular* (*einzel*): no ya el mero *ens singularis*, intercambiable por otros en el grado más bajo de la serie de *species*, *genus*, *ens singularis*, sino el *universal concreto* que es todo individuo en tanto que distinto de todos los demás individuos, pero –y porque- crecido y formado en el seno de una comunidad universal. Como ha visto Habermas, cuando Hegel reconfigura la antigua clasificación aristotélica de *species*, *genus*, *ens singularis*, la nueva estructura lógica que resulta de esa reconfiguración en universal, particular, singular, se sostiene en el movimiento del reconocer. Sólo a partir de Hegel³⁵ la expresión singular, o individuo singular (*der Einzelne*) está cargada con el significado de un ser humano totalmente individualizado, en cuanto él mismo, y no como un ejemplar intercambiable e indistinguible. Los tres conceptos de la lógica tradicional se correlacionan ahora con los tres aspectos bajo los cuales se reconocen recíprocamente los individuos socializados: como personas en *general*, o *universal*, iguales a todas las otras personas en los aspectos esenciales; como miembros *particulares* que comparten los rasgos de su comunidad con otros; y como *individuos* singulares distintos ya de todos los demás individuos, “únicos cada uno en su género”, por así decirlo. Mientras que lo primero da lugar al reconocimiento abstracto, externo, sólo lo último produce el reconocimiento del singular en cuanto singular, del sujeto en su peculiar y única condición subjetiva. Lo que se reconoce, pues, en cada caso, no es una condición universal, sino una singularidad.

Ahora bien, esta singularidad, esta unicidad en su género que es cada autoconciencia reconocida, la concreta “escisión en la fluidez sin diferencias” que era el poner(se) de cada individualidad, reconocida en cuanto se desapega de la vida, que se muestra en la adhesión libre a normas universales, es, sigue siendo, vida³⁶. Es “corporalidad en la que mantiene su

³⁵ Habermas, *o.c.* pág. 200

³⁶ O, por expresarlo de otro modo, en la versión de Stekerle-Weithöfer (cierto que una versión intrapersonal de la

sentimiento de sí”, y no salta por eso fuera de la vida; sino que, en el movimiento de igualación consigo misma sobre la propia escisión de su deseo, la autoridad de la autoconciencia sobre sí misma, su capacidad, en cuanto ser racional, de pensar y de juzgar desde una perspectiva universal, está ligada en cada caso a una escisión propia, a una forma individual de ser desequilibrado el yo por el deseo. Dicho de otro modo, la negatividad de la conciencia por la que va a iniciar el movimiento circular de su experiencia y su formación es, en cada caso, propia suya, y esa exclusividad de ella no queda borrada por su ascenso a la universalidad, sino que debe quedar recogida. La singularidad alcanzada por la autoconciencia reconocida se compone, entonces, de una capacidad para lo universal (normatividad) desde una escisión única e irreducible del deseo sobre la que se “pone la individualidad”; o bien, lo que se reconoce propiamente no es un género universal, sino una respuesta subjetiva única (por la vía de la formación y la ganancia de racionalidad) a una, por así decirlo, herida concreta de la vida: la que empieza por ser cada individuo.

7. Dificultades finales

En cierto modo, con esto queda respondida ya nuestra segunda pregunta, acerca del contenido del reconocimiento. Y, en cierto modo también, puede parecer una respuesta alentadora, incluso edificante, desde el punto de vista de las relaciones intersubjetivas, o incluso terapéuticas. Dos individuos o más, se reconocen mutuamente hasta formar una comunidad en tanto que cada uno reconoce del otro su deseo –dónde le duele, diríamos coloquialmente- y su singular manera de responder a ese deseo en una suerte de construcción intersubjetiva de normas comunes. O bien, terapéuticamente, cada sujeto se da como la respuesta a una condición traumática única; el reconocimiento de esa respuesta, en la medida en que ésta sea capaz de establecer vínculos sociales que a su vez implican reconocimiento de los otros, tiene el carácter de una cura.³⁷ Cabe pensar que hay aquí bosquejada, entonces, una *conciencia general o universal* como reconocimiento recíproco completo y libre por el que uno “afirma su saber de sí mismo en el otro, teniendo cada uno de los cuales *absoluta autonomía* pero, en virtud de la negación de su inmediatez o su deseo, no se diferencia del otro”.³⁸

lucha de las autoconciencias), loc. cit. pág.229: “Hegel indica que, al final, el cuerpo siempre gana.”

³⁷ En un sentido creo que parecido, Honneth interpreta la *Sittlichkeit* como terapia para las insuficiencias o patologías de las formas abstractas de subjetividad (a saber, derecho abstracto y moralidad). Vid. Honneth, *Leiden an Unbestimmtheit*, Stuttgart, Reklam, 2001, págs..70-79.

³⁸ *Enzyklopädie*, loc. cit.. § 436, pág. 353. Estado que podría darse entre dos personas, o tendencialmente, en la humanidad entera.

Pero, aparte de esta lectura fácil y casi consoladora, es imposible ignorar las dificultades que brotan de la fortísima tensión inherente a este movimiento del reconocer. Es una tensión, como se colige de los resultados de los dos últimos puntos, o de las respuestas a nuestras dos preguntas, entre la *individualidad* de la escisión del deseo y la *universalidad* de la perspectiva que cada sujeto *singularmente* alcanza. Podríamos decir que estas dificultades se pueden plantear de dos maneras interrelacionadas. *Una primera* es la posibilidad de algún tipo de institucionalización o, cuando menos, plasmación social del reconocimiento entendido de ese modo. Y es notorio que el interés de Hegel en esto fue cualquier cosa menos secundario, toda vez que él no distinguía el proceso de reconocimiento de la realización de una comunidad ética plasmada institucionalmente. *La segunda* dificultad es decidir, por así decirlo, el punto en que se produce el reconocimiento dentro del movimiento circular que los sujetos recíprocamente realizan, o si se quiere, a partir de qué nivel de realización de autoconciencia debe darse efectivamente el reconocimiento: si ya en el nivel de la “nuda vida” o sólo en el de una autoconciencia formada y autorrealizada en un complejo pragmático de interacciones con otro sujetos. En el marco de la filosofía madura de Hegel –y con esto enlazamos con la primera dificultad- esas interacciones habrían de tener lugar en el marco de la eticidad, y en los niveles de la familia, la sociedad civil y el Estado. Ambas dificultades, como es obvio, hunden sus raíces en el cuestionamiento de la política que mencionaba al comienzo de este trabajo. Sin pretender una respuesta para ellas, voy a concluir éste desarrollando más cada una de ellas y explorando sus implicaciones mutuas.

La posibilidad de una estructura institucional que acoja y realice el movimiento del reconocimiento tal como se ha revelado en nuestro análisis plantea menos problemas teóricos en el sentido de que la respuesta es muy sencilla desde el punto de vista contemporáneo: no. Hay, ciertamente, las llamadas políticas del reconocimiento. Se plantean como una sensibilización de los poderes públicos para con las particularidades de la diversidad humana, a fin corregir los efectos injustos que resultan de discriminaciones por alguna causa social, histórica, biológica, cultural, religiosa, económica, de género u otra. Al hacerlo, pretenden superar lo que veíamos como reconocimiento abstracto y vacío de la universalidad (propio de la postura liberal) y atender a las particulares dificultades con las que los sujetos han de abordar la construcción de su existencia. Pero es obvio que sólo pueden alcanzar el nivel de lo particular, del grupo humano determinado del que el individuo (un discapacitado, por ejemplo) forma parte. No es concebible, ni tampoco de deseable, que tales políticas lleguen hasta la singularidad irreductible de un individuo concreto –su propia elaboración subjetiva de su discapacidad, por seguir con el ejemplo-, por más que puedan estar abiertas o ser flexibles ante excepciones.

Hegel era en este punto menos unívoco de lo que pudiera parecer a primera vista. Desde luego, por un lado, la eticidad en la que se constituye el espíritu objetivo consiste en un entramado de instituciones que se producen históricamente y en las que se vehiculan los procesos de reconocimiento por medio de los cuales, y sólo por ellos, los individuos cumplen con su tarea de autorrealizarse o, con el vocabulario que hemos utilizado aquí, convertirse en sujetos. Precisamente, lo que distingue a Hegel de Kierkegaard y otros filósofos del individuo es que su reivindicación de la individualidad –no menos intensa que en aquellos– va acompañada de la convicción de que esa individualidad sólo se realiza plenamente y se encuentra consigo misma por un despliegue teleológico que tiene lugar en el marco de mediación de procesos sociales, y no fuera de ellos, separado de ellos.³⁹ Por eso podía concebir una conciencia general que fuera un reconocimiento recíproco completo.

Por otro lado, sin embargo, Hegel podía concebir muy bien, en pasajes determinantes, formas de relación intersubjetiva en las que se realiza el movimiento de reconocimiento de la singularidad tal como lo hemos bosquejado, y negarles una plasmación institucional en el momento decisivo. La amistad, por ejemplo, aparece en la Introducción a la *Filosofía del Derecho* como paradigma del “estar consigo mismo en el otro”, de comunidad ética y de “concepto concreto de la libertad”, pero luego no tiene mención en el ámbito de la *Sittlichkeit*, toda vez que aquí sólo se plantean instituciones con un anclaje jurídico en el Estado.⁴⁰ Más llamativo aún, y más elocuente por la forma enigmática de plantearse, es la ausencia de todo marco institucional, o el carácter casi estrictamente privado, en tono menor, que encontramos en el final de la narración del espíritu en la *Fenomenología*. Toda esa narración, al menos a partir del capítulo sobre *la realización de la conciencia por medio de sí misma*, puede entenderse como una sucesión de figuras patológicas que tratan de encerrarse en su subjetividad unilateral y fracasan porque eluden el momento intersubjetivo de la integración social y el correspondiente proceso de reconocimiento. Pero, sorprendentemente, esa serie, que recorre toda la Edad Moderna hasta la contemporaneidad de Hegel, no culmina en ninguna construcción institucional, ni en algún género de foro público, sino en la escena privadísima del perdón y de la reconciliación entre quien había actuado y el duro corazón.⁴¹ En todo caso, el “yo efectivo,

³⁹ Theunissen. *Selbsverwirklichung und Allgemeinheit*, Berlin, 1982, p.2

⁴⁰ *Grundlinien der Philosophie des Rechts*, en *Werke in 20 Bände*, Frankfurt, Suhrkamp, vol. 7 § 7, pág.57.

⁴¹ Podría decirse, incluso, aprovechando la comicidad de que Hegel hace uso en todo el libro, que el ayuda de cámara es quien mejor puede vislumbrar la subjetividad del héroe, los trabajos de su autoconciencia: es ante él ante quien el héroe se ve reconocido.

el universal saberse a sí mismo en su absoluto contrario”⁴², la narración se queda “colgada”⁴³, sin sugerir ninguna solución institucional, ni proporcionar los medios para imaginarla. Como si Hegel supiera que ninguna institución podría intervenir y regular la comunidad de dos individuos que se han *reconocido* hasta el punto de perdonarse.⁴⁴

Estos dos ejemplos ponen de manifiesto que se pueden concebir procesos de reconocimiento y de constitución de las subjetividades que tienen lugar antes, o fuera de, marcos institucionales. La sospecha de muchos lectores contemporáneos (como Honneth o Theunissen⁴⁵) y, seguramente, también lo era de la izquierda hegeliana, es que la estructura institucional positivizada acaba por reprimir la acción intersubjetiva y ahogar los procesos de reconocimiento. Precisamente por eso, la vía de salida de esta dificultad está unida a la que mencionaba en segundo lugar: ¿es la autoconciencia que se satisface en el reconocimiento de otra autoconciencia un sujeto ya constituido en interacciones con otros sujetos reguladas por marcos institucionales establecidos (un cónyuge, un agente económico en la sociedad civil, un ciudadano)? ¿O debe localizarse en otro estrato de la subjetividad, quizá en su condición de viviente? Ciertamente, debe estar claro, antes de abordar la pregunta, que en el primer caso no se trata de alguien que fuera formalmente conyuge, burgués o ciudadano (cosa que puede serlo cualquiera), sino de alguien que, en cada uno de esos ámbitos, hubiera *logrado* elevarse por encima de la inmediatez de la vida para autorrealizarse con una perspectiva universal, y ser reconocido como tal dentro de la respectiva comunidad institucionalmente establecida.

Tal como hemos visto, el reconocimiento lo es de la *singularidad*, y esta viene a expresar el trabajo por el que el sujeto alcanza una perspectiva *universal* a partir de la escisión suya y propia -la *Jemeinigkeit* de su *Dasein*, diría Heidegger- de su deseo, de su inserción individual en la vida. Esto es, el reconocimiento está tensado, de un lado, por la tendencia hacia el carácter universal que el sujeto alcanza y, del otro, por la atención a la condición viviente, corporal, en la que el sujeto se origina a partir de su deseo. Cada uno de los dos polos tiene una forma degradada de realizarse, por la que el reconocimiento fracasa. El primero, puede fácilmente degenerar, como hemos visto, en el universalismo vacío y formal de un reconocimiento

⁴² *Phänomenologie* loc. cit, 362 (trad. loc. cit, pág. 773)

⁴³ La expresión es de Pippin, quien ofrece una posible interpretación de esto en “Recognition and Reconciliation. Actualized Agency in Hegel’s Jena Phenomenology”, en Degliorgi, Kat. *Hegel. New Directions*, McGell Press, 2006.

⁴⁴ En qué medida pueda hablarse entonces de una “institución pública del perdón” sería otra cuestión aparte, y no de segundo orden.

⁴⁵ En las obras citadas más arriba, notas 7 y 36.

abstracto que ignora la singularidad. El otro polo contiene toda la inmediatez de la vida, y tiene un carácter prerreflexivo, preconceptual, refractario a la racionalidad que implica todo reconocimiento. Por eso, puede suscitar fácilmente la denegación del reconocimiento y devenir lo que, en la tradición posthegeliana, se ha llamado reificación: lo que no es reconocido como racional, es tratado como cosa, como un mero objeto de uso. Quedan así claramente definidas las dos formas fallidas de reconocimiento: reificación y abstracción formal. La forma lograda, en cambio, no está definida del todo. La adecuación al primer polo, el carácter universal del sujeto autorrealizado en procesos intersubjetivos determinados, conlleva, sobre todo en el planteamiento de Hegel, un marco institucional que amenaza con desatender el segundo polo, el de la subjetividad viviente no realizada según ciertos patrones institucionales, o realizada fuera de ellos, o no realizada, sin más. Es esta posible desatención la que ha suministrado sus argumentos a casi todos los críticos de Hegel, desde Kierkegaard hasta Levinas.

Y, sin embargo, nuestra lectura del capítulo IV de la *Fenomenología* ha mostrado como el desatarse la autoconciencia de la vida que consituye el proceso de la formación del sujeto y es objeto de reconocimiento ha de tener lugar en el seno de la vida misma, en la condición viviente y deseante de la conciencia. Pretender que hubiera una ruptura completa, o una discontinuidad, sería como el pensamiento que se desconecta del deseo que lo engendra; y eso —como indica la de Adorno que abre este escrito⁴⁶— sólo se reconocería como pura estupidez. Ya hemos indicado que la autoconciencia no es un nivel por encima de la conciencia, sino que es un movimiento de igualación de la conciencia consigo misma, y ese movimiento, al que la vida remite como “más allá de ella”, se alimenta siempre de la vida. Es este desatarse de la vida sin querer romper con ella —la *Doppelsinnigkeit* de la conciencia— lo que hace que el singular reconocido sea universal *concreto*, y no una estupidez desatenta⁴⁷. Todo ello permite sugerir que en la estructura del reconocimiento hegeliano ha de haber, *pace* Hegel mismo, una tensión de atención hacia ese fondo permanente de la vida, a los cortes en su ciclo que son cada nueva individualidad, que no se ha expresado todavía, y quizá no se deja expresar, en el marco universal de la institución. Por eso pueden producirse dos figuras de reconocimiento como las

⁴⁶ El lector meticoloso que vaya consultando paralelamente los originales alemanes, observará que aquí venimos hablando, con Hegel, de Begierde, y que Adorno escribe Wunsch. Llevaría un espacio no pequeño justificar esta licencia; valga, por ahora, sugerir que el Wunsch es un deseo ya sometido a criterios de satisfacción, frente a la inmediatez de la Begierde como ansia, o avidez, habiendo una continuidad entre ambos. Algo en este sentido indica el texto de Stekerle-Weithöfer citado más arriba.

⁴⁷ Precisamente, la autosuficiencia del pensamiento y el desprecio de la vida corresponde en la *Fenomenología* a la figura del estoicismo. Tan admirable como puede ser ridículo cuando se hace extremo.

de la amistad y el perdón, que acabamos de mencionar. Pero también otras en las que se produce el respeto por lo humano mismo, o incluso por la naturaleza no humana, sin caer en el reconocimiento abstracto. Sólo sobre esa suerte de *reconocimiento profundo* se va dando de verdad el movimiento de reconocimiento recíproco.

Hasta qué punto el discurso hegeliano tiene cabida para esto, o queda agrietado por lo que él mismo lleva en su seno, es, como siempre, una tarea de la interpretación. Pero algo en esta línea intuye Axel Honneth cuando propone para el reconocimiento una primacía genética y conceptual anterior a todo conocimiento⁴⁸, en la medida en que en la relación de los hombres consigo mismos y con el mundo hay una postura de reconocimiento, una postura propiciatoria incluso, que precede a cualquier otra actitud. Es una postura que él descubre como explícita por primera vez, con cierto sesgo ideológico, en un hegeliano como Lukács y su crítica a la reificación en la sociedad capitalista, pero que luego se puede identificar, atravesando todo el siglo XX, en la *Sorge* de Heidegger, en la noción de *involvement* de Dewey o en la propia noción de *acknowledgment* de Stanley Cavell.

La negación de sí que supone la adopción de la normatividad y es el comienzo del proceso formativo hasta un “*sentido propio*” supone, por eso, no una destrucción del mundo, ni su absorción en un concepto absoluto, sino un reconocimiento primero de la vida, de lo viviente como lo otro de sí que, en cada caso propio, el individuo se encuentra al comienzo de su lucha por su subjetividad y su reconocimiento. Pero, como escribía Hölderlin, el amigo de juventud, “lo más difícil es el libre uso de lo propio”⁴⁹. Y de eso justamente se trata.

⁴⁸ *Verdinglichung*, Frankfurt, Suhrkamp, 2005 (trad. esp. *Reificación*, Buenos Aires, Katz, 2005).

⁴⁹ Carta a Böhlendorff, Stuttgarter Ausgabe, 6, 1, pág. 426.

POLÍTICA

LEI DOS PARTIDOS POLÍTICOS E SISTEMA PARTIDÁRIO EM ANGOLA

Cristhoffer Antunes Kapuwa¹
cristhoffer.kapuwa@ispsn.org

Resumo

O escopo do artigo prende-se pela análise do sistema partidário angolano de modos a inferir os impactos da regulamentação dos partidos políticos. No sentido de compreender o nível de permeabilidade de partidos no sistema de partidos em Angola. Partimos da discussão analítica e conceptual dos partidos políticos, os sistemas de partidos, dos regimes jurídicos dos partidos e o seu espectro. Concluiu-se que aplicando o modelo de classificação das leis específicas dos partidos políticos em Angola deparamo-nos com um modelo protector de medidas restritas, com finalidade de reduzir o número de partidos políticos no sistema.

Para efeitos metodológicos o artigo é informado pela bibliografia sobre a história e o quadro legislativo concernente os partidos em Angola. Para que o trabalho não resulte meramente descritivo, faz-se uma análise bibliográfica, documental e teórica recorrendo aos conceitos – consolidados na literatura – de partidos e sistema de partidos.

Palavras-chave: Sistema político, sistema de partidos, lei dos partidos, pluripartidarismo, Angola.

Abstract

The goal of this paper is based on the analysis of the Angolan party system in ways to infer the impacts of the road of political parties. No sense of level of party permeability in any party system in Angola. Part of the discussion analytical and conceptual the parties, the systems of parties, the legal regimes of parties and their spectrum. In order to apply the classification model

¹ Licenciado em Ciência Política & Relações Internacionais pelo Instituto Superior Politécnico Sol Nascente, Huambo – Angola www.ispsn.org

of the specific laws of political parties in Angola, we are faced with the model of restrictive measures, with the purpose of reducing the number of political parties in the system.

For methodological purposes the paper is informed by the bibliography on the history and the legislative framework concerning the parties in Angola. So that the work is not merely descriptive, a bibliographical, documentary and theoretical analysis is made using concepts - consolidated in the literature - of parties.

Keywords: Political system, party system, party law, multiparty system, Angola.

1. INTRODUÇÃO

A década de 90 do séc. XX foi marcada pela “terceira vaga de democratização”² que se expandia por quase toda parte do mundo. Este facto foi grandemente influenciado pela queda do Muro de Berlim (1989) e, conseqüentemente, o fim da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (1991), dando resultado ao declínio da influência do sistema comunista na arena internacional, tendo sobrevivido alguns Estados comunistas até a actualidade³. Neste contexto internacional a realidade dos sistemas político de muitos países foi alterando, particularmente, com os incrementos dos princípios, valores e procedimentos democráticos e pela abertura para a legalização e actuação dos partidos políticos. O fenómeno da legitimidade dos partidos políticos pela consagração constitucional e por meio de leis específicas acompanha este percurso internacional de democratização e transição democrática.

Foi assim que o capítulo do multipartidarismo – como condição de princípio básico das democracias representativas - começa em Angola, com a instituição da nova Lei Constitucional que marca inicio da II República e apresenta a configuração de um novo sistema político, de regime democrático e com a realização, em 1992, das primeiras eleições legislativas e presidenciais em que participaram vários partidos políticos. Porém, este processo de transição foi interrompido devido ao retomar da guerra civil. No ano de 2002, com os Acordos de Luena, é assinalada o término da guerra civil e instalada paz em Angola e, desta feita, o país preparou-se para a continuidade do processo democrático; assim foi que em 2008 realizaram-se as

² Cf. Expressão cunhada, no mundo da ciência política, por Samuel Huntington, na sua obra *A terceira onda: a democratização no final do século XX*.

³ A China, Coreia do Norte, Cuba, Laos e Vietname mantêm-se até aos dias de hoje como Estados oficialmente comunistas.

segundas eleições (legislativas) no país. Na sequência, surge a Constituição de 2010 reformulando significativamente o sistema político angolano, que anteriormente apresentava um sistema de governo Semipresidencialista, que passaria depois para um sistema atípico denominado de Presidencialista-Parlamentar⁴. No quadro deste ordenamento jurídico-constitucional foram realizadas as eleições gerais de 2012 e, em seguida, as de 2017.

Assim sendo, propomo-nos neste quadro da evolução do sistema político angolano analisar o impacto da legislação dos partidos políticos no sistema de partidos vigente em Angola. Recorremos à abordagem bibliográfica, documental, teórica e descritiva, de modo a identificar os modelos analíticos conceptuais que nos permitissem entender o problema do estudo. O presente trabalho começa pela discussão das noções gerais de partido políticos, em seguida, os de sistema de partidos e as suas classificações. Continuamos com a exploração destes conceitos aplicados a compreensão do sistema partidário, tendo em conta a emergência dos partidos em Angola. E, por fim, discutimos o espectro da legislação dos partidos políticos e aplicamos ao nosso contexto, tendo em conta a Lei dos Partidos Políticos de Angola (Lei n.º 22/10 de 3 de Dezembro)

2.1. PARTIDOS POLÍTICOS

De modo a compreendermos melhor a perspectiva da análise do sistema partidário em Angola passamos à revisão da literatura dos conceitos de partidos políticos, sistema de partido e, também, a tipologia dos sistemas de partidos. Começamos por procurar nas obras de referências, entre os quais, segundo o Dicionário de Ciência Política, fazendo menção a uma definição clássica de La Palombara e Wiener, os partidos políticos “são organizações duradouras cujos membros se juntam em função de projectos políticos partilhados, valores comuns, ou ainda, aliança de interesses.” (Badie, Birnbaum, & Braud, 2013, p.2013). Esta definição põe em tónica o aspecto associativo dos partidos como organizações. E neste sentido, também um conceito clássico, foi o contributo de Max Weber, partindo de uma abordagem sociológica, definiu os partidos como “associações baseadas numa adesão (formalmente) livre,

⁴ Não é consensual entre diversos autores a denominação do sistema de governo angolano. Por alguns, devido as amplas competências e preponderância do poder da figura do Presidente da República no sistema político é denominado de Hiper Presidencialismo (Cf. Machado, E. M., Costa, P. N., & Hilário, E. C. (2013). *Direito Constitucional Angolano*. Coimbra: Coimbra Editora.); ao analisar as características do sistema angolano, o constitucionalista português Jorge Miranda, considera que o sistema de governo não é parlamentar nem tão pouco presidencialista e taxa como um sistema de governo de representação simples se assemelhando ao um tipo de bonopartismo ou aos regimes autoritários africanos [Cf. Miranda, J. (2010) *A Constituição de Angola de 2010*. Systemas - Revista De Ciências Jurídicas e Económicas. 2 (1),].

constituídas com o objectivo de atribuir aos seus chefes uma posição de poder no seio de um grupo social e aos seus militantes activos possibilidades (ideais ou materiais) para a consecução de fins objectivos ou de vantagens pessoais, ou ambos juntos.” (Weber apud Della Porta, 2003, p.149). No entanto, os partidos políticos enquanto associações da sociedade demarcam-se de outras associações devido à luta, conquista e ao exercício no poder na arena política. Assim, nesta senda, Fernandes (2010, p. 187) apresenta um conceito operacional de partidos políticos, que são “ organizações sociais voluntárias, com carácter de permanência e duração razoável, que lutam pela aquisição e exercício do poder, através de meios legais e democráticos”. Della Porta reforça esta perspectiva ao apontar que a principal estratégia dos partidos políticos é a ocupação dos cargos electivos para melhor atingir os seus objectivos, e recorre à definição de Anthony Downs para espelhar esta ideia, na qual, o partido “ é um conjunto de pessoas que procura obter o controlo do aparelho governativo na sequência de eleições regulares” (Della Porta, 2013, p.150).

Portanto, os partidos políticos não devem ser confundidos com os movimentos ou associações com objectivos políticos, muito menos com os grupos de pressão com fins políticos, pelo facto dos partidos aspirarem a conquista e o exercício efectivo do poder político.

No quadro jurídico angolano entende-se por partidos políticos, nos termos do art.1.º da Lei dos Partidos Políticos, como:

“Organizações de cidadãos, de carácter permanente e autónomas, constituídas com objectivo fundamental de participar democraticamente da vida política do País, concorrer livremente para a formação e expressão da vontade popular e para a organização do poder político, de acordo com a Constituição da República de Angola, com a lei e com os seus estatutos e programas, intervindo, nomeadamente, no processo eleitoral, mediante a apresentação ou patrocínio de candidaturas”

Este entendimento sobre o que são os partidos políticos emanados da legislação angolana mostra, em primeiro lugar, que está em linha com a maior parte da doutrina sobre a percepção dos partidos políticos. Por outro, deixa em evidência que as organizações partidárias devem ser reconhecidas por lei e funcionam no quadro da legalidade instituída e dos princípios democráticos.

Deste modo, podemos concluir que os partidos políticos são uniões voluntárias de indivíduos que partilham dos mesmo ideias, de carácter permanente ou durável, com vista a competir, manter e exercer o poder político por meios legítimos e democráticos. Desempenham como funções a tarefa intermediária na relação entre os cidadãos e o Governo, de representatividade

dos eleitores na arena parlamentar, de selecção da equipa política e administrativa e assim como da direcção da governação.

2.1. A EMERGÊNCIA DOS PARTIDOS POLÍTICOS EM ANGOLA

O surgimento dos partidos políticos em Angola enquadra-se no contexto histórico de luta política para a reivindicação da autonomia e independência dos países africanos face a colonização. O século XX marca a emergência dos partidos políticos em África⁵, em particular, no pós-segunda guerra mundial, com a fragilidade económica e política das colónias em fase de recuperação e reestruturação das guerras - o realinhamento da ordem internacional entre duas superpotências com aspirações hegemónicas mediante a cooptação de zonas de influências e o surgimento da ONU como *player* internacional, zelador das liberdades e direitos fundamentais da humanidade. Este momento internacional será de capital importância para galvanizar o nacionalismo africano. Portanto, a emergência dos partidos políticos em África está ligada à emergência dos nacionalismos em África.

Na África subsariana a maior parte dos partidos políticos surge por intermédio do alargamento do sufrágio na realidade política dos territórios e pela participação de africanos na governação local (Lavroff, 1975)⁶, como se nota os casos das colónias inglesas e francesas que optaram pela aplicação de uma política gradual de independência das suas coloniais. Neste período colonial começam a despoletar partidos políticos como o partido socialista senegalês, criado em 1935; a Reunificação Democrática Africana (RDA) de Félix Houphouët Boigny de 1946; Kwame Nkrumah com a Convenção do Partido Popular (CPP) de 1948; ou ainda, partidos como a União Africana do Quênia (KAU) com Jomo Kenyatta de 1947. Ao contrário de Inglaterra e França – em certa medida a Bélgica – o colonialismo português, sobre orientação política do Estado Novo, manteve-se resistente na cedência da independência face às suas colónias, numa tendência cada vez mais crescente em várias latitudes de África.

Em Angola, ainda no contexto de colonização, começam a surgir entre as décadas de 50 e 60 vários movimentos políticos nacionalistas com o objectivo de terminar a opressão colonial portuguesa e alcançar a independência do país. Nesta emergência do nacionalismo político

⁵ O caso de excepção era do partido *verdadeiro partido liberal* existente na Libéria desde 1860 (ver em Lavroff, 1975).

⁶ Como exemplo cita-se Benjamin Nnamdi Azikiwe foi o Governador-geral da Nigéria, o primeiro nativo a ocupar este cargo, em 1960; Kwame Nkrumah eleito Primeiro-ministro da Costa do Ouro em 1952; na Costa do Marfim, com Félix Houphouët Boigny que esteve em vários cargos ministeriais do Governo francês; ou ainda, o senegalês Léopold Sédar Senghor o primeiro negro deputado na Assembleia francesa e mais tarde o primeiro presidente do Senegal independente.

angolano ganham protagonismo três grandes movimentos de luta pela libertação de Angola (Movimento Popular de Libertação de Angola – MPLA, fundado em 1956; a Frente Nacional de Libertação de Angola, fundada em 1962; e a União Nacional para a Independência Total de Angola – UNITA, fundada em 1966).

Os três movimentos de libertação de Angola travaram contra o jugo colonial português uma luta armada, iniciada em 1961, forçando a cedência da independência. Este processo foi acelerado com o fim do regime fascista do Estado Novo em Portugal, com a Revolução dos Cravos em 1974. Desta feita, dando início ao capítulo das negociações da transferência do poder soberano ao território angolano, com o Estado português a reconhecer o direito a independência de Angola e como os únicos e legítimos representantes do seu povo os três principais movimentos de libertação nacional (MPLA, UNITA e FNLA). Os acordos estabelecidos por estas partes previam a instituição de um Governo de transição composto por membros oriundos das três forças políticas que passaria a exercer o poder com o alto-comissário até à proclamação da independência⁷. Porém, a falta de entendimento e rivalidades entre os movimentos de libertação nacional inviabilizou o cumprimento integral do Acordo e colocou o país na rota de uma guerra civil. Com o clima de conflitualidade entre os movimentos o país declara a independência a 11 de Novembro de 1975, sendo proclamada em Luanda pelo MPLA e no Huambo pela UNITA e a FNLA. Todavia, a proclamação da independência reconhecida internacionalmente seria feita pelo MPLA na capital angolana. Seguiu-se a independência a formação de um Governo sob direcção do MPLA que limitava o pluralismo político e o país mergulhou de facto numa guerra civil. Portanto, os movimentos de libertação nacional na história política de Angola constituem a matriz embrionária dos partidos políticos. Em relação ao surgimento de partidos políticos no quadro da história política angolana é possível a divisão cronológica entre a primeira vaga, que corresponde aos partidos históricos ou tradicionais (MPLA, UNITA e FNLA); e a segunda vaga, dos partidos políticos que emergiram da transição democrática (José, 2012, p. 25; Andrade, Boio & Katúmua, 2014, p. 24)

2.3. SISTEMAS DE PARTIDOS

Os partidos políticos são *conditio sine qua non* para a composição e estruturação de sistema partidário. Desta feita, segundo Pasquino (2010, p. 194) um sistema de partidos “pressupõe a interacção horizontal, concorrencial, entre um mínimo de dois partidos, bem como a interacção vertical entre vários elementos: eleitores, partidos, parlamentos e Governos” nesta acepção, há uma acentuada tónica no aspecto de relações de competitividades entre os grupos de partidos,

⁷ Ver em Acordo de Alvor de 1975

o que diminuiria, parcialmente, o entendimento dos sistemas dito monopartidários ou unipartidários, pois, nestes faltaria esse substracto de concorrência com outros partidos políticos. Esta posição é reforçada por Donatella Della Porta (2003, p. 188), quando afirma que os sistemas partidários “representam mais do que a soma da sua unidade, pois também incluem o tipo de acções recíprocas – cooperação e competição que ocorrem entre os seus membros. De acordo com Fernandes (2010, p. 200), o sistema partidário apresenta-se como “um conjunto de relações determinadas pelo número de partidos existentes num sistema político, pela sua dimensão relativa e pelo tipo de relações que se estabelece entre eles e o Estado”. Nas palavras do ilustre constitucionalista e politólogo francês Maurice Duverger - considerado como impulsionador da análise e da classificação dos sistemas de partidos - um sistema de partidos dado como um elemento essencial das instituições políticas de um país, se entende como o conjunto do “número de partidos, as estruturas internas, as suas ideologias, as suas respectivas dimensões, as suas alianças, os seus tipos de oposição, apresentam estabilidade durante um período mais ou menos longo”. (Duverger, 1985, p. 106). As noções apresentadas - em linha de convergência - sustentam uma das bases da tipologia dos sistemas políticos, na qual Duverger faz uma distinção inicial entre as democracias liberais (sistemas pluralistas, divididos em duas categorias: bipartidarismo e multipartidarismo) e os regimes autoritários (sistema de partidos únicos ou sem partidos). Portanto, a base de distinção desta classificação é o critério do número de unidades ou de partidos numa determinada sociedade política. Este número de partidos políticos não se traduz, literalmente, na quantidade de partidos que existem na sociedade, mas sim no número de partidos que tenham capacidade de representação parlamentar, tal como sugere Giovanni Sartori, citado por Fernandes (2010, p. 201), “não se considerem os partidos que não tenham obtido assentos parlamentares e que o peso relativo das outras formações seja avaliado em função da sua representatividade parlamentar”. Portanto, para se considerar um partido parte do sistema deve granjear os elementos que concernem o sistema partidário como, modalidades eleitorais, representação parlamentar e capacidade de facto ou possibilidade de formar governo (Pasquino, 2003, p.197). Quanto à classificação dos sistemas partidários, claramente, em Duverger os sistemas são catalogados em monopartidarismo, bipartidarismo e multipartidarismo segundo o critério do número de partidos num determinado sistema, ou seja, o critério da quantidade, método que visa definir as formas do sistema partidário. Um outro método amplamente conhecido no campo da ciência política é do politólogo italiano Giovanni Sartori, citado por Pasquino (2010, p. 195), acrescenta ao numérico os dois critérios de relevância: sendo o potencial de coligação e o potencial de

intimidação⁸. Estes métodos irão ajudar a entender a mecânica do sistema partidário. Desta forma, os sistemas de partidos de Sartori são classificados em sistemas não concorrenciais (monopartidários e hegemónicos), sistemas concorrenciais (partido predominante, bipartidarismo, multipartidarismo limitado, multipartidarismo extremo e pulverizados). A par desta classificação Sartori elabora uma tipologia para compreensão dos sistemas de partidos dos países africanos catalogando-os em sistemas não estruturados denominados de sistemas de partidos dominante, representado por um único partido que num sistema consegue por três vezes consecutiva vencer com mais de 50% dos lugares (Sartori apud Sanches, 2015)

2.4. O SISTEMA PARTIDÁRIO ANGOLANO

No caso de Angola o sistema partidário, desde a sua génese em 1992, apresenta-se como um sistema multipartidário. Com a tendência de 5 partidos com assentos parlamentares desde as eleições legislativas de 2008, e cada vez mais com um número reduzido de partidos à corrida eleitoral, com o MPLA saindo vitorioso em todas as eleições realizadas. Nas eleições legislativas de 1992 o MPLA torna-se *partido maioritário* com 129 assentos dos 220 na Assembleia Nacional; em 2008 conquista a 191 deputados; em 2012, elege 175 deputados; e nas últimas eleições gerais de 2017 consegue 150 assentos parlamentares. Somando o número de vitórias ao longo das eleições é notável um claro predomínio de maiorias absolutas em cada pleito eleitoral. Apesar destas características de continuidade entre o número de partidos com assentos na Assembleia Nacional – desde 2008 - o domínio do MPLA nos resultados eleitorais, que muito servem para a análise da forma (numero de partidos) e da mecânica (relevância dos partidos) do sistema de partidos. No entanto, deparamos nos com um sistema de partidos pouco institucionalizado. Segundo o conceito de institucionalização de sistema de partidos de Mainwaring e Scully, citado por Mainwaring e Torcal (2005, pp. 254-255), compreende a quatro dimensões:

“O primeiro, sistemas mais institucionalizados manifestam considerável estabilidade nos padrões de competição entre partidos [...] em segundo lugar, em sistemas mais institucionalizados, os partidos têm raízes fortes na sociedade, a maioria dos eleitores tem ligações partidárias e algumas associações de interesse estão intimamente ligadas a eles [...] em terceiro lugar, em sistemas mais institucionalizados, os atores políticos

⁸ O Potencial de coligação entende-se na capacidade de um partido independente de ser pequeno na percentagem do eleitor e aos assentos parlamentares são de grande utilidade para formação de coligação. O potencial de intimidação são partidos que apesar não participarem em coligações mas por possuírem votos e assentos parlamentares em tal medida que condicionem o funcionamento do Governo de coligação. Ver em Pasquino, 2010, p. 195

conferem legitimidade aos partidos, considerando-os uma parte necessária da política democrática, mesmo quando criticam determinados partidos e manifestam cepticismo em relação aos partidos em geral [...] por fim, em sistemas mais institucionalizados, as organizações partidárias não estão subordinadas aos interesses de uns poucos líderes ambiciosos.”

A estas características dos sistemas partidários institucionalizados ou não, acrescentam-se razões, particulares do caso angolano, indicadas por Andrade, Boio e Kutúmua (2014, 28):

“a) alterações nos padrões de competição (a eleição do presidente da república pela via cabeça de lista), b) a falta de estabilidade dos partidos (cisões internas entre partidos, extinção e surgimento de novos partidos) c) fraca percepção dos cidadãos em relação a função dos partidos no alcance do poder governativo”

Portanto, ainda é insuficiente falarmos da institucionalização do sistema partidário angolano. Em suma, podemos caracterizar o sistema de partidos em Angola, em consonância com Andrade, Boio e Kutúmua (2012), como um sistema pela sua forma de multipartidário, no entanto sobre a relevância ou irrelevância de outros partidos assume-se como um sistema de *partido dominante* onde não há alternância do poder, e o partido no poder governa só com a exclusividade dos membros do seu partido – ou por ele escolhido - detém a maioria parlamentar e sofre menos pressão por parte da oposição.

Todavia, Pasquino (2010, p. 199) ilustra que a relevância dos outros partidos dentro do sistema pode ser conseguida mediante a criação de uma coligação entre eles para influenciar o funcionamento do sistema político. No contexto angolano pese embora ter havido coligações para concorrer às eleições, a ideia de uma coligação antes ou depois das eleições entre as principais forças da oposição parece – embora se nutra alguma possibilidade por parte dos actores envolvidos - uma realidade distante⁹. Este facto encontra explicação analítica nas três leis sociológicas de Duverger de impacto ao sistema de partidos, segundo o qual, os sistemas eleitorais influenciam o tipo de sistema de partido e a estrutura dos partidos. Duverger faz a correspondência do sistema eleitoral maioritário à uma volta – *plurality* - a um bipartidarismo, por quanto, o sistema maioritário às duas voltas – *majority* – potenciar a um multipartidarismo, com partidos dependentes uns dos outros e mais propenso a criação de coligações para governo.

⁹ Ver assunto nos jornais: Correio Angolense (2017). Coligação: entre a utopia e o imperativo da mudança” – ainda a proposta dos “revús” esmiuçada por Nuno Dala, in: <https://www.correioangolense.com>; DW (2016). Oposição angolana debate coligação eleitoral contra MPLA, in: <https://www.dw.com/pt>; Novo Jornal (2017). Eleições: UNITA reafirma possibilidade de formar coligação de Governo com outros partidos da oposição, in: <http://www.novojornal.co.ao>

A terceira lei apresenta o sistema eleitoral de representação proporcional que “tende para um sistema multipartidário, com partidos rígidos e independentes uns dos outros, e favorecem as cisões nos partidos existentes” (Fernandes, 2010, p. 226). O sistema eleitoral angolano para as legislativas faz-se mediante a divisão de dois círculos eleitorais. Sendo o círculo nacional único – para a eleição de 130 deputados – e o círculo provincial com a eleição de 5 deputados em cada província. Um sistema de representação proporcional plurinominal de lista fechadas e a conversão de votos em mandatos utiliza-se o método de belga Hondt, nos círculos provinciais, e para o círculo nacional aplica-se o método do resto mais forte. Portanto, a tese de Duverger, neste sentido, encontra validade na realidade do *sistema multipartidário de partido dominante* angolano onde os partidos da oposição parlamentar são tendencialmente rígidos e independentes e assomando o facto que o grau de polarização ideológica é baixa no sistema político, tornando difícil posicionar substancialmente os partidos entre os de «direita» ou «esquerda» (José, 2012, p. 27). Actualmente os principais partidos políticos com assento parlamentar são: MPLA (partido no poder desde as primeiras eleições de 1992, 150 deputados na Assembleia Nacional), UNITA (o maior partido da oposição, com 51 deputados), CASA-CE – Convergência Ampla de Salvação de Angola- Coligação Eleitoral (é uma coligação de partidos e com membros independentes dissidentes de outros partidos, uma formação bastante nova que em 2012, ano sua criação, entra no parlamento como a terceira força político no país, com 16 assentos), PRS – Partido da Renovação Social (partido criado no processo de transição democrática em 1990, com 2 deputados) e a FNLA (é um dos três partidos tradicionais que actualmente se apresenta como um partido pequeno, com apenas 1 deputado).

3. A LEI DOS PARTIDOS POLÍTICOS EM ANGOLA

As primeiras indicações sobre a regulamentação dos partidos políticos nas constituições datam no início do século XX e tem uma grande difusão apos o fim da Segunda Grande Guerra (Bizien e Rashkova apud Mayer, 2015, p. 44). Esta expansão ecoará até ao continente africano com a emergência dos regimes de pluralismo político e a realização das eleições multipartidárias (Sanches, 2016, p. 137). Mayer (2015, p. 45), citando Bizien e Kopecky, mostra que o processo de legitimação dos partidos na Europa começou numa primeira fase com o reconhecimento dos partidos pelos Governos mediante as constituições, e em seguida, com o reforço da legitimidade que emana da legislação específica dos partidos políticos, contudo, a não existência de uma lei de partidos não significa que não haja uma regulamentação das suas actividades porque estas podem ser reguladas nas constituições ou nas leis eleitorais. No contexto africano inicialmente a regulamentação da actividade dos partidos surgem como instrumento jurídico legitimador da

sua criação e participação da sociedade política com vista a conquista e o exercício do poder político. Na história do constitucionalismo angolano a Lei Constitucional n.º 12/91, de 6 Março marca o início de uma nova era para a política de Angola, e as alterações feitas na referida lei contemplam “ a criação das premissas constitucionais necessárias à implementação da democracia pluripartidária” (Correia e Sousa, 1996, p. 31). A LC de 1991 continha os princípios fundamentais da constituição e o funcionamento de um partido, os deveres concernente aos objectivos, programas e prática; e, também, garantia o direito à igualdade de tratamento por parte das entidades que exercem o poder público; o direito a um tratamento de igualdade de imprensa (art.4.º, da LC n.º 12/91). Num período bastante curto surge a legislação específica dos partidos políticos, de modos a ampliar as reformas políticas-constitucionais no país para uma abertura ao pluripartidarismo, na Lei dos Partidos Políticos n.º 15/91 de 11 de Maio, num contexto de negociações antes das assinaturas do Acordo de Paz de Bicesse em 31 de Maio de 1991. Portanto, entendemos que o processo de legitimação dos partidos políticos em Angola acontece, num período de quase simultaneidade, com o reconhecimento constitucional¹⁰ e de legislação própria dos partidos políticos.¹¹

Os trabalhos de pesquisa que procuram analisar as legislações dos partidos políticos tendem na sua maioria a uma abordagem descritiva em detrimento dos estudos mais profundos e a desenvolvimento de parâmetros de comparação (Mayer, 2015, p. 42). Apesar dos poucos estudos sobre regulação dos partidos políticos é possível efectuar pesquisas descritivas das leis dos partidos por intermédio de modelos conceptuais de análise que permitem caracterizar os vários tipos de legislação de partidos. Neste sentido, nos referimos ao espectro da legislação dos partidos políticos que segundo Mayer (2015, pp. 42-44), podemos estudar a partir das leis partidárias de Zovatto (leis minimizadoras e maximizadoras) e Moleenar (permissivas, promocionais, selectiva e proibitiva). Quanto a análise da legislação dos partidos no continente Sanches (2016, p.138) citando Salih & Nordlund afirma que podemos identificar três tipos ou modelos de legislação, a saber:

¹⁰ A LC n.º 12/91 podendo se tratar de uma revisão da lei anterior, aqui tomamos partido de Correia e Sousa quando entende que a mesma “trata-se de uma nova Constituição” no sentido da alteração do modelo político e económico.

¹¹ No estudo de Mayer, o autor analisa em 27 Estados europeus o processo de legitimação dos partidos políticos e é notável a quantidade de países sem legislação específica de partidos políticos até 2015. Ver em Mayer, R. (2015). A regulação dos partidos políticos do Cone Sul. *Leviathan* (10), pp. 41-58.

a) *modelo promotor*, que encoraja e promove não apenas as actividades dos partidos, mas também a sua criação [...] b) *modelo protector* ou *proteccionista*, que protege os partidos de danos ou de perdas potenciais; em último caso resultaria em regimes de partido único, em que apenas um partido é legítimo e tem o monopólio do poder político; mas pode acontecer em contextos democráticos, quando por exemplo se criam normas que protegem os partidos das defecções ou que reforçam a disciplina partidária [...] c) *modelo prescritivo*, que dá ordens, ou que prescreve leis que podem melhorar (“curar”) o funcionamento dos partidos, ainda que controlando as suas estruturas organizativas e actividades.

Dado o contexto geográfico da nossa pesquisa é conveniente que adoptemos a tipologia usada por Sanches (2016, pp. 139-140) aplicada à realidade comparativa de Cabo de Verde e São Tomé e Príncipe, países membros dos PALOP, conjuntamente com a ferramenta de análise de conteúdos da legislação de Kraven, citado por Sanches (2016, p.139), que traz os seguintes elementos: proibição de outros partidos políticos; proibição de ligações com outras organizações; proibição de contactos com organizações internacionais; restrições de militância; registo dos partidos, e extinção dos partidos. De modo a se averiguar as restrições legais imposta partidos políticos na sua constituição e funcionamento.

Desta feita, analisando a actual legislação dos partidos políticos de Angola (Lei n.22/10 de 3 de Dezembro) temos o seguinte gráfico:

Tabela 1 - Restrições legais na legislação de partidos

Tipos de restrições	Lei dos partidos políticos de Angola (Lei n.º 22/10 de 3 de Dezembro)
Proibição de outros partidos políticos	Art.5.º Os partidos políticos devem ter carácter e âmbito nacional. 2. É proibida a constituição de partidos de carácter local e regional; que fomentem o tribalismo, racismo, o regionalismo ou outras formas de discriminação dos cidadãos e de afectação da unidade ou integridade territoriais; partidos que visem, por meios inconstitucionais, subverter o regime democrático e multipartidário; empreguem ou proponham-se empregar a violência na prossecução dos seus fins, nomeadamente a luta armada como meio de conquistar o poder, o treinamento militar ou

	paramilitar de cidadãos e a posse de depósitos de armamento dentro ou fora do território nacional; adoptem uniforme para os seus membros e possuam estruturas paralelas clandestinas; utilizem organização militar, paramilitar ou militarizada; subordinem-se à orientação de Governos, entidades e partidos estrangeiros.
Proibição de ligações com outras organizações	Art. 31.º. Os partidos podem constituir ou associar à sua acção outras organizações, nomeadamente juvenis, femininas, profissionais, sem prejuízo da autonomia destas
Proibição de contactos com organizações internacionais	Art.32.º Sem prejuízo do disposto nos números seguintes os partidos políticos angolanos podem filiar-se em organizações internacionais de partidos de estrutura e funcionamento democráticos, que não persigam objectivos contrários à Lei Constitucional e à presente lei. 4. É proibida qualquer obediência dos partidos angolanos a normas, ordens ou directrizes exteriores
Restrições de militância	Art. 22.º Só podem ser membros dos partidos políticos os cidadãos angolanos maiores de 18 anos no pleno gozo dos seus direitos civis e políticos. 2. É interdita a filiação em partidos de: membros das Forças Armadas Angolanas que se encontrem no activo; membros das Forças Policiais; Magistrados Judiciais e do Ministério Público; pessoas colectivas
Registo dos Partidos	Art. 4.º A constituição dos partidos políticos é livre, não dependendo de qualquer autorização. Art. 14.º A inscrição de um partido político é feita a requerimento de, no mínimo de 7500 cidadãos, maiores de 18 anos e no pleno gozo dos seus direitos civis e políticos, devendo, entre os requerentes, figurar, pelo menos, 150 residentes em cada uma das províncias que integram o país. 2. O requerimento de inscrição é dirigido ao Presidente do Tribunal Constitucional, acompanhado de: estatuto e programas do partido, com prova da sua aprovação em

	<p>assembleia representativa dos seus membros; fotocópia da publicação da convocatória em jornal de ampla divulgação; extracto da acta da realização do fórum que elegeu os corpos de direcção do partido; fotocópia do bilhete de identidade ou cartão de eleitor dos 7500 cidadãos requerentes do pedido de inscrição; declaração expressa de aceitação de cada subscritor; comprovativo de valor pecuniário mínimo, equivalente a Kz: 5000 000, 00, e património avaliado no mesmo valor, para início da sua actividade; atestado de residência.</p>
Extinção dos partidos	<p>Art. 33.º Os Partidos Políticos extinguem-se: a) voluntariamente por deliberação do órgão estatutário competente; b) por decisão jurisdicional.</p> <p>4. Há lugar à extinção do Partido Político por decisão do Tribunal Constitucional quando: a) o partido não observar os limites estabelecidos no n.º 2 do artigo 5º da presente lei; b) o partido não participar por duas vezes consecutivas, isoladamente ou em coligação em qualquer eleição legislativa ou autárquica, com programa eleitoral e candidatos próprios; c) o número de filiados do partido se tornar inferior ao estabelecido no n.º 1 do artigo 14º da presente lei; d) não apresentar para registo, durante sete anos, as actas comprovativas das eleições periódicas dos órgãos de direcção do partido; e) o partido receber, directa ou indirectamente, financiamentos proibidos nos termos da lei; f) seja declarada a sua insolvência; g) se verifique que o seu fim real é ilícito ou contrário à moral ou ordem pública; h) não possuir delegações ou representações em pelo menos 2/3 das Capitais de Províncias do País; i) não ter atingido 0,5 % do total de votos expressos nas eleições legislativas a nível nacional.</p>

Fonte: elaborado pelo autor com base em Sanches (2016)

Tendo em conta os elementos da análise de conteúdos podemos inferir que o regime jurídico de partidos políticos em Angola é formalmente de *modelo protector* com normas bastantes

limitadoras, exigentes e rígidas, como são o caso do processo de inscrição e a extinção por decisão do Tribunal Constitucional. Neste mesmo sentido, Andrade, Boio e Kutumua (2014, p. 27) entendem que a nova lei dos partidos cria um conjunto de medidas restritivas, sancionatórias como o apoio social mínimo de 7500 cidadãos, no acto da inscrição; e a extinção do partido no caso de não obtenção de 0.5% de votos expressos. Para Nelson Pestana, citado por Andrade, Boio e Kutumua (2014, p. 27), estas limitações aos partidos emana da lei como mecanismo do partido no poder. Esta posição ilustra uma tendência em África dos partidos no poder em fazer recurso ao ordenamento jurídico para enfraquecer e esvaziar as forças políticas opositoras e, por consequente, vão se mantendo no poder. De igual modo, ao se referir sobre o regime jurídico dos partidos, Sanches (2016, p. 138) diz que estas “leis parecem também funcionar como um recurso ou mecanismo institucional que permite aos partidos políticos que estão no poder fomentar, mas também controlar, a formação e a sustentabilidade dos partidos políticos”. Atentando na leitura sobre a correlação da lei dos partidos políticos no sistema de partidos em Angola podemos considerar que a entrada em vigor da lei revista de 2010 e de acordo com as características que a mesma lei possui de *modelo protector, de medidas restritas e sancionatórias*, criou uma diminuição alargada do número de partidos políticos no cenário angolano. Efeito implícito que teve resultados no sistema partidário em Angola, se analisarmos o pleito eleitoral legislativo de 1992 concorreram 18 formações políticas, sendo que 12 obtiveram assentos parlamentares. Nas segundas eleições, já com a lei dos partidos políticos n.º2/05, de 1 de Julho – em 2008, foram 14 formações políticas – partidárias a concorrer aos 220 assentos no parlamento, onde apenas 4 partidos e uma coligação conseguiram mandatos. No terceiro pleito eleitoral, em 2012¹², o número de partidos concorrentes reduziu para 9 agremiações políticas, com o mesmo número de partidos na Assembleia. E, por fim, nas últimas eleições gerais realizadas em 2017 concorrem apenas 6 agremiações políticas, dando resultado a uma Assembleia composta por 5 forças políticas.

Até a data, de acordo com o Tribunal Constitucional, na lista dos partidos políticos legalizados em Angola constam 11 formações (MPLA, UNITA, PRS, FNLA, PADDA-AP, PALMA, PNSA, PPA, BD, PDP-ANA e APN) sendo que 6 partidos se encontram integrados na coligação CASA-CE (PADDA-AP, PALMA, PNSA, PPA, BD, PDP-ANA).¹³ Portanto, o sistema partidário em Angola sofre influências dos vários elementos do sistema político, o sistema

¹² Consultar o site Africa elections database, in: <http://africanelections.tripod.com/>

¹³ Consultar em <http://www.tribunalconstitucional.ao/uploads/%7B40a631cf-2fbc-4b1e-9864-12169e552544%7D.pdf>

eleitoral àquele em que se evidencia uma acção directa sobre o sistema de partido (Fernandes, 2010) ou enquanto facto técnico essencial (Duverger, 1985). Também notamos a incidência da lei dos partidos, quer de forma implícita ou como acção indirecta, no sistema partidário.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do trabalho fomos analisando o sistema político angolano na dimensão do sistema de partido e, neste, na unidade dos partidos políticos, com o intuito de se perceber a correlação do regime jurídico dos partidos no sistema de partidos. Na discussão conceptual da noção de partidos políticos concluímos que para o cumprimento da sua primordial função de representação do povo, os mesmos são sustentados por um conjunto de princípios fundamentais jurídicos que legitimam a sua constituição e a sua acção, portanto, os conceitos quer seja mais analíticos ou operacionais devem espelhar o aspecto legal/formal dos partidos. A discussão da noção dos partidos levou-nos a debruçar sobre a evolução dos partidos políticos em Angola, situação que se enquadra na emergência do nacionalismo político africano e no despoletar das independências do continente berço. Ao contrário dos países colonizados pela Inglaterra e França onde os partidos vão surgir pela via da extensão do sufrágio, em Angola, o nascimento dos partidos políticos esteve ligado aos movimentos de libertação (MPLA, UNITA e FNLA) que mais tornar-se-ão nas principais forças políticas do país, portanto, os movimentos de libertação foram o embrião dos partidos na história dos partidos em Angola.

Com efeito, abordamos o sistema de partido, inicialmente, na análise teórica dos conceitos e no espectro do sistema de partidos onde traçamos o critério classificatório do sistema de partidos angolanos, a partir dos critérios que permitem a sua forma (numérico) e os de relevância dos partidos dentro do sistema, com base nos postulados de Duverger e Sartori. Desta leitura o sistema de partido angolano foi classificado como um sistema que na sua forma é multipartidário, no entanto, ao olharmos a relevância dos partidos estamos diante dum sistema de partido dominante. Na relação sistema eleitoral e sistema de partidos a 3ª lei de Duverger pareceu-nos corresponder à realidade angolana, devido ao facto do sistema eleitoral ser de representação proporcional e favorecer a um sistema multipartidário com partidos heterogéneos e inflexíveis, expondo desta forma as dificuldades de surgimento de coligações de governo em Angola. Acrescenta-se o facto do sistema político ter um baixo grau de polarização ideológica entre os partidos (José, 2012).

Por fim, abordamos a temática das legislações dos partidos políticos, por forma, a entender o arcabouço teórico e o espectro destas leis específicas. Em seguida, adaptamos os modelos de análise proposta por Sanches e outros autores de forma a compreender o espectro da lei dos

partidos políticos em Angola e inferir o impacto que as mesmas têm sobre o sistema partidário. Contudo, entendemos que há um impacto – ainda que de forma implícita - que a legislação dos partidos políticos imprime no sistema de partidos e na própria dinâmica do sistema político. Se, de forma explícita, a legislação dos partidos políticos afecta fortemente a constituição e o funcionamento interno das estruturas dos partidos, a correlação com o sistema de partido está ligado com capacidade que esta lei tem em dar maior ou menor permissibilidade para o surgimento dos partidos políticos. A legislação angolana dos partidos de tipo protector ao *status quo* do partido no poder, com medidas restritas e sancionatórias vai reduzindo o número de partidos no mercado político e, simultaneamente, vai se configurando um sistema multipartidário com cinco forças políticas parlamentares.

BIBLIOGRAFIA

- Amaral, D. F. (2014). *Uma introdução à política*. Lisboa: Bertrand.
- Andrade, M. P., Boio, D., & Kutúmua, M. (2014). *Comportamento eleitoral dos jovens angolanos nas eleições de 2012*. Huambo: CISN.
- CNE. (2012). *Compêndio da legislação eleitoral*. Luanda: Imprensa Nacional.
- Constituição da República de Angola*. (2014). Luanda: Where Angola.
- Correia, A., & Sousa, B. (1996). *Angola história constitucional*. Coimbra: Livraria Almedina.
- Duverger, M. (1985). *Os grandes sistemas políticos*. Coimbra: Ed. Almedina.
- Fernandes, A. J. (2010). *Introdução à ciência política: teorias, métodos e temáticas*. Porto: Porto Editora.
- Hermet, G., Badie, B., Birnaum, P., & Braud, P. (2013). *Dicionário de ciência política e das instituições políticas*. Lisboa: Escolar Editora.
- José, G. M. (2012). *Congruência Ideológica e Política em Angola: Análise comparativa dos Deputados eleitos para Assembleia Nacional e respectivos eleitores (Dissertação de Mestrado, ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa)*. Fonte: https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/5669/1/Congru%C3%Aancia%20Ideol%C3%B3gica%20e%20Pol%C3%ADtica%20em%20Angola_GMJ.pdf
- Lavroff, D. (1975). *Os partidos políticos da África negra*. Lisboa: Bertrand.
- Machado, J. E., Costa, P. N., & Hilário, E. C. (2013). *Direito constitucional angolano* (2ª ed.). Coimbra: Coimbra Editora.

- Mainwaring, S., & Torcal, M. (2005). Teoria e institucionalização dos sistemas partidários após a terceira onda de democratização. *Opinião Pública*, XI(2), pp. 249-286. Fonte: <http://www.scielo.br/pdf/op/v11n2/26416.pdf>
- Mayer, R. (2015). A regulação dos partidos políticos do Cone Sul. *Leviathan* (10), pp. 41-58. doi:<https://doi.org/10.11606/issn.2237-4485.lev.2015.132367>
- Pasquino, G. (2010). *Curso de Ciência Política*. Lisboa: Principia.
- Della Porta, D. (2003). *Introdução à ciência Política*. Lisboa: Editorial Estampa.
- Sanches, E. R. (2010). Institucionalização dos Sistemas Partidários na África Lusófona—O caso cabo-verdiano. *Cadernos de Estudos Africanos*(20), pp. 111-138. Fonte: <https://journals.openedition.org/cea/161>
- Sanches, E. R. (2015). " Novo contexto mas velha política": a evolução do sistema partidário moçambicano entre 1994-2014. " *Espaço Lusófono*"(1974/2014): *Trajectórias Económicas e Políticas: Textos*, pp. 34-83. Fonte: <http://repositorio.ul.pt/handle/10451/20679>
- Sanches, E. R. (2016). O desenvolvimento dos sistemas partidários de Cabo Verde e São Tomé e Príncipe em perspetiva comparada (1991-2014). *Anuário de Direito de São Tomé e Príncipe* (2015), pp. 121-146. Fonte: <http://hdl.handle.net/10451/25347>

PSICOLOGIA

EXCLUSÃO SOCIAL E POBREZA JUVENIL NA CIDADE DO HUAMBO: UM ESTUDO DE CASO DOS LAVADORES DE CARROS NAS RUAS¹

Benedito Jovial Kavita²

benedito.kavita@outlook.com

Resumo

A presente pesquisa visou conhecer as representações sociais dos jovens lavadores de carros nas ruas da cidade do Huambo, sobre sua exclusão social e pobreza. Combinou-se a Teoria das Representações Sociais conforme a abordagem de Serge Moscovici e Denise Jodolet com entrevistas em profundidade com 11 sujeitos do sexo masculino, de idade média de 23. Os dados obtidos através das entrevistas foram submetidos a análise do discurso, ilustrando uma gama complexa e preocupante de dificuldades enfrentadas quotidianamente pelos jovens em questão: a) insuficiência do rendimento económico do trabalho para a satisfação das necessidades primárias, com nefastas consequências no plano da aceitação na família e da estabilidade da mesma; b) violência no ambiente de trabalho, resultante principalmente da luta relacionada com a escassez de clientes do serviço de lavagem, bem como consumo de álcool e outras drogas; c) sensação de exclusão, ansiedade e fatalismo por falta de mecanismos institucionais de inserção escolar e profissional.

Palavras-chave: Representações sociais, exclusão, jovens, trabalho, Huambo.

Abstract

This article addresses the social representations of young street car washers in Huambo city in Angola, concerning their own condition of social exclusion and poverty. The research conducting to this article combined Social Representation Theory as in Serge Moscovi and

¹ Parte do texto foi extraído da dissertação de mestrado apresentado à Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Agostinho Neto em Luanda em 2015.

² Mestre em Psicologia Social e Docente do ISPSN-Huambo.

Denise Jodolet's approach with interviews with eleven males averagely aged 23. Discourse analysis was applied to the interviews results, reveling an entangling and worrying array of hardships affecting the observed young population on a daily basis: a) shortage of labour income, considering their basic needs satisfaction, which often damages the chances for them to be accepted by their relatives, which in turn harms family cohesion and their social integration; b) violence in labour context, resulting chiefly from struggle related to the scarcity of service customers, and drugs effects, alcohol being the most consumed drug; c) feeling of exclusion, anxiety and fatalism related to the lack of institutional policy for education and professional inclusion.

Palavras-chave: Social representations, exclusion, youth, labour, Huambo.

INTRODUÇÃO

Nesta investigação, abordamos “as representações sociais da exclusão social, num estudo de caso dos jovens lavadores de carros nas ruas da cidade do Huambo”. A razão pela qual decidimos fazer esta abordagem, residiu no facto de termos constatado, no dia-a-dia, um problema social tão grave que é o da exclusão social dos jovens em geral e, em particular, dos lavadores de carros nas ruas. Com esta pesquisa, pretende-se conhecer as representações sociais da exclusão social dos jovens lavadores de carros nas ruas da cidade do Huambo, descrever e analisar as representações sociais da exclusão social no seio destes jovens, identificar os principais problemas que preocupam e afectam os jovens lavadores de carros e, finalmente, explicar as dificuldades que enfrentam na vida quotidiana, na família e nas possibilidades de acesso à escola e ao trabalho formal.

Para alcançar os objectivos supracitados foi necessária a realização de um percurso teórico-metodológico que deu origem as três partes que compõem esta investigação. A primeira parte é dedicada à Teoria das Representações Sociais. Esta parte dá-se um tratamento conceptual sobre os temas de Pobreza e Exclusão Social. A segunda parte é concernente à metodologia de pesquisa utilizada (pesquisa qualitativa). Apresentam-se as características sociodemográficas dos entrevistados, as circunstâncias de inserção no campo, os instrumentos e procedimentos de colecta de dados utilizados (entrevistas aprofundadas), como também os procedimentos de análise desses dados (análise do discurso). Na terceira e última parte, abordam-se as representações sociais da exclusão social dos jovens lavadores de carros nas ruas da cidade do Huambo, como resultado do trabalho de campo. Nesta parte, analisam-se os dados recolhidos no trabalho de campo e procura-se identificar e explicar as dificuldades encontradas pelos

jovens lavadores de carros na luta pela subsistência e nas suas relações com os membros das suas famílias e da sociedade em geral.

1. TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E EXCLUSÃO SOCIAL

1.1-Teoria das representações sociais

O trabalho funda-se no modelo teórico de Serge Moscovici, da escola psicossocial francesa, que desenvolveu a Teoria das Representações Sociais, com a obra *La psychanalyse, son image et son public* (1961/1978) editada em França e publicada no Brasil, em 2012, com o título: “A psicanálise, sua imagem e seu público”. Com esse livro, Moscovici inseriu-se no debate sobre a teoria e a pesquisa das representações sociais, tornando-a pertinente ao contexto da psicologia social³. Nesse contexto, quer-se perceber um problema social bem visível na sociedade angolana, que tem a ver com a questão da exclusão social. Mas para melhor clarear o argumento, achou-se pertinente seleccionar a categoria “jovens lavadores de carros” para o quadro de análise. Daí a necessidade de falar sobre as representações sociais destes mesmos jovens a cerca do problema social que vivem, muitas das vezes sem perceberem suas causas e muito menos suas consequências.

As representações sociais são manifestações do pensamento social, colectivamente produzidas e historicamente determinadas, se organizam em torno de um núcleo central, são estruturadas contendo informações, crenças, opiniões e atitudes. O estudo das representações sociais foi impulsionado pela convicção de que o senso comum não é algo irracional, e que pode ser uma fonte importante para estudos científicos⁴. Segundo Moscovici,⁵ com a Teoria das Representações Sociais se visa “o estudo de como, e por que as pessoas partilham o conhecimento e, desse modo, constituem sua realidade comum, de como elas transformam ideias em práticas”. Gonzalez Rey⁶ considera como principal contribuição da Teoria das Representações Sociais a criação de uma nova zona de sentido dentro da Psicologia Social até então ignorada: o estudo da génese e do desenvolvimento do conhecimento social. É neste contexto onde enquadramos a teoria. Com ela se quer defender que apesar da qualidade dos jovens em análise, eles são capazes de nos fornecer um conhecimento científico acerca da sua

³ Crf. Jodolet, D., Representações Sociais: um domínio em expansão. In D. Jodolet (Org.). *As Representações Sociais*. EdUERJ, Rio de Janeiro, 2001.

⁴ Cfr. Jodelet, D., *opus. cit.*

⁵ Cfr. Moscovici, S. (2007). *Representações Sociais: Investigação em Psicologia Social*. Ed. Vozes, 5ª ed., Rio de Janeiro, 2007.

⁶ Cfr. González Rey, F.L., *Sujeito e Subjectividade: uma aproximação histórico-cultural*. Thomson Learning, São Paulo, 2003.

situação de exclusão e pobreza. A teoria das representações sociais aplicada à situação concreta há-de nos fornecer um saber espontâneo e a manutenção de um saber tradicional, na ausência de um saber erudito unânime, estruturado e amplamente difundido tal como defende Jodelet citado por De Sá⁷.

1.2- Exclusão Social e Pobreza

Pensar de modo profundo à respeito do conceito “exclusão” leva a qualquer pessoa a pensar aos mais diversos ângulos que o próprio termo sugere. É, se calhar por isso, que no âmbito das ditas Ciências Sociais, o termo encontra variadíssimas abordagens. Nesta ordem de pensamento, temos a citar Jodelet ligada à Psicologia Social, que considera a noção de exclusão como sendo bastante polissêmica, compreendendo por isso um fenómeno que se pode perguntar até onde se justifica falar ou tratar em geral, o que suporia juntar todos os processos que ele implica ou todas as formas que ela toma em uma mesma alternativa⁸. Este termo “exclusão”, tem sido atribuída sua invenção a René Lenoir em 1974 o qual achava que não era mais um fenómeno de ordem individual mas sim social, cuja origem deveria ser buscada nos princípios do funcionamento das sociedades modernas, tal como assegura Wanderley citado por Arruda, Calaço e Baia⁹. Entre as causas da exclusão, destaca-se: o rápido e desordenado processo de urbanização, a inadequação e uniformização do sistema escolar, desenraizamento causado pela mobilidade profissional, as desigualdades de renda e de acesso aos serviços.¹⁰

Sawaia,¹¹ chama atenção ao facto de que este fenómeno não afecta apenas as franjas dos subproletários, também um processo que pode afectar todas as camadas sociais. Se o termo exclusão parece ser polissémico e dúbio do ponto de vista de sentido, o mesmo não acontece com o seu similar que é o termo exclusão social que é mais preciso e claro. Nesta busca do seu entendimento, o sociólogo Giddens¹² define-o como sendo o modo como os indivíduos são destituídos da possibilidade de um envolvimento pleno na vida social. Este autor ainda dá um exemplo prático dos excluídos sociais dizendo que são as pessoas que vivem em bairros sociais degradados com escolas pobres e poucas oportunidades de emprego, pessoas sem

⁷ Cfr. De Sá, C. P., *A construção do objecto de pesquisa em representações sociais*. EdUERJ, Rio de Janeiro, 1998.

⁸ Cfr. Sawaia, B. (Org.), *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade*. Editora Vozes, 2ª ed., Petrópolis, 2001.

⁹ Cfr. Arruda, R.; Colaço, J.; Baia, A., *O que é a exclusão social?* Escolar Editora, Lisboa, 2014.

¹⁰ Idem.

¹¹ Cfr. Sawaia, B., *opus.cit.*

¹² Cfr. Giddens, A., *Sociologia*. Fundação Calouste Gulbenkian, 9ª ed., Lisboa, 2013.

oportunidades de melhoramento pessoal que a maioria das pessoas na sociedade.¹³ Para Carvalho,¹⁴ o termo exclusão social faz parte da tradição francesa de análise de pessoas e grupos sociais desfavoráveis, tendo sido empregue primeiramente com objectivo de referir o afastamento da rede de relações a que estão sujeitos indivíduos e grupos sociais. A ideia acima referida fica mais clara com a ideia de Garry Roger citado por Carvalho¹⁵ ao afirmar que a exclusão social está associada à ideia de insuficiente acesso a bens e serviços, à insegurança, à justiça, à cidadania, etc. Nesta perspectiva, vale trazer à tona 5 níveis de exclusão social propostos por Garry Roger citado por Carvalho¹⁶: a) o desemprego de longo prazo, também conhecido de exclusão de mercado; b) emprego precário, exclusão do trabalho regular; c) a falta de acesso a um posto de trabalho bem remunerado, exclusão dentro do trabalho; d) a falta de moradia decente e a serviços comunitários essenciais, impossibilidade de garantir a sobrevivência, a falta de acesso à segurança e, e) a exclusão de direitos humanos.

Além dos níveis já mencionados acrescenta-se o baixo acesso instrução formal, a assistência sanitária, a habitação condigna e ao saneamento adequado, tal como vê Carvalho.¹⁷ Para finalizar esta secção, é mister apresentar mais um entendimento da ideia de exclusão social, concordando com Costa citado por Carvalho¹⁸, que entende que falar de exclusão social é, sem dúvidas, falar da fase extrema do processo de marginalização entendida esta, como um percurso descendente ao longo do qual se verificam sucessivas rupturas na relação do indivíduo com a sociedade.

Talvez seja oportuno, para maior clareza do assunto em discussão, falar-se também de formas e dimensões da exclusão social. A primeira (a forma), responde à pergunta quem é na verdade um excluído social? E a segunda (dimensão), responde a pergunta, até que ponto uma pessoa é excluída socialmente?

1. 2.1 Formas e dimensões da Exclusão Social

¹³ Idem.

¹⁴ Cfr. Carvalho, P., *Angola: Quanto tempo Falta para Amanha? Reflexões sobre as crises políticas, económicas e social*. Celta Editora, Oeiras, 2002.

¹⁵ Carvalho, P., *Exclusão Social em Angola: o caso dos deficientes físicos de Luanda*. CESFE-UC, Coimbra, 2008.

¹⁶ Idem.

¹⁷ Cfr. Carvalho, P., *opus. cit.*, 2008

¹⁸ Idem.

Como muitos outros fenómenos que afectam e preocupam as sociedades, a exclusão social pode ser captada nas suas variadas formas e dimensões. Ou seja, pode ser vista sob vários pontos de vista. Giddens,¹⁹ apresenta as principais formas da exclusão social, como se pode ver:

- Exclusão do mercado de trabalho, que conduz à outras formas de exclusão social, por exemplo, a pobreza, a exclusão de serviços, a exclusão de relações sociais, só para citar estas;
- Exclusão de serviços, que se circunscreve na falta de acesso a serviços básicos, tal como a falta de electricidade, água potável, transportes, lojas e outros serviços financeiros;
- Exclusão das relações sociais, quando os indivíduos são impossibilitados de participar nas actividades sociais mais comuns, tais como visitar os amigos e familiares, celebrar ocasiões especiais, gozar férias, etc. E, a falta de apoio prático e emocional em momentos de necessidades.

Quanto às dimensões da exclusão social Bruto da Costa citado por Carvalho²⁰ enumera 5 dimensões as quais Carvalho, acrescenta mais uma:

- 1º) Exclusão do tipo económico (pobreza), caracterizada por uma situação de privação múltipla e por falta de recursos;
- 2º Exclusão do tipo social (isolamento ou ausência de laços sociais), que está relacionada pelo isolamento ou ausência de laços sociais;
- 3º Exclusão do tipo cultural (dificuldades de integração), que está relacionada com a dificuldade de integração em consequência de fenómenos como xenofobia;
- 4º Exclusão de origem patológica (psicológica ou mental), que pode ser de natureza psicológica ou emocional;
- 5º Exclusão por comportamentos autodestrutivos (alcoolismo, toxicodependência e prostituição);
- 6º Exclusão política (o não exercício de direitos políticos e de cidadania).

Exclusão social e pobreza

O caminho percorrido pelos conceitos de exclusão e exclusão social, traz à tona um outro fenómeno muito presente na sociedade em que nos encontramos. Trata-se precisamente da pobreza. Nosso propósito é o de saber o nível de parentesco existente entre um conceito (exclusão social) e outro (pobreza).

¹⁹ Cfr. Giddens, A., *opus.cit.* p. 560.

²⁰ Cfr. Carvalho, P., *opus cit.*, 2008, p.38.

Segundo o INE (Instituto Nacional de Estatística)²¹, a pobreza é considerada como a privação de algumas dimensões do bem-estar de um indivíduo, como o acesso limitado de serviços de saúde, baixo capital humano, habitação inadequada, má nutrição, falta de bens e serviços, falta de capacidades de expressar pontos de vistas políticos e professar credos religiosos. De acordo com Rahmena citado por Lukamba,²² a pobreza é a incapacidade de satisfação das necessidades básicas, como alimentação, vestuário e abrigo.

A Sociologia tem favorecido duas diferentes abordagens da pobreza na óptica de Giddens:²³ a pobreza absoluta, relacionada à falta de condições básicas que devem ser reunidas de forma a sustentar uma existência física saudável, tal como comida suficiente, abrigo, roupa, etc.; e a pobreza relativa, determinada e medida baseando-se no preço dos bens essenciais à sobrevivência humana em determinada sociedade e em um determinado contexto. E ainda em relação a pobreza, Rahnma citado por Lukamba,²⁴ diz-se pobreza absoluta quando as pessoas vivem com menos de 1 dólar americano por dia.

Há nos autores mencionados uma completa unanimidade. Na verdade, pobre é todo indivíduo privado de ter as condições básicas para uma vida saudável e digna. Assim, há uma distinção bem nítida entre a exclusão social e a pobreza, visto que a primeira é mais ampla do que a segunda, pois que de acordo com Giddens,²⁵ a exclusão social foca atenção num conjunto mais amplo de factores que impedem que os indivíduos ou grupos usufruam de oportunidades abertas à maioria da população. Carvalho,²⁶ vai mais longe e traz simplesmente a diferenciação dizendo que

o conceito de exclusão social engloba a pobreza, mas o oposto não é válido, uma vez que todo o pobre está socialmente excluído, mas nem todo o excluído social é necessariamente pobre; ainda, acrescenta dizendo que a pobreza é a dimensão material de um fenómeno mais vasto que é a exclusão social.

²¹ Cfr. INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, IBEP., *Sumário do inquérito integrado sobre bem-estar da população*. IBEP-INE, ANGOLA, 2011.

²² Cfr. Lukamba, A., *A globalização e os conflitos no sul: o caso angolano*. Roma, 2001.

²³ Cfr. Giddens, A., *opus. cit.*

²⁴ Cfr. Lukamba, A., *opus. cit.*

²⁵ Giddens, A., *opus cit.*

²⁶ Carvalho, P. (2008)., *opus cit.*

À guisa de conclusão, faz sentido retomar a ideia segundo a qual a exclusão social é um problema social muito presente nas sociedades contemporâneas. Ela representa a ausências de bens, serviços e uma ruptura nos laços quer afectivos e quer emocionais de um indivíduo.

2. METODOLOGIA DE PESQUISA

2.1 Pesquisa qualitativa

No âmbito dos objectivos perseguidos por esta investigação, optou-se por um estudo qualitativo. O que se procura é, na verdade, conhecer as representações sociais da exclusão social dos jovens lavadores de carros nas ruas da cidade do Huambo, a partir das várias perspectivas encontradas nos diversos discursos e nos significados que os jovens lavadores de carros atribuem à situação em que se encontram e tudo o que a envolve, admitindo-se que o sentido, particular e subjectivo, atribuído a um acontecimento pode ser generalizado²⁷.

Trata-se, todavia, de uma investigação interpretativa, fundamentalmente qualitativa, que pela natureza do instrumento utilizado para a recolha de dados- *a entrevista aprofundada*- quer pelos objectivos propostos se inscreve na compreensão hermenêutica, a que se associou uma análise de discurso.

2.2 Características sócio-demográficas dos entrevistados

Os dados que apresentamos neste estudo foram colhidos na ex Finol e na Lagoa do R 21 situados na Cidade do Huambo entre os anos 2013 e 2014. Numa altura que os locais de lavagem de carros nas ruas com maior concentração de jovens eram os seguintes: Ex-Finol (na rua que liga a Escola Deolinda Rodrigues ao bairro Santo António), albufeira do Kuando, Ponte do Rio Kulimahalã, rio fronteiro do bairro de S. Pedro Suburbano e Calomanda, lagoa R 21 (Bairro Cavongue), rua Adjacente ao prédio da Construção, Eribeira da granja, Rio Calombula, etc.

Participaram da pesquisa 11 jovens lavadores de carros, todos eles do sexo masculino, com idades compreendidas entre 18 a 27 anos. Esta selecção foi feita aleatoriamente tendo como critério o facto de se fazer presente no local de lavagem de carros nos dias em que decorreram as entrevistas.

Dentre os entrevistados, um possui o ensino médio, três encontram-se a estudar, e os restantes não estudam já há mais de dois anos. A maior parte dos jovens é natural e reside na zona periférica da cidade do Huambo; com excepção de três que são naturais dos municípios de Caála, Cachiungo e Matala (sendo o último município da província da Huíla). Quanto à experiência profissional, a situação é ainda mais lastimável, por quanto só 5 é que possuem

²⁷ Cfr. Tuckman, B., *Manual de investigação em educação*. Lisboa, 2000.

alguma experiência profissional. Para maior compreensão dos dados sociodemográficos, apresentamos a seguir a tabela nº 1.

Tabela nº 1 -Características sociodemográficas dos entrevistados

Nº/O	Sexo	Idade	Hab. Literárias	Profissão	Naturalidade	Residência	Nº de filhos
1	M	21	7 ^a	Ajudante de pedreira	Huambo	Calomanda	2
2	M	19	7 ^a	Nenhuma	Huambo	Kapango	0
3	M	37	12 ^a	Ex-militar	Huíla	Kapango	7
4	M	19	5 ^a	Nenhuma	Huambo	Kapango	0
5	M	18	9 ^a	Nenhuma	Huambo	Cavongue	0
6	M	18	8 ^a	Nenhuma	Huambo	Calomanda	0
7	M	28	5 ^a	Ajudante de pedreira	Cachiungo	Calomanda	2
8	M	24	8 ^a	Ajudante de pedreira	Huambo	Fátima Sub- urbano	0
9	M	22	7 ^a	Nenhuma	Huambo	Calomanda	0
10	M	22	8 ^a	Ajudante de pedreira	Caala	Calomanda	3
11	M	34	5 ^a	Ajudante de pedreira/ Ex-militar	Huambo	S. João Canata	3

Fonte: Elaboração do autor.

2.3. Instrumento de recolha de dados

Optou-se pela utilização da entrevista aprofundada, este tipo de entrevista possibilita que o entrevistado expresse as suas opiniões com liberdade e com a ênfase desejada. Foi de todo útil, aplicar a técnica de entrevista aprofundada por ser explicitamente uma técnica qualitativa que nos permite analisar as opiniões dos entrevistados sobre os diferentes aspectos da vida a nível pessoal, familiar, social, económico, entre outros. Valorizou-se mais o aprofundamento e o

alargamento das opiniões recolhidas, não se pressionando os participantes com um elevado número de perguntas, o que inevitavelmente, iria conduzir a respostas mecânicas e pouco representativas dos seus pensamentos sobre o objecto de estudo.

As perguntas surgiam fundamentalmente, como tópicos para reflexão dos entrevistados sobre suas representações sociais, com objectivo de colher a opinião mais limpa possível de representações ou de convicções e sentimentos do memento. A utilização de um guião, não impediu aos entrevistados a possibilidade de construir o seu próprio discurso e sem obrigar o investigador a preocupação de seguir o mesmo ordenamento das questões em todas as entrevistas e de maneira idêntica, permitir estabelecer uma categorização comum, construindo um corpus relativamente homogéneo, o que facilita a interpretação corporativa de dados.²⁸

A entrevista aprofundada permitiu, ainda, minimizar a recolha de informação não útil aos objectivos. A estrutura e o guião da entrevista foram elaborados tendo por base os dados recolhidos num trabalho empírico realizado por Hongolo.²⁹

Procurou-se manter o distanciamento das opiniões expressas pelos entrevistados, mesmo quando para tal se tenha solicitado, para que os participantes nunca se sentissem avaliados ou com receio de não estar a responder ao solicitado ou, acima de tudo, julgasse o seu discurso com reduzido interesse a qualquer interpretação ou, de alguma maneira, minasse o clima de aceitação e de descontração desejada à realização de um trabalho profícuo, foi desde cedo clarificado, que mais do que uma entrevista, se tratava de uma conversa, sendo o entrevistador um mero ouvinte.

As entrevistas foram gravadas num aparelho, tendo sido solicitada previamente aos entrevistados, a autorização para a utilização do gravador. Posteriormente, as transcrevemos na íntegra para captar com exatidão a totalidade do discurso e permitir a sua respectiva análise. Cada entrevista teve uma previsão de duração aproximada de 30 minutos, mas no terreno vimo-nos obrigado a reduzir esse tempo, visto que alguns entrevistados apresentavam-se nervosos e lacónicos. Estes comportamentos, fizeram com que as entrevistas durassem entre 10 a 20 minutos.

2.5 Tratamento de dados

²⁸ Cfr. Quivi, R.; Campenhoudt, L. V., *Manual de investigação em ciências sociais*. Grávida Editora, 6ª ed., Lisboa, 2013.

²⁹ Cfr. Hongolo, A. L. Dos Santos, *A comunidade Rastafari em Angola: da representação à exclusão social*. Dissertação de Mestrado em Sociologia não publicada. Universidade de Lili, Lili, 2013.

Após a realização de todas as entrevistas, os dados foram sujeitos a uma análise de discurso que, na perspectiva de Quivy & Compenhoudt,³⁰ é o método que melhor permite a análise sistemática de informações e testemunhos que apresentam um certo grau de profundidade e complexidade. Corroboramos com Bardin,³¹ o entendimento de que o objectivo principal da análise de discurso é a inferência e que esta se realiza tendo como suporte indicadores de frequências, o que valida a consciência dos resultados e das suas causas.

Na óptica de Desanti e Cordon citado por Hongolo,³² essa técnica de análise “consiste em procurar temas e sub-temas significativos que encontramos de uma entrevista a outra, a medida que as vamos lendo”. Ainda segundo Quivy e Campenhoudt,³³ essas técnicas de análises, revelam as representações sociais ou juízos dos locutores a partir de um exame de certos elementos constitutivos do discurso. A interpretação dos discursos, iniciou-se com o processo de análise vertical e horizontal, partindo dos sete temas e seus respectivos subtemas organizadores das entrevistas: (1) Trajetórias sociais; (2) Clima familiar; (3) Escolaridade; (4) Percorso profissional; (5) Inserção social; (6) Comportamentos autodestrutivos e criminalidade; e (7) Dificuldades e perspectivas. Para maior compreensão desta organização, apresentamos mais abaixo, a tabela 2, com o guião da análise dos discursos, pois que ele, permitiu organizar e analisar dados relativos às representações sociais sobre as causas que levam os jovens a lavarem carros; às relações que mantêm no seio familiar; à situação escolar e profissional; ao apoio institucional; às suas carências, seus medos, seus preconceitos, estereótipos e discriminação que resultam da sua actividade. Pudemos também identificar os principais problemas que afectam e preocupam os jovens e, finalmente, explicar as dificuldades que enfrentam na vida quotidiana, na família e nas possibilidades de acesso à escola e ao trabalho formal remunerado.

Tabela nº 2

Guião de análise de discurso

<i>Nº</i>	<i>Temas</i>	<i>Sub-temas</i>
<i>1</i>	<i>Percorso dos lavadores de carros (Trajetórias sociais)</i>	<i>Origem social, percursos dos lavadores de carros</i>

³⁰ Cfr. Quivy, R.; Campenhoudt, L. V., *opus cit.*

³¹ Cfr. Bardin, L., *Análise de Conteúdo*. Edições 70, Lisboa, 2011, p. 163.

³² Cfr. Hongolo, A. L. Dos S., *opus cit.* p. 75.

³³ Cfr. Quivy, R.; Campenhoudt, L. V., *opus cit.*

2	<i>Clima familiar</i>	<i>Relações familiares, filhos</i>
3	<i>Escolaridade</i>	<i>A escolaridade, insucesso escolar, abandono escolar,</i>
4	<i>Percurso profissional</i>	<i>Emprego e relações de trabalho, dificuldade no trabalho, estratégia de sobrevivência</i>
5	<i>Inserção social</i>	<i>Integração social, instituições de reintegração social</i>
6	<i>Comportamentos autodestrutivos e criminalidade</i>	<i>Consumos de drogas, criminalidade, marginalidade, roubos</i>
7	<i>Dificuldades e perspectivas</i>	<i>Carências, medos, preconceitos, estereótipos, discriminação</i>

Fonte: Elaborado por Hongolo³⁴ e adaptado pelo autor.

O processo de análise vertical e horizontal, consiste numa primeira fase na selecção e organização dos dados identificados nos diversos discursos e na fase posterior, a análise profunda de cada um dos discursos e a respectiva comparação entre todos, salientando semelhanças e divergências significativas.³⁵ Prosseguiu-se a análise com o processo de categorização. O critério utilizado foi o semântico, ou seja, tivemos a premente preocupação de agrupar na mesma categoria todos os elementos com a mesma significação.³⁶ Usamos a técnica de “tesoura e cola” tal como apresenta Marie-Chistina d’Úmug citado por Santos, para verificar e formular as categorias sempre que necessário³⁷. Seguidamente, procedeu-se a uma nova leitura de listagem de categorias formuladas, de tal forma a garantir a sua adaptação ao material analisado. A categoria é, nada mais, nada menos, uma estrutura convencionada, criada pelo investigador para classificar e sistematizar a informação recolhida. Foi preciso materializar as categorias pelo levantamento dos seus indicadores. Desta forma, procedeu-se a codificação do material em análise, isto é, à transformação dos dados dos discursos em bruto, o que como pensa Bardin,³⁸ “possibilita atingir uma representação do conteúdo, ou da sua expressão, susceptível de esclarecer o analista acerca das características do texto que podem servir de

³⁴ Cfr. Hongolo, A. L. Dos S., *opus cit.* p. 75.

³⁵ Cfr. Bardin, B., *opus cit.* p. 199.

³⁶ Idem. p. 145.

³⁷ Cfr. Santos, J. M. F. Dos, Valores e deontologia docente: estudo empírico. *In Revista Iberoamericana de Educacion* (ISSN:1681-5653).

³⁸ Ibidem.

índices.”³⁹ A identificação dos índices permite, por sua vez, pela frequência simples do tema, a construção dos indicadores.

Assim, prosseguiu-se com o recorte do conjunto das entrevistas e com a análise sobre todos os seguimentos portadores de uma análise de sentido, tendo sido atribuído a cada seguimento um código, para permitir a sua organização e posterior comparação em todos os outros a que se atribuiu o mesmo código e verificar se existe, ou não, uma relação de aproximação entre eles passível de os agrupar numa estrutura mais geral, ou seja, numa categoria. Apurou-se assim, o número de vezes, de entrevista por entrevista, que um indicador (tema ou subtema) foi mencionado e elaborou-se de seguida, uma grelha estruturada em temas, categorias, subcategorias e indicadores, onde as representações que se encontram no ponto seguinte foram recolhidas.

3. RESULTADO DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DA EXCLUSÃO SOCIAL DOS JOVENS LAVADORES DE CARROS NAS RUAS DA CIDADE DO HUAMBO

3.1 Trajectórias sociais dos lavadores de carros

Uma trajectória é um deslocamento no espaço social, entre uma posição de origem e posição de chegada, na perspectiva de Lebaron.⁴⁰ Ainda segundo o mesmo autor, a noção de trajectória permite descrever uma biografia individual sem deixar de lado as estruturas ou espaços sociais no seio dos quais ela se estende.⁴¹ Yves Grafmeyer citado por Lebaron,⁴² propõe duas perspectivas para a observação da trajectoria de uma população: a) a perspectiva transversal e b) a perspectiva longitudinal. A perspectiva transversal serve para observar uma população num dado momento da sua trajectoria. A perspectiva longitudinal ocupa-se da sucessão dos estados e dos acontecimentos que afectam cada um dos membros dessa população, como é no caso do nascimento, período de entrada na vida profissional, data de chegada numa cidade ou num bairro, etc. Para o nosso estudo, achamos por bem utilizar as duas perspectivas.

Durante a pesquisa, numa primeira instância, procurou-se saber o percurso dos jovens lavadores de carros na cidade capital do Huambo, ou seja, como os jovens vão parar nas ruas lavando carros. As informações recolhidas junto dos entrevistados mostram que a maior parte deles vai parar nas ruas devido a problemas económicos no seio da família e/ou devido a ruptura nos laços familiares por perda de um dos seus membros ou mesmo devido à separação dos pais ou

³⁹ Idem, p.156.

⁴⁰ Cfr. Lebaron, F., *A sociologia de A a Z: 250 palavras para compreender*. Escolar Editora, Lisboa 2010.

⁴¹ Ibidem.

⁴² Ibidem.

ainda devido à própria pobreza que caracteriza a maior parte das famílias angolanas.⁴³ Os discursos dos entrevistados confirmam isto mesmo:

“Só órfão de pai e mãe. Vivo com o meu irmão mais velho. A relação com o meu irmão é assim mesmo, bom dia bom dia, não me safa já nada. Estou a fazer esse trabalho para sobreviver um pouco. Lavo carros desde 2008, naquela de andar com meu amigo disse não anda só a ficar em casa só assim, anda a me seguir”. (22 anos de idade, 7ª classe, residente na Calomanda).

“Nunca estudei mais porque os meus pais se separam muito cedo e só andava só assim. Eu fui tropa da defesa civil, quando nos levam ao Congo eu fugi. Lavo carro desde 2007, aqui mesmo na Finol”. (34 anos idade, 4ª classe, residente na Canata).

Como se pode constatar, as trajetórias são diferentes, mais todas elas apontam para desestruturação familiar, a pobreza no seio familiar e as poucas oportunidades de emprego.

3.2. Clima familiar

A família é aqui entendida como uma unidade nuclear na qual as pessoas possuem laços de parentesco ou afinidade, formando um grupo doméstico que convive sob o mesmo tecto. A família é considerada uma instituição responsável por promover a educação dos filhos e influenciar o comportamento dos mesmos no meio social. O papel da família no desenvolvimento de cada indivíduo é de fundamental importância. É no seio familiar que são transmitidos os valores morais e sociais que servirão de base para o processo de socialização da criança, bem como as tradições e os costumes perpetuados através de gerações. O clima familiar é um local onde deve existir harmonia, afectos, protecção e todo o tipo de apoio necessário na resolução de conflitos ou problemas de algum dos membros. As relações de confiança, segurança, conforto e bem-estar proporcionam a unidade familiar. O clima familiar é muito importante na vida de cada indivíduo.

No ponto anterior, falou-se que a maioria destes jovens opta pelo trabalho de lavador de carros devido à rupturas nas relações familiares e também devido às condições precárias das famílias. Vejamos os discursos que se seguem:

“Só órfão de pai e mãe. Vivo com o meu irmão mais velho. Desisti por falta de apoios, pediam algo na escola, o próprio dinheiro não tinha” (22 anos de idade, 7ª classe, vive na Calomanda).

Na abordagem de Merton,⁴⁴ os pais servem de correia para a transmissão de valores e objectivos dos grupos nos quais fazem parte, sobretudo os da sua classe social ou da classe com que se

⁴³ Van-dúnem, J.O.S., *Fundos Sociais: um colírio no combate à pobreza? Um estudo de caso do Fundo de Apoio Social*. Edições Kilombelombe Limitada, Luanda, 2008.

⁴⁴ Cfr. Merton, *opus cit.* pp. 209-210.

identificam. E a escola é, evidentemente, o organismo oficial para a transmissão dos valores predominantes, afirmando implicitamente, ou mesmo de modo explícito, que a educação conduz à inteligência e consequentemente o sucesso ao emprego e o êxito monetário.⁴⁵ Todavia, vemos que o clima familiar destes jovens não é favorável para orientá-los na direcção certa. A maior parte das famílias angolanas não cumpri com o seu real papel social. Daí que temos muitos jovens nas ruas quando deviam estar na escola ou em trabalhos socialmente úteis. Portanto, precisamos refletir nessa disfunção das famílias angolanas.

3.3. Escolaridade

A questão do percurso escolar dos jovens lavadores de carros na cidade capital do Huambo, está intimamente ligada a escolaridade da vasta maioria da juventude angolana. Numa situação em que mais de dois terços das famílias vive abaixo da linha de pobreza, não é de estranhar que seja bastante baixo o acesso à instrução em Angola.⁴⁶ As dificuldades encontradas no dia-a-dia dos jovens aumentam o nível de fracasso escolar e do abandono escolar.

Sabendo que a escolaridade é um dos factores determinantes do percurso profissional dos indivíduos nas sociedades contemporâneas, bem como surge como um dos elementos fundamentais para definição de desenvolvimento de uma sociedade, nomeadamente ao que refere às populações jovens que se assumem como os protagonistas “*dos processos de aquisição de novas qualificações e saberes*” como assegura Guerreiro, Cantante e Barroso mencionado por Chambino,⁴⁷ os níveis de escolaridade destes jovens são muito preocupantes. A situação de pobreza conduz a que muitas crianças não tenham acesso à instrução em virtude das suas famílias não terem como pagar o que lhes é exigido para o acesso à escola pública. E os que conseguem ingressar têm depois dificuldades para prosseguir, devido à falta de recursos na família ou ainda por razões de natureza cultural.⁴⁸ Vejamos alguns depoimentos dos entrevistados:

“*Não estudei através do dinheiro, na escola é preciso dinheiro. Não consigo pagar a propina só estou a si preocupar com a minha vida*” (18 anos de idade, residente na Calomanda, 8ª classe).

⁴⁵ Ibidem.

⁴⁶ Carvalho, P., *opus cit.* 2002.

⁴⁷ Cfr. Guerreiro, M. Das D.; Cantante, F.; Barroso, M., O abandono escolar precoce e as suas implicações nos percursos profissionais dos jovens, In. Carmo, M. R. De (Org.), *Desigualdades sociais: estudos e indicadores*. Editora Mundos Sociais, Lisboa, 2010.

⁴⁸ Carvalho, P., *opus cit.*, 2002.

“Só órfão de pai e mãe. Desisti por falta de apoios, pediam algo na escola, fui novo e não conseguia nada na Finol, vi mesmo vou só desistir. Estou a fazer esse trabalho para sobreviver” (22 anos de idade, 7ª classe, vive na Calomanda).

Os discursos apresentados pelos entrevistados demonstram que a ruptura dos laços familiares e sociais, e juntando a isso a escassez de recursos económicos, desempenharam um papel preponderante nos seus percursos escolares. Na óptica de Hongolo,⁴⁹ quando os laços familiares e sociais são quebrados e as dificuldades económicas se impõem, o sucesso escolar torna-se difícil. E é exactamente isso que verificamos em nossa investigação empírica. A maior parte dos jovens encontra-se socialmente excluída do sistema escolar devido à carências económicas de suas famílias. Para inverter esse quadro assombrado, a família é novamente chamada a cumprir com o seu papel de providenciar as condições materiais necessárias aos seus filhos, para evitar-se a exclusão por falta de qualificações académicas.

Concluindo, diríamos que o abandono escolar precoce, o insucesso escolar e a falta de oportunidades de estudar configuram-se num grande problema para esse grupo. Para dizer mesmo com Guerreiro, Cantante e Barroso⁵⁰, esta *“reprodução social das baixas qualificações, no contexto da globalização dos mercados, implica, na verdade um aprofundamento das desigualdades sociais”*.

3.4. Percurso profissional

Os problemas de escolaridade acima referenciados afectam directamente as questões ligadas à esfera económica da vida destes jovens.⁵¹ As baixas qualificações académicas e o pouco investimento dos jovens em programas de formação quer profissional quer académica, associadas ao acomodamento (imediatismo) a formas alternativas de sobrevivência, conduzem à fracas capacidades profissionais que se refletem numa dificuldade acrescida de entrada no mercado de trabalho. Esta questão ganha maior relevância se for tido em conta que *“a diferença entre ter e não ter emprego é das que mais imediatamente se transforma em desigualdades sociais”* segundo Machado e Silva citado por Chambino.⁵²

⁴⁹ Cfr. Hongolo, A. L. das S., *A comunidade Rastafari em Angola: da representação à exclusão social*. Dissertação de Mestrado em Sociologia não publicada, Universidade de Lili, Lili, 2013. p. 48.

⁵⁰ Cfr. Guerreiro, M, et al. *opus cit.*, p. 154.

⁵¹ Cfr. Carvalho, P., *opus cit.*, 2002.

⁵² Cfr. Chambino, M. S. B., *(Des) Integração Social juvenil: o caso da urbanização de realojamento Casal Mira*. Dissertação de Mestrado em Sociologia e Planeamento. ISCTE- Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa, 2011, p. 35.

Nessa ordem de ideias, a exclusão social dos jovens lavadores de carros, tem a ver com o desemprego e falta de formação quer profissional quer académica. Mas isso não é de admirar uma vez que segundo Carvalho,⁵³ o índice de desemprego urbano em Angola é de 45%. Ainda segundo aquele autor, o subemprego e as migrações são responsáveis pelo crescimento, em larga escala, do sector informal.⁵⁴ Portanto, se partirmos da ideia segundo a qual, em Angola, a maioria da população é jovem, podemos inferir que maior parte destes desempregados são jovens. Sem emprego e sem profissão vão parar no mercado informal e escolhem a lavagem de carros nas ruas isto porque o sector informal, é receptivo e “solidário”; recebe a todos sem exigências na perspectiva de Carvalho.⁵⁵

O desemprego e a falta de formação profissional configuram uma exclusão do mercado de trabalho como assegura Giddens.⁵⁶ Segundo o mesmo autor, o trabalho é importante não só porque providencia um rendimento adequado, mas também porque o envolvimento no mercado de trabalho é importante palco para a interacção social. Assim, a exclusão do mercado de trabalho pode conduzir a outras formas de exclusão social – por pobreza, exclusão de serviços e exclusão de relações sociais.⁵⁷ A exclusão do mercado de trabalho aumenta significativamente o risco de exclusão social. No caso concreto dos lavadores de carros, além de serem excluídos do mercado de trabalho formal e lançados para o mundo do trabalho informal, ainda assim, são perseguidos e sofrem uma espécie de dupla realidade da exclusão, como vemos neste discurso:

“Quero ter um futuro melhor, que ninguém nos dá mais corrida. Isso é que eu quero” (37 anos de idade, 4ª classe, residente no Kapango).

Considera-se, assim, que a nível económico esta população está longe da inclusão social na sociedade de referência. O não acesso ao mercado de trabalho, os baixos rendimentos e as consequentes situações de pobreza são, uma condicionante à inclusão social destes jovens.

3.5. Inserção social

Os jovens entrevistados afirmam que não têm tido nenhuma intervenção por parte de instituições de inserção social. As instituições afins nunca mantiveram nenhum contacto com eles. Apenas aparecem só para reprimir esta actividade que constitui um perigo para o ambiente.

⁵³ Carvalho, P., *opus cit.*, 2008.

⁵⁴ *Ibidem.*

⁵⁵ *Ibidem.*

⁵⁶ Giddens, A., *opus cit.*

⁵⁷ *Ibidem.*

“O estado devia falar com os PM⁵⁸, para não nos darem mais corrida qui, aqui é onde sai o nosso pão; se isso fechar nos não vamos ter onde ir, uns vão ser gatunos, vão matar para roubar e isso é feio” (19 anos de idade, 7ª classe, residente no Kapango).

Como podemos notar, as instituições de integração social, nunca se preocuparam com esses jovens, entre eles estão ex-militares que precisam de uma integração socioprofissional uma vez que foram eles que deram tudo de si para a paz que vivemos hoje no país.

As instituições devem, portanto, criar políticas públicas para tirar esses jovens das ruas, pois que segundo Carvalho,⁵⁹ o processo de integração social leva à obtenção de níveis de vida socialmente considerados dignos e evita desespero e falta de confiança nas instituições do estado conforme podemos notar no discurso deste jovem:

“Se um dia tivermos chance que o estado pense a essa camada social seria benéfico para nós, devíamos receber essa ideia com bom agrado, desde que o estado ainda não pensou em nós vamos aguardar se um dia possa nos incluir numa sociedade mais organizada” (37 anos de idade, técnico médio, vive no Kapango).

Portanto, chamamos atenção à todas as instituições, que se trabalhe para inclusão social destes jovens. Pois, pode ser uma solução para outros problemas com os quais nos deparamos como sendo a criminalidade, a violência doméstica, para apenas citar estes.

3.6. Comportamentos autodestrutivos

Usualmente os contextos socialmente desfavoráveis, como é o caso dos jovens lavadores de carros nas ruas, são marcados por situações graves de dependência de drogas. As dependências costumam acontecer ao nível das drogas e do alcoolismo como nos podemos socorrer destes jovens:

“Muitos dos lavadores de carros fumam liamba e bebem todos os dias, é verdade mesmo, em alguns sítios há mesmo os que fumam e bebem, mas aqui não” (18 anos de idade, 8ª classe residente na Calomanda).

“Não fumo nem bebo, mas tem alguns aqui, que usam liamba e bebem.” (19 anos de idade, residente no Kapango, 7ª classe).

Pelo que podemos notar durante as entrevistas, muitos dos jovens chegavam alcoolizados e outros isolavam-se constantemente para fumar.

3.7 A criminalidade

⁵⁸ PM é abreviatura de Polícia Militar.

⁵⁹ Cfr. Carvalho, P., *opus cit.*, 2002.

Além dos comportamentos autodestrutivos, os jovens lavadores de carros podem igualmente ser susceptíveis a actos criminosos, quer como actores quer como vítimas. Os lavadores de carros são quase sempre vistos como criminosos. E isto nota-se pelo comportamento que os automobilistas mostram quando vão mandar lavar os seus carros. Têm o cuidado de tirar todos os objectos valiosos do interior da viatura para evitar o seu desaparecimento. Os jovens entrevistados admitem que existe um estereótipo segundo o qual os jovens lavadores de carros roubam. Mas alguns afirmam que os que têm esse comportamento não o fazem no local de trabalho.

“Não é verdade, que nós roubamos. Alguns roubam, mas não aqui no salo. Mais se isso fechar nós não vamos ter onde ir, uns vão ser gatunos, vão matar para roubar e isso é feio. As pessoas toda hora no bairro a serem chamados de gatunos” (19 anos de idade, residente no Kapango, 7ª classe).

3.8 Dificuldades encontradas no dia-a-dia

As dificuldades são muitas ou seja, tudo é dificuldade na vida destes jovens. Muitas foram já mencionadas e aqui gostaríamos acrescentar uma outra que se prende com a falta de bilhete de identidade. Para se dizer mesmo, que estes jovens estão excluídos do exercício pleno de cidadania:

“A minha família gosta do trabalho, só me diziam para mudar, mas não tenho bilhete, eles querem que eu seja electricista” (22 anos de idade, 8ª classe, vive na Calomanda).

Concluimos com Carvalho,⁶⁰ dizendo que a maioria dos angolanos não tem acesso aos direitos sociais de cidadania.

“O dinheiro que ganho não chega para sustentar a família. Estamos aqui para não reclamar que o Estado não faz nada. Não tenho facilidade de acesso à formação académica dos meus filhos e nem consigo pagar as propinas escolares dos meus filhos nem tão pouco pagar aos serviços de saúde. Considero-me um excluído porque não tenho emprego” (37 anos de idade, técnico médio, vive no Kapango).

Portanto, a maioria dos angolanos são excluídos sociais. Os jovens passam por inúmeras dificuldades. Desde as dificuldades que se predem com a aquisição de alimentação, vestuário, habitação, entre outras.

3.9 Perspectivas dos jovens

Falar de perspectivas para um grupo socialmente excluído pode ser algo difícil, visto que o indivíduo no contexto de desempregado fica sem nenhuma ideia do futuro. Entre os jovens os

⁶⁰ Cfr. Carvalho, P., *opus cit.*, 2008.

que apresentam alguns planos para o futuro ainda reservam muitas dúvidas. Dissemo-lo a partir do que constatamos no terreno, nos discursos que se seguem:

“Tcha...Não há pessoa que não gosta de ter! Já não vou conseguir, mas tenho plano de ter terreno, casa, mas aqui já não vai dar” (34 anos de idade, 4ª classe, residente no bairro S. João Canata).

“Tcha... não sei os meus planos, o meu futuro nada, mas com o tempo gostaria de ser eletricista” (22 anos de idade, 7ª classe, vive na Calomanda).

Apesar de existirem alguns que se apresentaram sépticos quando ao futuro, alguns têm algumas ambições, têm algumas perspectivas futuríveis. Vejamos estes discursos:

“Quero outro trabalho. Se tivesse carta de condução, (...) gostaria ser mecânico-motorista” (28 anos de idade, 5ª classe, vive na Calomanda).

Em forma de conclusão, diríamos que grande parte destes jovens não tem planos de vida definidos. Os problemas de carências familiares e uma certa cultura de pobreza, que é uma das características de muitas famílias angolanas, conduzem a sentimentos de desmotivação escolar e profissional. Por outro lado, estes jovens são marcados por altos níveis de desmotivação, alienação social e perspectivas fatalistas de futuro.

Os modelos sociais de referência destes jovens são de gerações marcadas pela precariedade, exclusão social, baixas qualificações, desemprego e empregos precários. Assim, instalam-se neles, perspectivas negativas e dogmáticas sobre o amanhã ou o futuro. Não demonstram possuir planos de vida, nem objectivos escolares e profissionais. Esta postura conduz à formação de um ciclo vicioso de exclusão. Pois, à luz de Chambino,⁶¹ “quanto maiores as dificuldades escolares e profissionais, maior a desmotivação; diminuem os projectos de vida, o que conduz a uma maior desmotivação e desinteresse pelas esferas escolares e profissionais”. Logo, urge a necessidade de um resgate da autoestima destes jovens para o seu equilíbrio psicossocial e sua inserção socioprofissional.

CONCLUSÕES

O objectivo central desta pesquisa consistiu em conhecer as representações sociais dos jovens lavadores de carros nas ruas da cidade do Huambo na condição de socialmente excluídos. Neste sentido, conclui-se que a exclusão social é uma constante na vida destes jovens. Os jovens lavadores de carros nas ruas da cidade do Huambo constituem um segmento populacional marcado por ciclos geracionais de baixas qualificações quer académicas como profissionais. As situações de privação económica, as carências afectivas e as rupturas dos laços sociais são

⁶¹ Cfr. Chambino, M. S. B., *opus cit.*, p. 47

características desta população estudada. Por conta destes factores, associam-se padrões de comportamentos problemáticos tais como a delinquência, criminalidade e uso de drogas.

Foi com a ajuda da Teoria das Representações Sociais de Moscovici que pudemos fazer este trabalho. Ela permitiu-nos alcançar o conhecimento que os jovens lavadores de carros nas ruas têm a cerca da sua situação social. No estudo de campo, verificou-se que estes jovens têm trajetórias sociais diferentes, mas com muitos pontos convergentes. Isto porque vêm de bairros críticos e famílias diferentes já carenciadas residentes na periferia da cidade; o clima familiar, caracterizado pelas desestruturações e rupturas nos laços familiares, não oferece condições de realização pessoal. Por estas razões, estes jovens optam por esta estratégia de subsistência que, de alguma forma, podemos igualmente considerá-la de resiliência social.

Ao longo do estudo, ainda prestou-se uma atenção especial à escolaridade destes jovens, isto é, ao abandono escolar precoce, ao insucesso escolar e à falta de oportunidades de acesso à educação, que se configuram num grande problema para o grupo.

As baixas qualificações académicas e o pouco investimento dos jovens em programas de formação, quer profissional quer académica, associadas ao comodismo e ao conformismo, conduzem à fracas capacidades profissionais que se refletem numa dificuldade acrescida de entrada no mercado de trabalho. Portanto, não têm nenhuma experiência profissional nem almejam ter. Daí a necessidade de um processo de inserção social que, infelizmente, não tem sido levada a cabo pelos órgãos competentes no sentido de incluir estes jovens nas esferas sociais que lhes permitam a realização dos seus objectivos de vida. Na ausência de dispositivos de inserção social, os jovens lavadores de carros nas ruas ficam propensos à comportamentos auto-destrutivos.

Os problemas de carências familiares e uma certa cultura de pobreza, que é uma das características de muitas famílias angolanas, conduzem a sentimentos de desmotivação escolar e profissional. Os modelos sociais de referência destes jovens são de gerações marcadas pela precariedade, exclusão social, baixas qualificações, desemprego e empregos precários. Assim, instalam-se neles perspectivas negativas e dogmáticas sobre o futuro. Não demonstram possuir planos de vida, nem objectivos escolares e profissionais. Esta postura conduz à formação de um ciclo vicioso de exclusão social cuja representação deverá ser sempre estudada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Arruda, R.; Colaço, J.; Baia, A., *O que é a exclusão social?* Escolar Editora, Lisboa, 2014.
- Carvalho, P., *Angola: Quanto tempo Falta para Amanha? Reflexões sobre as crises políticas, económicas e social.* Celta Editora, Oeiras, 2002.

- Carvalho, P., *Exclusão Social em Angola: o caso dos deficientes físicos de Luanda*. CESFE-UC, Coimbra, 2008.
- Chambino, M. S. B., *(Des) Integração Social juvenil: o caso da urbanização de realojamento Casal Mira*. Dissertação de Mestrado em Sociologia e Planeamento não publicada. ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa, 2011, p. 35.
- De Sá, C. P., *A construção do objecto de pesquisa em representações sociais*. EdUERJ, Rio de Janeiro, 1998.
- Giddens, A., *Sociologia*. Fundação Calouste Gulbenkian, 9ª ed., Lisboa, 2013.
- González Rey, F.L., *Sujeito e Subjectividade: uma aproximação histórico-cultural*. Thomson Learning, São Paulo, 2003.
- Guerreiro, M. Das D.; Cantante, F.; Barroso, M., O abandono escolar precoce e as suas implicações nos percursos profissionais dos jovens, In. Carmo, M. R. De (Org.), *Desigualdades sociais: estudos e indicadores*. Editora Mundos Sociais, Lisboa, 2010.
- Guerreiro, M. Das D.; Cantante, F.; Barroso, M., O abandono escolar precoce e as suas implicações nos percursos profissionais dos jovens, In. Carmo, M. R. De (Org.), *Desigualdades sociais: estudos e indicadores*. Editora Mundos Sociais, Lisboa, 2010.
- Hongolo, A. L. das S., *A comunidade Rastafari em Angola: da representação à exclusão social*. Dissertação de Mestrado em Sociologia não publicada, Universidade de Lili, Lili, 2013.
- Santos, J. M. F. Dos, Valores e deontologia docente: estudo empírico. In *Revista Iberoamericana de Educacion* (ISSN:1681-5653).
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, IBEP., *Sumário do inquérito integrado sobre bem-estar da população*. IBEP-INE, ANGOLA, 2011.
- Jodolet, D., Representações Sociais: um domínio em expansão. In D. Jodolet (Org.). *As Representações Sociais*. EdUERJ, Rio de Janeiro, 2001.
- Lebaron, F., *A sociologia de A a Z: 250 palavras para compreender*. Escolar Editora, Lisboa 2010.
- Lukamba, A., *A globalização e os conflitos no sul: o caso angolano*. Roma, 2001.
- Moscovici, S. (2007). *Representações Sociais: Investigação em Psicologia Social*. Ed. Vozes, 5ª ed., Rio de Janeiro, 2007.
- Quivi, R.; Campenhoudt, L. V., *Manual de investigação em ciências sociais*. Grávida Editora, 6ª ed., Lisboa, 2013.
- Sawaia, B. (Org.), *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade*. Editora Vozes, 2ª ed., Petrópolis, 2001.
- Tuckman, B., *Manual de investigação em educação*. Lisboa, 2000.

Van-dúnem, J.O.S., *Fundos Sociais: um colírio no combate à pobreza? Um estudo de caso do Fundo de Apoio Social*. Edições Kilombelombe Limitada, Luanda, 2008.

ECONOMIA

O POSICIONAMENTO DO PRODUTO NAS PEQUENAS EMPRESAS SOB ÓPTICA DA CONCORRÊNCIA. ESTUDO DE CASO ORGANIZAÇÕES HENG (RISCA-RISCA) LDA - HUAMBO

Elias Coyombe Chiambo Ndjamba¹

eliasndjamba@hotmail.com

Resumo

Este artigo tem como objectivo, controlar as variáveis do posicionamento do produto nas empresas a partir de uma recombinação de factores, tendo em atenção o seu papel sobre tudo nas empresas retalhistas como é o caso das Organizações Heng Lda. Fazendo uma avaliação da adequação da oferta às necessidades dos clientes e do posicionamento do produto em relação à concorrência para o alcance dos objectivos da empresa. O modelo de investigação adoptado é o descritivo com abordagem realista. Os resultados indicam que as Organizações Heng, consegue adequar a sua oferta aos seus clientes, nas dimensões da do valor do dinheiro e do produto, tempo de espera mas não adequa efectivamente nas dimensões da durabilidade dos produtos, a qualidade das embalagens, e atenção as reclamações. Por outro lado o supermercado Risca-Risca está melhor posicionado nas dimensões da garantias e preço dos produtos mas não tem um bom posicionamento na localização do estabelecimento, publicidade e serviço pós-venda.

Palavras-Chave: Posicionamento do Produto, Consumidores, Clientes, concorrência.

Abstract

This article aims to control the variables of positioning the product in the companies based on recombination of factors, considering its role particularly for retailing companies such as the Heng Lda Organisation. In the meantime, it evaluates not only the adequacy of the offer to clients' needs but also the positioning of the product versus the ones of the competitors to achieve the objectives. The study adopted the descriptive perspective with a realistic approach as a research model. The results demonstrate that Heng Organisation has the ability to adequate

¹ Mestre em Ciências Empresariais pelo ISEG – Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade de Lisboa. Professor Assistente da Faculdade de Economia da Universidade José Eduardo dos Santos. Huambo, Angola. Email: eliasndjamba@hotmail.com

its offer to clients' needs within the dimensions of money and product value as well as the waiting time. However, it does not effectively adequate to dimensions of the product durability, quality package, and attention to complains. On the other hand, the Heng Organisation is better positioned in the dimensions of warranties and prices of products, but not well positioned on the physical location neither at advertising nor at after selling services.

Keywords: Product positioning; Consumers; Clients; Competitors.

1. INTRODUÇÃO

A redução na procura e vendas dos principais produtos nas pequenas empresas do município do huambo, tem sido preocupação dos gestores e pode afectar a lucratividade da empresa no longo prazo, quando os produtos em causa são distintos e não são facilmente encontrados noutras lojas. Isto implica um reposicionamento do produto em termos de promoção, preço, praça e distribuição, e combinação certa que a pesquisa de marketing pode ajudar a identificar, na medida em que esta recolhe informações rigorosas sobre os principais gostos dos clientes, expectativas, aspirações e limitações (Roberts e Adams, 2010; Nancarrow, Tinson e Webber, 2007; Levy, 2012).

O ambiente de negócios de bens de consumo de alta rotação vem passando por significativas mudanças, entre as quais, a consolidação das cadeias de supermercados, o surgimento de novos formatos de varejo e a concorrência entre varejos de formatos distintos. Todas essas mudanças têm contribuído para a transferência de poder dos fabricantes para os mercadores, que têm aumentado a sua capacidade de gestão (De Almeida *et al.*, 2012).

Uma das dificuldades que as empresas neste ramo têm é posicionar a sua gama de produtos de forma competitiva e bem-sucedida num mercado onde existe disposição por outros concorrentes, produtos com o mesmo nível de qualidade, preço e outros atributos similares (Doyle e Saunders, 1985). Na Província do Huambo e especialmente as empresas comerciais no ramo alimentar e mercadológico, ao iniciarem o seu negócio, parece não se preocuparem com o posicionamento da firma tanto menos com o posicionamento da sua variedade de produtos.

De acordo com Dou *et al.* (2010), Lawler-Wilson e Fenwick (1978), Bijmolt, Frambach e Verhallen, (1996) e Ostasevičiūtė e Šliburytė (2008), não existe nenhum produto no mundo que não tenha uma posição. O posicionamento do produto tem a ver com a visibilidade e reconhecimento que o produto representa para um comprador. Em mercados onde a intensidade de rivalidade e competição estão aumentando e os compradores têm uma maior possibilidade

de escolha, a identificação e compreensão dos valores intrínsecos de um produto tornou-se crítica.

O objectivo deste trabalho é controlar as variáveis do posicionamento do produto nas empresas a partir de uma recombinação de factores, tendo em atenção o seu papel sobretudo nas empresas retalhistas como é o caso das Organizações Heng Lda.

O contributo deste artigo baseia-se no facto de que para toda a estratégia de marketing existe um e um só posicionamento óptimo dos produtos das empresas e, este não pode ser atingido se estas não realizarem pesquisas de mercado (Gruca e Klemz, 2003; Baier e Gaul, 1999). Como os modelos mais básicos presumir que a preferência de um indivíduo é inversamente relacionada à distância entre as marcas e seu ponto ideal, quanto mais próximo um ponto ideal é de uma marca no espaço derivado, maior é a preferência do indivíduo por essa marca.

2. Fundamentação

Segundo Kaul e Rao (1995), para manter e melhorar o seu nível de lucros, na presença de várias forças externas, uma empresa deve reposicionar-se de forma contínua ou redesenhando os produtos existentes ou introduzir novos produtos. Para isso, requer conhecimento dos atributos-chave para uma determinada categoria de produtos, a importância de cada produto, e informações sobre como os produtos existentes estão posicionados (relativamente aos atributos-chaves) no espaço de atributo. A empresa deve decidir se o posicionamento dos seus produtos já existentes pode ser melhorado ou ainda, qual o melhor posicionamento ao conceber um novo produto. Finalmente, a empresa deve elaborar uma estratégia óptima para colocar o novo posicionamento e desenho em acção (Titko e Lace, 2012). Posicionamento de marca como criação de superioridade de marca na mente dos consumidores. Posicionamento envolve convencer os consumidores das vantagens de seus produtos contra a concorrência, e ao mesmo tempo aliviar preocupações em relação a possíveis desvantagens. Para o autor, o posicionamento usualmente requer a especificação também de valores cruciais (conjunto de associações abstractas como atributos e benefícios) e um “mantra” (a essência da marca ou promessa) (Hooley *et al.*, 2001).

2.1. Posicionamento do produto. Conceitos e Estratégias

Posicionamento é um processo, não um acto. É um processo de persuasão contínua, para encorajar o cliente a pensar em uma determinada maneira, e não uma acção unilateral do profissional de marketing. O processo de posicionamento consta de duas etapas básicas, a definição da categoria na qual a marca será associada e comparada e o estabelecimento do diferencial e vantagem competitiva da marca contra suas concorrentes.

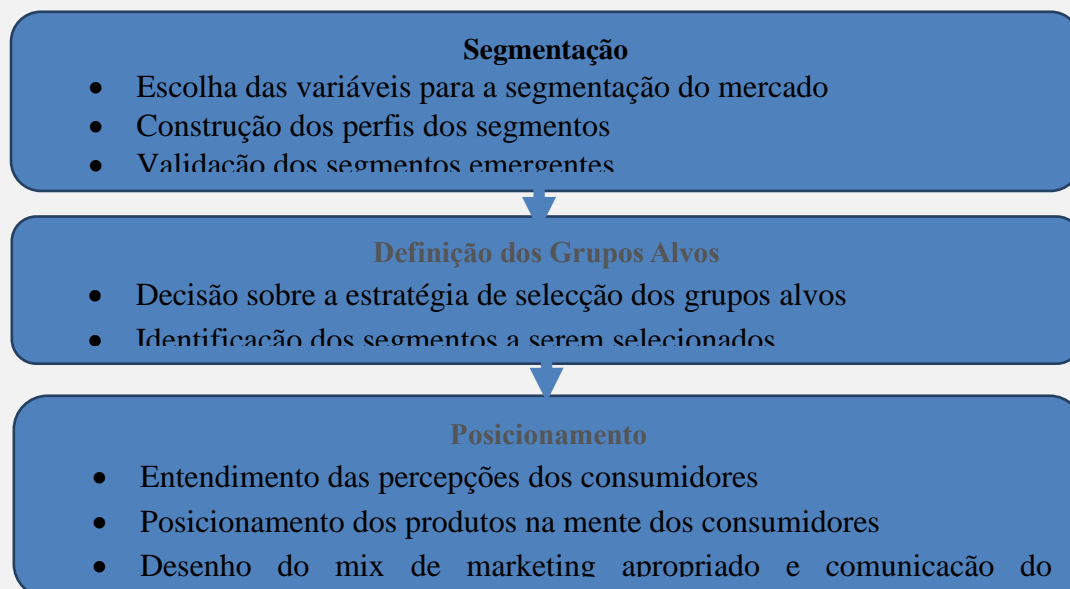
Posicionamento do produto é definido por Ostasevičiūtė e Šliburytė (2008) como o processo de colocar o produto numa certa posição na mente de potenciais compradores ou clientes. Os gestores de marketing usam as estratégias de posicionamento para distinguir as ofertas das suas empresas daquelas dos seus concorrentes, para criar promoções e comunicar uma posição desejada.

Segundo Doyle, P., & Saunders, J. (1985), o objectivo do posicionamento é a criação de uma imagem única e favorável na mente dos clientes-alvo. Posicionamento é, portanto, a conclusão natural para a sequência de actividades que constituem uma parte essencial da estratégia de marketing. Posicionamento do produto refere-se às decisões e actividades destinadas a criar e manter um certo conceito de produto da empresa na mente do cliente.

Em suma, a posição de um produto é a percepção que os clientes têm deste produto em relação aos atributos de produtos competitivos. Ao invés de permitir que os clientes possam posicionar produtos de forma independente, os gestores de marketing devem tentar influenciar e moldar as percepções dos consumidores sobre os diferentes produtos (Kaul & Rao, 1995; Lawler-Wilson & Fenwick, 1978; Ostasevičiūtė e Šliburytė, 2008).

E assim estes autores propõem o modelo SAP (Segmentação, definição do público Alvo e Posicionamento) que, consiste em definir os grupos de clientes desejados e colocar o produto na posição desejada na mente destes clientes, conforme ilustra a figura 2.1.

Figura 2.1 Passos do Modelo SAP



Fonte: Ostasevičiūtė e Šliburytė (2008, p.98).

Os primeiros dois passos correspondem à segmentação e a escolha dos mercados alvo, bem como a determinação dos perfis dos consumidores e o último passo corresponde ao posicionamento. No trecho que se segue faz-se uma revisão da literatura sobre estes três passos.

2.2 Segmentação de mercados e escolha de mercados alvos

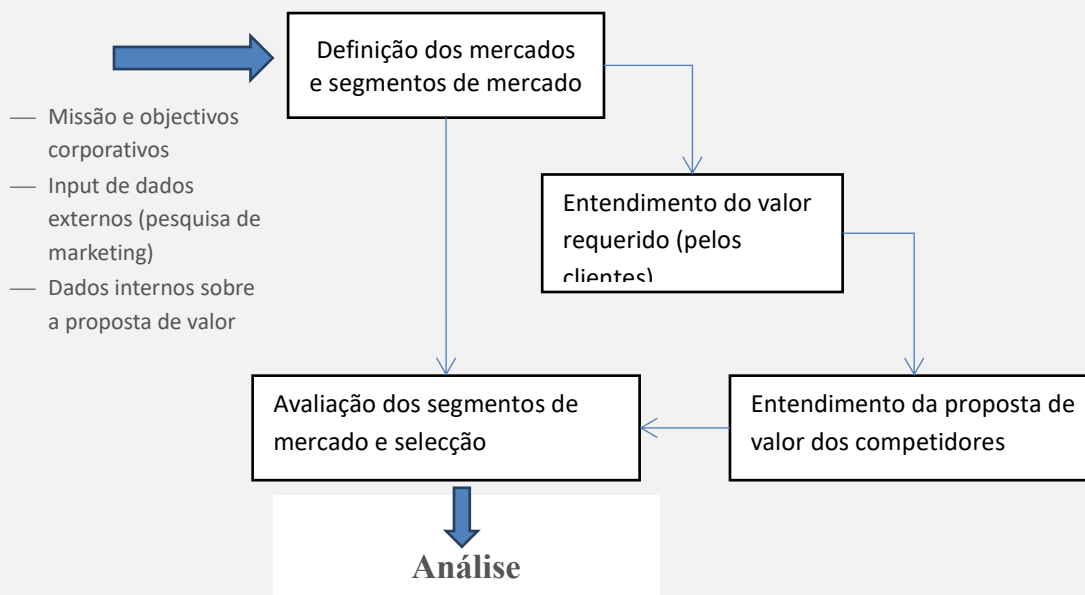
Antes de esgotar o conceito de segmentação de mercado que será o objecto de desenvolvimento desta secção é importante apresentar o conceito de marketing. Segundo McDonald e Dunbar (2012), marketing é um processo para: definir os mercados; quantificar as necessidades dos grupos de clientes (segmentos) dentro desses mercados, determinando as propostas de valor para atender a essas necessidades, comunicando essas proposições de valor para todas as pessoas da organização responsáveis por entregá-los, e obtendo a sua alienação de papéis; desempenhando um papel apropriado para a realização destas propostas de valor (geralmente apenas de comunicação); monitorar o valor efectivamente entregue.

Existem dois principais factores determinantes do reconhecimento ou não da segmentação de mercado como a base do sucesso de marketing: (1) importância percebida pela gestão sénior de marketing da contribuição para a estratégia empresarial, (2) a importância percebida pelo marketing da contribuição da segmentação do mercado na estratégia de marketing. A primeira depende do estado do marketing na organização, sendo a segunda dependente do segmento de marketing para segmentação.

Segundo Filip (2012) um passo essencial no planeamento estratégico de marketing é a segmentação de mercado. O conceito de segmentação de mercado foi introduzido em 1956 por Smith, que definiu como "vendo um mercado heterogéneo (um caracterizado por demanda divergente) como vários mercados homogéneos menores" (p. 6). Reconhece-se neste conceito a existência de diferentes significativas entre os clientes e as perspectivas do mercado, mostrando que nem sempre qualquer segmento pode ser o alvo dos esforços de marketing.

A segmentação de mercados se enquadra no domínio do marketing em geral e mais concretamente no processo de marketing. A segmentação dos mercados tem um papel central na estratégia de marketing na medida em que inclui dados externos, tais como pesquisa de mercado, definição dos mercados e compreensão da missão e objectivos da empresa, que irá determinar quais os mercados de interesse e dados internos sobre que fluxos de operações em curso, tal conforme ilustra a figura 2.2.1.

Figura 2.2.1: Definição dos Segmentos de Mercado e Proposta de Valor (McDonald e Dunbar,



Fonte: Adaptado a partir de (McDonald & Dunbar, 2012)

Segmentação de mercado é o processo de identificação e selecção de clientes ou potenciais clientes, dentro de um mercado de diferentes grupos, ou segmentos, cada um reunindo consumidores que partilham interesses e necessidades comuns, as quais podem ser satisfeitas por uma proposta de distinta de marketing.

Na visão de McDonald e Dunbar (2012) existem três passos básicos para a segmentação de mercados: (1) definição dos mercados em que a organização está ou deseja operar (nesta fase a empresa tem que decidir em que mercados operar em função dos seus recursos e objectivos organizacionais); (2) atender os valores procurados pelos clientes de cada segmento dos mercados definidos (os valores podem ser os benefícios ganhos pelos consumidores dos produtos oferecidos pela empresa), esta fase envolve também todos os constituintes da oferta total, tais como, a manutenção e serviços pós venda, o que o cliente está preparado para pagar e valores requeridos no futuro; (3) entendimento da proposta de valor dos competidores, que envolve investigar até que ponto a organização e os seus competidores estão actualmente a entregar valor que os consumidores procuram. Também envolve olhar para o futuro e prever como os competidores podem evoluir e como a organização pode responder. A partir destes três processos, a atractividade relativa de cada mercado e o segmento de mercado pode ser avaliado.

2.3. Perfil do consumidor por segmento escolhido e sua percepção do posicionamento do produto por ele consumido.

A teoria de decisão do consumidor existente assume que os consumidores são racionais e maximizadores de utilidade e escolha do produto (a partir de um conjunto de alternativas disponíveis) que lhes dá a máxima utilidade. A utilidade derivada (ao fazer a escolha) de um produto é afectada não apenas pela percepção do indivíduo sobre o produto e suas alternativas, mas também pela importância relativa ligada aos vários atributos do produto e pelo facto do consumidor considerar apenas os produtos que fazem parte do seu conjunto evocado (McDonald & Dunbar, 2012).

A necessidade de reposicionar ou reformular um produto existente pode surgir por várias razões: (1) a empresa não fez uma decisão ideal mais cedo e, portanto, precisa de rever a sua decisão, (2) as características básicas do mercado (ou seja, consumidores) mudaram e, assim, a empresa precisa de reposicionar / redesenhar seus produtos existentes para atender as mudanças dos gostos dos consumidores, (3) A empresa pode querer reagir à entrada ou estratégia competitiva agressiva de um concorrente (Gonçalves, 2008; González-Benito & González-Benito, 2005; Nancarrow *et al.*, 2007).

O produto evolucionário deve ser posicionado normalmente pela modificação e aumento dos atributos existentes ao passo que, os produtos revolucionários podem requerer o desenvolvimento de um novo conjunto de atributos. Neste trabalho a atenção será dirigida para o posicionamento do produto e problemas de reposicionamento que se refere aos produtos evolutivos (Dolnicar & Lazarevski, 2009; Doyle & Saunders, 1985; Filip, 2012; Lopes, Maia, & Boubeta, 2010).

Segundo Padgett e Mulvey (2007), o posicionamento do produto e o perfil do consumidor estão estreitamente relacionados com a tecnologia. Se as empresas estão a perceber uma vantagem competitiva a partir de uma nova tecnologia, precisam entender o impacto das novas tecnologias na estrutura de mercado existente e como as mudanças na estrutura actual podem ser usadas para obter uma vantagem competitiva.

2.4 Passos para o Posicionamento do produto

Arora (2006) tem uma visão distinta sobre as decisões de posicionamento do produto; ele enfatiza que o processo de tomada de decisão do cliente como a questão mais importante no processo de posicionamento do produto. Tais como Aaker, D. A., & Shansby, J. G. (1982), os gestores de marketing tem que responder as seguintes perguntas ao posicionar o produto:

1. Quais as dimensões que os consumidores utilizam para avaliar as ofertas de produtos na indústria ou categoria?

2. Quão importante é cada uma dessas dimensões no processo de tomada de decisão?
3. Como a empresa e a competição se comparam nestas dimensões?
4. Que processos de decisão os clientes usam?

No que se refere aos passos para o posicionamento do produto, Hooley *et al.*, (2001), propõe 8 passos ou etapas: (1) identificação dos competidores, (2) identificação dos atributos de tomada de decisão, (3) avaliação dos atributos relevantes para a tomada de decisão, (4) identificação da posição dos competidores de acordo com os atributos mais importantes, (5) identificação das necessidades dos clientes, (6) preparação do mapa do consumidor, (7) selecção do posicionamento desejado e (8) selecção da estratégia de posicionamento. Similarmente, Ostasevičiūtė e Šliburytė (2008) concordam com os primeiros três passos propostos por Hooley *et al.*, (2001), contudo substituem os cinco últimos pela determinação do posicionamento desejado do produto, selecção da estratégia do reposicionamento e criação da declaração de posicionamento.

Considerando as ideias propostas pelos autores retractados no parágrafo anterior e as de Arora (2006) no presente artigo é proposto um modelo com seis passos, constituídos em: (1) entendimento das percepções dos consumidores sobre o produto, (2) identificação e análise dos produtos competitivos no mercado, (3) identificação e selecção dos atributos do produto, (4) posicionamento do produto por estilos de vida e comportamental, (5) definição das estratégias de posicionamento (marketing mix) e (6) criação da declaração de posicionamento.

2.5 Entendimento das Percepções dos Consumidores

Lawler-Wilson e Fenwick (1978) defendem que os consumidores diferem não só na sua percepção dos produtos, mas também nos critérios de escolha que empregam; a maioria dos métodos de posicionamento existentes forçam os respondentes a usar critérios de escolha idênticos. Nesta linha de pensamento, Bijmolt, Frambach e Verhallen, (1996) evidenciam que a análise das percepções dos clientes pode dar informações para a formulação de estratégias para contrapor aos concorrentes e saber sobre as suas potencialidades.

Kotler e Keller (2009) definem percepção como o processo pelo qual os clientes seleccionam, organizam e interpretam informações para ter uma representação significativa do mundo. No contexto do marketing, estes autores fundamentam que a percepção é mais importante que a realidade, uma vez que são as percepções que vão em última instância afectar o comportamento real do consumidor.

2.6 Posicionamento do Produto na Mente do Consumidor

Os produtos ou organizações são sempre associados a ideias, sentimentos ou desejo que, combinados formam a impressão geral sobre os mesmos na mente dos clientes. Assim, entende-

se por posicionamento do produto, o conjunto de associações que formam a impressão geral do cliente sobre aquele produto (Aaker e Shansby, 1982). O termo “posicionamento” difere do termo “imagem”, na medida em que, posição implica uma estrutura de referência baseada na concorrência. Para uma maior competitividade no mercado não basta a imagem, visto que, um produto pode ter boa imagem mas não estar bem posicionado, ou seja não ser preferido entre outros da mesma categoria, o que implica que a relevância do posicionamento é condicionada pelas circunstâncias do mercado (Serralvo e Furrier, 2004).

De acordo com as ideias avançadas por Serralvo e Furrier (2004), num mercado onde existe baixa competitividade, existe menor preocupação com o posicionamento do produto e maior com a imagem. No lugar de, num mercado altamente competitivo, a principal preocupação é o posicionamento e, assim, para estes autores, posicionamento é um conjunto de estratégias e acções que visam colocar o produto em primeiro lugar na mente dos clientes, o que normalmente está associado a uma maior participação de mercado e rentabilidade, e mostrar capacidade de manter essa posição ao longo do tempo, através da flexibilidade nos programas de marketing, da inovação contínua e da reputação de bons produtos. Assim, o objectivo principal de um programa de posicionamento deve ser alcançar a liderança em uma dada categoria.

Na visão de Ostasevičiūtė & Šliburytė (2008), entende-se por posição de produto a soma dos atributos associados a um produto por seus consumidores, o termo posição é definido na literatura como um lugar ocupado por um produto/serviço em relação a seus concorrentes, já o posicionamento de mercado é concebido como a estratégia relacionada com a abordagem a adoptar na segmentação de mercado e na seleção dos segmentos nos quais a companhia quer competir.

Com base nas definições obtidas da pesquisa bibliográfica, foi possível distinguir grupos de referência sobre os quais assentam-se as principais diferenças e similaridades entre os conceitos de posicionamento. Um primeiro agrupamento diz respeito aos termos genéricos que parecem permear as definições de posicionamento, independentemente de sua orientação. Estes resumem-se em diferenciação, processo, segmento/público-alvo, oferta, concorrência, atributos, clientes, valor, lugar ocupado num cenário competitivo ou categoria, vantagem. Esses factores permitem a montagem de uma definição genérica de posicionamento como “o processo de estudo, definição e implementação de uma oferta diferenciada de valor cujos atributos proporcionem uma posição vantajosa sustentável em relação á concorrência num cenário competitivo, do ponto de vista de um público-alvo”. Contudo as estratégias de posicionamento que envolvem vários atributos podem ser ineficientes (Aaker e Shansby, 1982)

2.7 Estratégias de Adequação da Oferta às Necessidades do Cliente e Posicionamento do produto

As empresas para terem sucesso nas suas estratégias de marketing precisam de adequar as suas ofertas às necessidades dos clientes e posicionar o produto em lugares cimeiros na mente do consumidor em relação a concorrência.

A identificação das necessidades dos clientes é o fundamento principal para o posicionamento do produto e esta tarefa tem de ser feita de forma estratégica, tática e operacional, isto é, deve ser planificado a nível do conceito do produto (estratégia), deve ser revisto a medida que o produto é lançado no mercado (tática) e deve ser continuamente monitorado para colher as percepções dos clientes nos seus contactos com os funcionários da linha da frente da empresa (empregados de loja, funcionários de caixa) (Homburg, Wieseke e Bornemann, 2009).

Para Armstrong, Cunningham e Kotler, (2012) a identificação e satisfação das necessidades e desejos dos clientes é crucial para o cumprimento dos objectivos organizacionais e enfatizam a necessidade da recolha e tratamento de informações e a percepção do mercado como requisitos *sine qua non* para satisfação e criação de valor para os clientes.

Quanto maior for o preço do produto, menor serão as unidades compradas, por duas razões importantes: aumenta o custo do consumo e seu custo de oportunidade, ou seja, aquilo que o indivíduo deixa de comprar para poder pagar esse aumento pode levá-lo a não ter renda suficiente para comprar o produto mais caro, levando-o até a compra de bens substitutos (Anitsal, Girard e Anitsal, 2012; Zeithaml, 1988).

Segundo Oliveira (2006), a tomada de decisão do consumidor, obedece os seguintes passos: 1) Reconhecimento da necessidade, onde o consumidor percebe a diferença entre o estado desejado e a situação actual de forma suficiente para despertar e activar o processo decisório; 2) Busca de informações na qual o consumidor busca informações armazenadas na memória (busca interna) ou adquire informações relevantes do ambiente (busca externa); 3) Avaliação das alternativas na pré-compra, onde o consumidor avalia as opções em termos de benefícios esperados e direcciona a escolha para a alternativa preferida; 4) Compra: o consumidor decide sobre a alternativa preferida ou uma alternativa substituta aceitável se necessário, e realiza compra e 5) Resultados: depois da compra o consumidor consome o produto ou serviço e avalia se a alternativa escolhida satisfaz as suas necessidades e expectativas após ter sido utilizada.

2.8 Estratégia para o posicionamento do produto

O posicionamento do produto tem muito mais a ver com os atributos intangíveis do produto que vão originar a percepção de valor na mente do cliente, a imagem que este ocupa no lugar das prioridades no momento de compra. Os intangíveis estão ligados mais estreitamente com

os serviços no geral ou aqueles associados ao produto. Parasuraman, Berry e Zeithaml (1991) apontam os seguintes elementos como atributos intangíveis do produto: A qualidade, a reputação, o capricho, o nível de marketing que é empreendido pela empresa, o valor da marca, as facilidades de instalação, os serviços pós-venda, as informações ou instruções afectas ao produto, a facilidade de manutenção, as garantias e possibilidades de devolução em caso de mal funcionamento, a imagem e o status.

No posicionamento podemos considerar a percepção de qualidade, se é considerado caro ou barato pelo cliente e as suas opções quanto a produtos substitutos em relação ao rendimento disponível (Dou *et al.*, 2010). Segundo Arora (2006) e Doyle e Saunders (1985) entre as estratégias para o posicionamento do produto está a selecção e desenho bem como a criação da imagem do uso e aplicações do produto. González-Benito e Martos-Partal, (2012), falando sobre a venda de produtos a retalho, argumentam que os retalhistas podem posicionar os seus produtos por usuário ou ainda por classe de produto. O posicionamento por usuário, implica saber as características dos principais consumidores que procuram os produtos da empresa e classifica-los com vista a criar ofertas diferenciadas para cada grupo ou ainda por classe de produto, uma vez que cada produto pode ter várias marcas e pode-se recolher informações sobre o conhecimento da marca pelos clientes, suas percepções sobre estas e atitudes.

2.4 Proposições a testar

Com base na análise da literatura disponível, as particularidades do contexto – locus empírico da investigação, que são as pequenas empresas do município do Huambo e a consideração dos principais constructos sobre a adequação da oferta aos clientes e o posicionamento dos produtos nas pequenas empresas, propõe-se as seguintes hipóteses ou proposições do trabalho: Relativamente a adequação da oferta às necessidades do consumidor, evidenciam-se os atributos tangíveis do produto, do preço, da forma de entrega, dos serviços prestados pelos atendedores e dos factores decisivos na compra do que deriva a proposição geral.

Proposição A: A oferta que as pequenas empresas fazem aos seus consumidores é adequada as suas necessidades.

Relativamente ao posicionamento do produto na mente dos clientes e a imagem das pequenas empresas do município do Huambo em relação aos competidores, tendo em conta os constructos propostos no quadro 1 e os condicionalismos dos locais de estudo, considerou-se como prioritários os atributos intangíveis do produto como a qualidade, o status, os usos e aplicações do produto e o posicionamento do usuário. Todos estes atributos serão analisados nos produtos mais procurados.

Assim levanta-se a seguinte proposição geral:

Proposição B: Os clientes das pequenas empresas têm uma correcta percepção do seu posicionamento e do posicionamento das Organizações Heng

3. Metodologia e Estratégia de Investigação

Os métodos de pesquisa utilizados foram os que estão enquadrados na ontologia e epistemologia dos estudos realistas, isto é, a combinação de métodos qualitativos e quantitativos. Os métodos quantitativos foram aplicados com o uso de questionários aos clientes da Organizações Heng Lda., para ter dados sobre sua percepção no posicionamento dos produtos destas empresas na vertente da adequação da oferta aos consumidores e a imagem que o produto ocupa na mente do cliente. Por outro lado numa segunda fase foi aplicado em entrevistas semiestruturadas para se ter uma percepção explicada sobre os resultados da análise quantitativa na óptica dos gestores.

Foi considerada como população do presente estudo a totalidade dos clientes que visitam as pequenas empresa durante o período de 30 dias que é estimada em 8550 clientes.

Quando o tamanho da população alvo da pesquisa é considerado finito, e é o que realmente acontece na grande maioria dos casos quando se trabalha com a investigação de Qualidade de Vida de famílias e performance em empresas, o tamanho mínimo da amostra necessária para se estimar as médias populacionais é obtido com auxílio da equação (Levine *et al.*, 2000).

Para o cálculo da amostra adoptou-se o risco de um menor nível de confiança e que é aceitável universalmente, isto é, de 0,90 (90%) e assim, o cálculo da amostra para populações finitas obedece a seguinte fórmula:

$$n = \frac{N.p.q.[Z_{\alpha/2}]^2}{p.q.[Z_{\alpha/2}]^2 + (N-1).e^2} \text{ (Equação 1), onde:}$$

n – Tamanho da amostra a calcular

N – Tamanho do universo

$(Z_{\alpha/2}$ - Desvio padrão correspondente será de 1,96.

p e q – Valores a atribuir segundo Levine (2000).

e = Erro máximo permitido: tendo em conta o nível de confiança escolhido o erro máximo permitido será de $1 - \sigma = 1 - 0,95 = 0,05$.

$$n = \frac{N.p.q.[Z_{\alpha/2}]^2}{p.q.[Z_{\alpha/2}]^2 + (N-1).e^2} = \frac{8850 \times (0,5 \times 0,5) \times (1,96)^2}{[(0,5 \times 0,5) \times (1,96)^2] + (8550 - 1) \times (0,05)^2}$$

$= 210 \text{ Clientes como valor mínimo da amostra}$

Análise Demográfica

Sexo

Segundo Kotler e Keller (2009) as atitudes e comportamentos diferem entre homens e mulheres por causa das suas diferenças genéticas e de socialização. Assim a informação sobre o género dos potenciais clientes da empresa é importante não só para alimentar a base de dados da pesquisa de mercado mas também como dado chave para a segmentação demográfica dos mercados alvo. A tabela 4.1 mostra que maior parte da amostra são mulheres, isto é 109 que corresponde a 50,5% sendo que os homens representam 49,5% da amostra, ou seja 107 inquiridos.

Tabela 3 Distribuição da Amostra por Sexo

Sexo	Frequência	%	% Válida	% Acumulada
Masculino	107	49,5	49,5	49,5
Feminino	109	50,5	50,5	100,0
Total	216	100,0	100,0	

Fonte: Elaboração Própria

Idade

Igualmente ao sexo, pessoas de diferentes idades têm hábitos e comportamentos diferentes e ainda assim existe um grande impacto no volume e tipo de produto procurado. Holbrook e Schindler (1996) argumentam que a idade tem a ver com o tipo de produto procurado, por exemplo pessoas adultas podem procurar mais bens essenciais para o lar ao passo que jovens podem estar mais inclinados para produtos para uso pessoal.

A tabela 4.2 mostra que a faixa etária mais predominante é a dos 18 aos 24 anos, isto é 53 inquiridos que corresponde a 24,5% seguidos daqueles que estão na faixa dos 15 aos 17 anos, isto é 49 inquiridos que corresponde a 22,7%. A faixa menos representada é a dos 45 e mais anos (28 inquiridos que corresponde a 13%). Os dados sobre a idade sugerem que a maior parte dos clientes do Supermercado Risca-Risca é jovem com idade abaixo dos 34 anos.

Tabela 3.1 Distribuição da Amostra por Idade

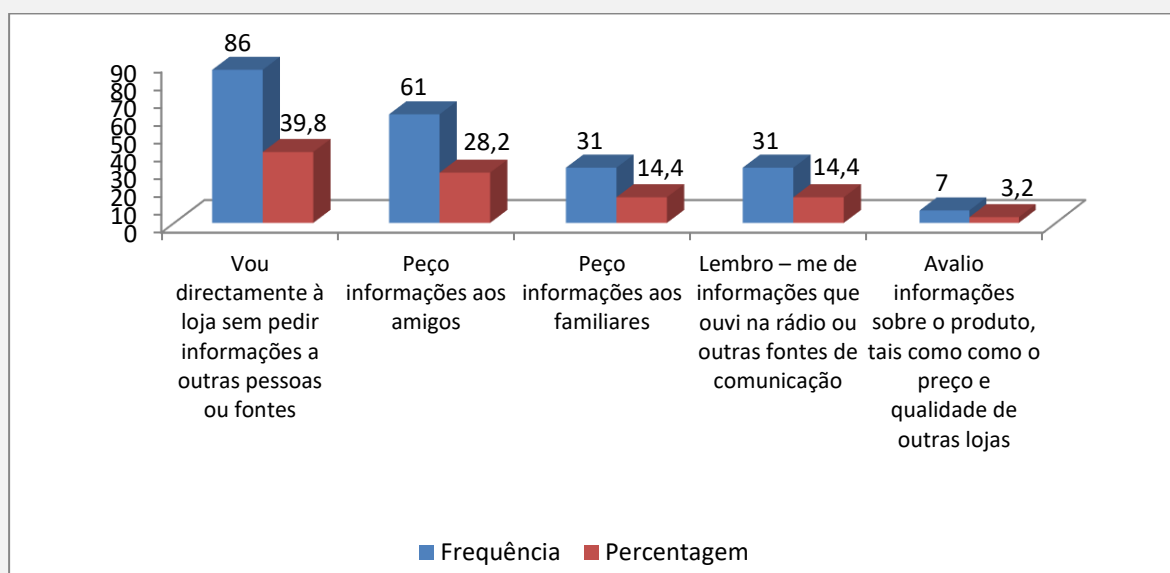
Idade (em anos)	Frequência	%	% Válida	% Acumulada
15 a 17	49	22,7	22,7	22,7
18-24	53	24,5	24,5	47,2
25-34	41	19,0	19,0	66,2
35-44	45	20,8	20,8	87,0

45 e mais	28	13,0	13,0	100,0
Total	216	100,0	100,0	

Fonte: Elaboração Própria

4.Resultados e Discussão

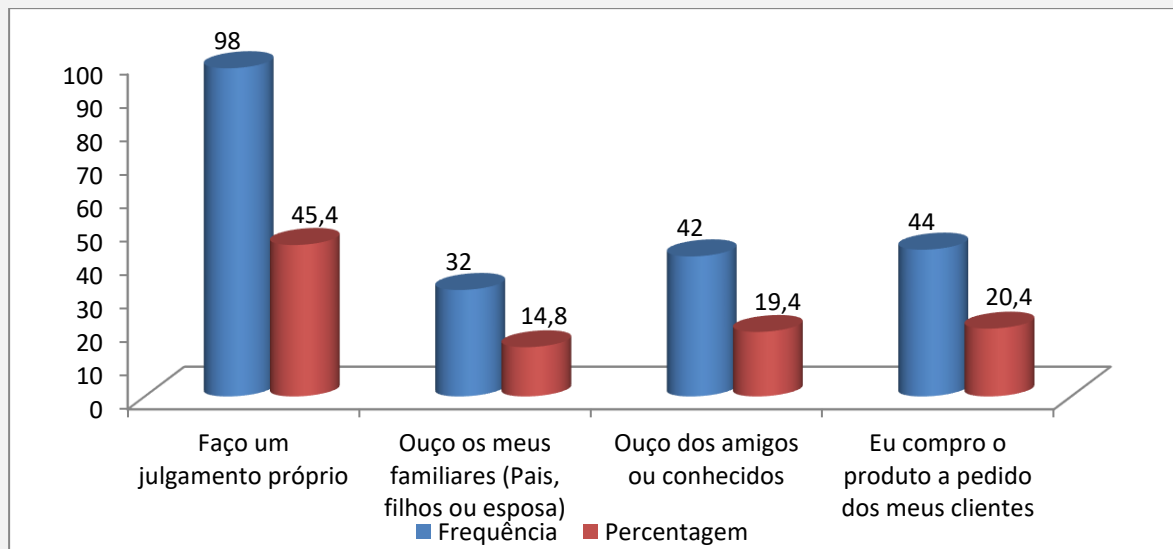
Gráfico 4.1 Posicionamento do Produto na Mente do Cliente – Recurso à Informação para a Decisão de Compra.



Fonte: Elaboração Própria

O gráfico 4.1 mostra que depois de questionados sobre o que acontece quando precisam de comprar algo nas pequenas empresas, nota-se que é predominante o número de clientes que vão directamente à loja sem pedir informações a outras pessoas ou fontes, isto é 86 inquiridos que corresponde a 39,8%, seguidos daqueles que pedem informações aos amigos (28,2%), aos familiares (14,4%), daqueles que lembram – se das informações que ouviram na rádio ou outras fontes de comunicação (14,4%) e por último seguem-se aqueles que avaliam as informações sobre o produto, tais como o preço e qualidade de outras lojas (3,2%).

Gráfico 4.2 Posicionamento do Produto na Mente do Cliente – Aspectos levados em conta na Decisão final de Compra.



Fonte: Elaboração Própria

O gráfico 4.2 mostra que é predominante o número de clientes que fazem um julgamento próprio, isto é, 98 inquiridos que corresponde a 45,4%, seguidos daqueles que compram o produto a pedido dos meus clientes, isto é 44 que corresponde a 20,4 e daqueles que são influenciados pelos amigos ou conhecidos, isto é, 42 inquiridos que correspondem a 19,4%, sendo que, em último lugar estão aqueles que são influenciados pelos familiares, isto é, 32 inquiridos que corresponde a 14,8%.

4.3 Análise Empírica das Preposições Teóricas

Nesta secção são analisadas as duas principais proposições teóricas levantadas na revisão da literatura relativamente a adequação da oferta das pequenas empresas aos seus clientes e a clara percepção de posicionamento do Risca - Risca em relação aos seus concorrentes.

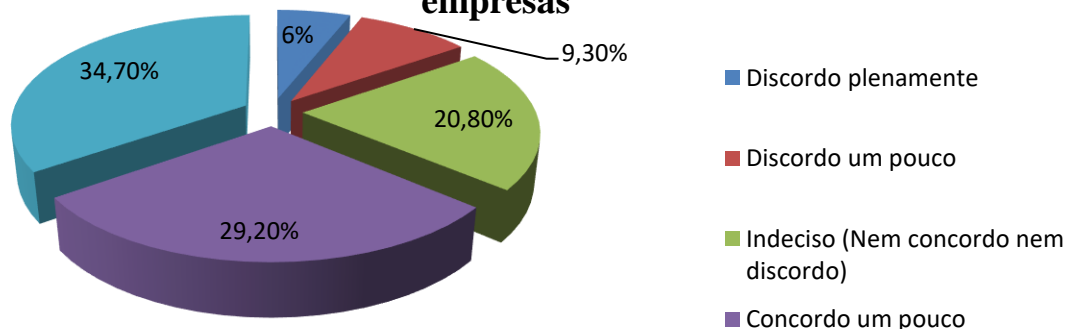
4.3.1 Adequação da Oferta das pequenas empresas às Necessidades dos seus Clientes

4.3.1.2 Valor do Dinheiro e do Produto

Outro elemento crucial sobre a adequação da oferta às necessidades dos clientes é o valor do dinheiro investido ou valor do produto a medida em que na sua obtenção pode acarretar outros custos, encarecendo assim, a sua aquisição (Zeithaml, 1988).

Segundo os dados evidenciados no gráfico 4.4, maior parte dos clientes, isto é, 63,9% correspondente a 34,7% que concordam plenamente e 29,2% que concordam um pouco, percebem que fazem poucos gastos adicionais como transporte e outros custos de manutenção dos produtos que compram nas pequenas empresas, o que é um indicativo de um bom valor do produto.

Gráfico 4.3 Valor do Produto -Gastos adicionais (como transporte e outros) face a uma compra nas pequenas empresas

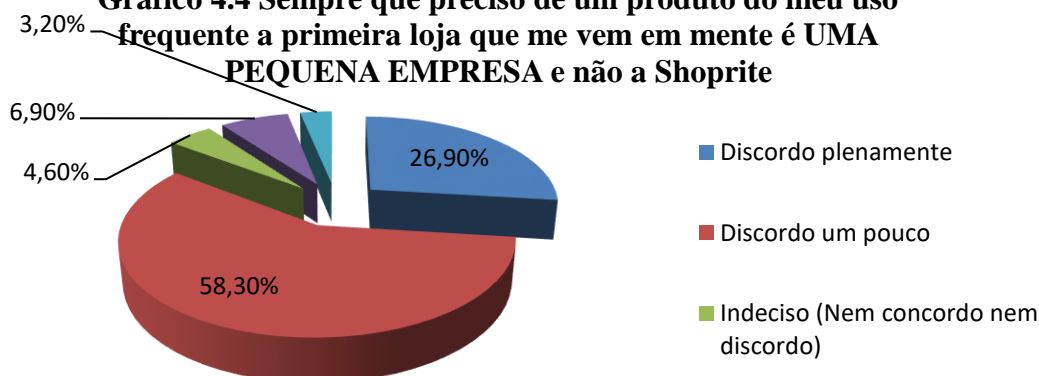


Fonte: Elaboração Própria

4.3.1.3 Posicionamento do Produto na Mente do Cliente

Em relação ao posicionamento dos produtos na mente dos clientes, os gestores de marketing procuram sempre saber se estes ignoram os passos do processo de tomada de decisão de compra em função de uma marca já gravada em sua mente (Bijmolt *et al.*, 1996; Ostasevičiūtė e Šliburytė, 2008). Para saber quais eram os produtos ou o supermercado melhor posicionado na mente dos clientes do Risca - Risca, foi-lhes proposta a afirmação de que: Sempre que precisavam de um produto do seu uso frequente a primeira loja que lhes vinha à mente era as Organizações Heng e não a Shoprite. Em resposta, 85,2% discordam plenamente (26,9%) e discordam um pouco (58,3) com esta afirmação, contra apenas 10,1% que concordam um pouco (6,9%) e concordam plenamente (3,2%) com a mesma afirmação. Considerando que maior parte dos inquiridos discorda com a afirmação dada, pode-se aferir que a Shoprite está melhor posicionada na mente dos clientes em relação as pequenas empresas (gráfico 4.18)

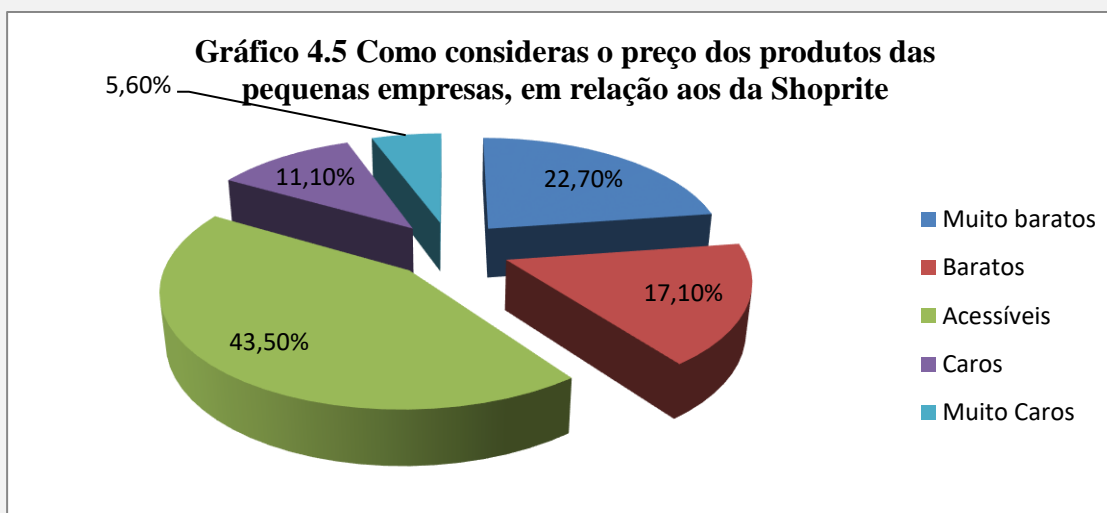
Gráfico 4.4 Sempre que preciso de um produto do meu uso frequente a primeira loja que me vem em mente é UMA PEQUENA EMPRESA e não a Shoprite



Fonte: Elaboração Própria

4.3.1.4 Preço dos Produtos

Um dos aspectos principais sobre o posicionamento do produto, intrinsecamente ligado ao valor do dinheiro, é o preço dos produtos. Por causa das restrições orçamentais da parte dos clientes. Estes são muito sensíveis ao preço, apesar de que uma marca bem posicionada pode conquistar uma grande quota da carteira do cliente (*share of wallet*) (Anitsal *et al.*, 2012; Zeithaml, 1988). Sugere-se: Para se saber da opinião dos clientes das pequenas empresa sobre esta dimensão do seu posicionamento, a estes foi proposta a questão: Como consideras o preço dos produtos das Organizações Heng em relação aos da Shoprite. Os resultados das respostas a esta questão mostram que é predominante o número de inquiridos que acham que os produtos das Organizações Heng são acessíveis, isto é, 94 inquiridos que correspondem a 43,5% seguidos por outros inquiridos que acham que são muito baratos (22,7%) e aqueles que acham que são baratos (17,1%). O posicionamento das pequenas empresas, em termos de preço dos produtos, é melhor que o da Shoprite (gráfico 4.23).



Fonte: Elaboração Própria

4.3.1.5 Síntese dos Resultados

A descrição demográfica da amostra aponta que maior parte desta são mulheres (50,5%) e que a faixa etária mais predominante é a dos 18 aos 24 anos (24,5%) bem como uma parte significativa dos clientes do Supermercado Risca-Risca são estudantes (39,4%), solteiros (49,5%) e frequentam o ensino superior (23,1%), sendo que é predominante o número de indivíduos com baixa e média renda, mais especificamente com rendimento entre 50.000 Kz a 99.999 (23,1%), relativamente às duas principais proposições teóricas levantadas na revisão da literatura.

Tabela 4.1 Resultados Empíricos da Proposição Teórica 1: A oferta que o supermercado Risca-Risca faz aos seus consumidores está adequada as suas necessidades.

Elemento da oferta	Adequação da oferta às necessidades dos clientes		
	Adequada	Relativamente Adequada	Inadequada
1. Durabilidade dos Produtos		47,6%	
2. Valor do Dinheiro e do Produto	63,9%		
3. Qualidade das Embalagens			42,6%
4. Informações sobre o Produto			70,4%
5. Asseio dos Produtos	51,9%		
6. Atendimento de qualidade		49,1%	
7. Atendimento as Preocupações dos Clientes		48,1%	
8. Tempo de Espera	61,5%		
9. Prioridade no Atendimento			41,2%
10. Atenção às Reclamações			59,3%
11. Entrega dos Produtos	51,40%		

Fonte: O Autor

Quanto a primeira proposição teórica na qual se estabeleceu que a oferta que a Organizações Heng faz aos seus, está adequada as suas necessidades, tem-se que a Organizações Heng consegue adequar a sua oferta aos seus clientes, com satisfação acima dos 50% para as dimensões do valor do dinheiro e do produto. Contudo, a oferta do Risca-Risca não está adequada às necessidades dos seus clientes em termos da qualidade das embalagens, informações sobre os produtos, prioridade no atendimento e atenção às reclamações.

Quanto a segunda proposição teórica onde se estabeleceu que os clientes da Organizações Heng têm uma correcta percepção do seu posicionamento e do posicionamento do supermercado Shoprite, tem-se que as Organizações Heng está melhor posicionado em relação à Shoprite nas dimensões da qualidade dos produtos e preço dos produtos. Contudo, a Organizações Heng não tem um correcto posicionamento nas dimensões da localização do estabelecimento, posicionamento do produto na mente do cliente, publicidade dos produtos e serviço pós-venda, estando a Shoprite melhor posicionada nestas dimensões

5. Considerações Finais

O presente estudo visou procurar entender o posicionamento do produto nas pequenas empresas sob óptica da concorrência. Estudo de caso Organizações Heng, com as proposições teóricas de que 1) a oferta da Organizações Heng não estavam adequadas às necessidades dos clientes 2) os clientes do Risca – Risca, não tinham uma percepção clara sobre o posicionamento destes em relação a outros, com particular atenção para o seu principal concorrente, o Supermercado Shoprite.

Para se responder a estas questões recorreu-se a pesquisa de marketing através de questionários e entrevistas dirigidas aos gerentes e clientes das empresas em estudo. Os resultados indicam que quanto à primeira proposição, a Organizações Heng consegue adequar a sua oferta aos seus clientes, nas dimensões do valor do dinheiro e do produto.

Quanto a segunda proposição teórica a Organizações Heng está melhor posicionado nas dimensões do preço dos produtos mas não tem um bom posicionamento na localização do estabelecimento, reputação dos produtos, publicidade e serviço pós-venda, estando a Shoprite melhor posicionada nestas dimensões.

Os aspectos que a Organizações Heng deve levar em conta na gestão do posicionamento são: maior divulgação dos seus produtos, serviços pós-venda, atendendo as preocupações dos clientes em relação aos produtos comprados, sobretudo os electrodomésticos, incrementar acções de formação sobre atendimento aos clientes bem como adquirir produtos duráveis de outras marcas ou verificar a sua origem para evitar falsificações, o que claramente resulta em desapontamento por parte dos clientes.

Referências Bibliográficas

- Aaker, D. A., & Shansby, J. G. (1982). Positioning Your Product. *Business Horizons*, 25(3), 56.
- Aaker, J. L. (1997). Dimensions of Brand Personality. *Journal of Marketing Research*, 34(3), 347–356. <http://doi.org/10.2307/3151897>
- Anitsal, I., Girard, T., & Anitsal, M. M. (2012). AN APPLICATION OF SERVICES MARKETING MIX FRAMEWORK: HOW DO RETAILERS COMMUNICATE INFORMATION ON THEIR SALES RECEIPTS? *Business Studies Journal*, 4(2), 77–90.
- Arora, R. (2006). Product positioning based on search, experience and credence attributes using conjoint analysis. *Journal of Product & Brand Management*, 15(4/5), 285–292.
- Baier, D., & Gaul, W. (1999). Optimal product positioning based on paired comparison data. *Journal of Econometrics*, 89, 365–392.
- Bijmolt, T. A., Frambach, R. T., & Verhallen, T. M. (1996). Strategic Marketing Research. *Journal Of Marketing Management*, 12(1-3), 83–98.

- Bijmolt, T. H. A., Frambach, R. T., & Verhallen, T. M. M. (1996). Strategic Marketing Research. *Journal of Marketing Management*, 12(1-3), 83–98.
- De Oliveira, P. A. (2006). Comportamento do consumidor: fatores que influenciam no processo de decisão de compra dos consumidores finais. *Comportamento Do Consumidor*, 3(2), 34–56.
- Dolnicar, S., & Lazarevski, K. (2009). Evaluating market-segmentation research priorities: Targeting re-emancipation. *Journal Of Marketing Management*, 25(3/4), 357–373.
- Domareski Ruiz, T., Gonçalves Gândara, J., Chim-Miki, A., & Biz, A. (2013). O Ciclo de Vida EO Posicionamento Competitivo dos Produtos Turísticos de Foz do Iguaçu from uma Perspectiva dos Atores CRP. *Investigaciones Turisticas*, 6(1).
- Dou, W., Lim, K. H., Su, C., Zhou, N., & Cui, N. (2010). BRAND POSITIONING STRATEGY USING SEARCH ENGINE MARKETING. *MIS Quarterly*, 34(2), 261–A4.
- Doyle, P., & Saunders, J. (1985). Market Segmentation and Positioning in Specialized Industrial Markets. *Journal Of Marketing*, 49(2), 24–32.
- Filip, A. (2012). Market segmentation - fundamental process in business to business marketing. *Romanian Journal Of Marketing*, (3), 62–66.
- GLÓRIA, D. A. de A., FERREIRA, W. R., FORTES, M., & BAHIA, E. T. (2011). Qualidade de serviços: aplicação da escala SERVQUAL modificada em um apart-hotel. *Administração de Empresas Em Revista*, 10(11), 131–153.
- Gonçalves, D. (2008). Pesquisas de marketing pela internet: as percepções sob a ótica dos entrevistados. *RAM. Revista De Administração Mackenzie*.
- González-Benito, Ó., & González-Benito, J. (2005). The role of geodemographic segmentation in retail location strategy. *International Journal Of Market Research*, 47(3), 295–316.
- González-Benito, Ó., & Martos-Partal, M. (2012). Role of Retailer Positioning and Product Category on the Relationship Between Store Brand Consumption and Store Loyalty. *Journal of Retailing*, 88(2), 236–249.
- Homburg, C., Wieseke, J., & Bornemann, T. (2009). Implementing the Marketing Concept at the Employee–Customer Interface: The Role of Customer Need Knowledge. *Journal of Marketing*, 73(4), 64–81.
- Hooley, G., Greenley, G., Fahy, J., & Cadogan, J. (2001). Market-focused Resources, Competitive Positioning and Firm Performance. *Journal of Marketing Management*, 17(5-6), 503–520.
- Kaul, A., & Rao, V. R. (1995). Research for product positioning and design decisions: An integrative review. *International Journal of Research in Marketing*, 12, 293–320.

- Khenayfis, S. A., & Compra, D. D. E. (2010). A influência da qualidade do atendimento na decisão de compra.
- Kneip, F. C. (2008). *Capítulo 9 Correlação e Regressão*. Brasil: Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- Kotler, P., & Keller, K. L. (2009). *Marketing Management* (13th ed.). New Jersey: Pearson Prenntice Hall.
- Kotler, P., & Keller, K. L. (2009). *Marketing Management* (Thirteen E). New Jersey: Pearson Education International.
- Lawler-Wilson, C., & Fenwick, I. (1978). A Product Positioning Model: Problems and Possibilities. *Journal Of Marketing*, 42(2), 13.
- Levy, S. J. (2012). Marketing management and marketing research. *Journal of Marketing Management*, 28(1/2), 8–13. Retrieved from 10.1080/0267257X.2011.645688
- Lopes, S., Maia, S., & Boubeta, A. (2010). Segmentação de Mercado COM BASE NAS preferencias DOS Turistas: UMA Aproximação multivariada. *Revista Brasileira de Pesquisa Em Turismo*, 4(2).
- McDonald, M., & Dunbar, I. (2012). *Market Segmentation : How to Do It and How to Profit from It*. Somerset. NJ: USA: Wiley.
- Nancarrow, C., Tinson, J., & Webber, R. (2007). Roots marketing: the marketing research opportunity. *International Journal Of Market Research*, 49(1), 47–69.
- Oliveira, B., & Campomar, M. C. (2007). Revisitando o posicionamento em marketing. *REGE Revista de Gestão*, 14(1), 41–52.
- Ostasevičiūtė, R., & Šliburytė, L. (2008). Theoretical Aspects of Product Positioning in the Market. *Engineering Economics*, 56(1), 97–103.
- Padgett, D., & Mulvey, M. S. (2007). Differentiation Via Technology: Strategic Positioning of Services Following the Introduction of Disruptive Technology. *Journal of Retailing*, 83(4), 375–391.
- Parasuraman, A., Berry, L. L., & Zeithaml, V. A. (1991). Refinement and Reassessment of the SERVQUAL Scale. *Journal of Retailing*, 67(4), 420.
- Serralvo, F. A., & Furrier, M. T. (2004). Fundamentos do posicionamento de marcas: uma revisão teórica. *SEMINÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DA USP–SEMEAD*, 7.
- Telles, R. (2004). Posicionamento e reposicionamento de marca: uma perspectiva estratégica e operacional dos desafios e riscos. Universidade de São Paulo.
- Zeithaml, V. A. (1988). Consumer Perceptions of Price, Quality, and Value: A Means-End Model and Synthesis of Evidence. *Journal of Marketing*, 52(3), 2–22.

ECOMONIA

CAUSAS DA CRISE ECONÓMICA E SOLUÇÕES PARA O CASO DE ANGOLA.

Fernando Henriques Vunge¹

hevunge@gmail.com

Resumo

Com base na diligência de que neste artigo, fez-se uma abordagem teórica sobre a actual situação económico-financeira mundial, que de forma sucinta foi possível apresentar questões que tem que ver com o aumento da produção do crude e das demais commodities, em especial nas áreas de xisto dos EUA e uma demanda menor que a esperada na Europa e na Ásia. O autor teve em consideração algumas propostas para a diversificação económica dos países que dependem grandemente do petróleo, inclusive Angola, tal como recomenda-se alguns mecanismos para a possível saída da presente crise. Para o efeito, usou-se a abordagem Qualitativa. O estudo conclui que, a elevada oferta do crude no mercado internacional e a desaceleração das economias são factores que deram lugar a crise económica mundial e de Angola em particular.

Palavras-chave: Crise económica, Diversificação e *Commodities*.

Abstract

Base on the diligence in this article, a theoretical approach was taken on the current world economic and financial situation, that succinctly it was possible to present questions that have to do with the increase of the production of crude oil and other commodities, in particular in the shale areas of the USA and a lower than expected demand in Europe and Asia. The author took into consideration some proposals for the economic diversification of countries that depend heavily on oil, including Angola, as recommended by some mechanisms for a possible

¹ Licenciado em Economia pelo Instituto superior politécnico Sol Nascente. ISPSN – Huambo.

exit from the present crisis. For this purpose, a Qualitative approach was used. The study concludes that the high supply of crude oil in the international market and the deceleration of the economies are factors that gave rise to the world economical crisis and Angola in particular.

Keyword: *Economical crisis, Diversification and Commodities.*

1. INTRODUÇÃO.

Enquadramento histórico:

O traço singular das crises económicas desde o início do século XIX é a dificuldade de entrever com precisão as causas que as deflagram. No passado as depressões podiam ser imputadas claramente as guerras, revoluções ou catástrofes naturais².

Quando tudo parece estar indo bem, inexplicavelmente emergem estranhas convulsões de seu bojo, que não podem ser explicadas por esse ou aquele evento específico. Como não poderia deixar de ser, os estudiosos do assunto aventaram ao longo do tempo inúmeras hipóteses para a compreensão das flutuações económicas. As crises económicas, naturalmente, surgem como fenómenos mais influentes. Por isso, é das crises que se sente mais os efeitos teóricos.

A “Grande depressão” de 1929-1933 e a “crise do petróleo” de 1973, são exemplos claros dessa influência³.

A hipótese de *Karl Marx* pertence ao género das teorias de superprodução, segundo as quais o capitalismo seria tão produtivo que haveria um encalhe de mercadorias em vista da incapacidade das massas para adquiri-las. Para o inglês *John Maynard Keynes*, que divisava contradições internas no capitalismo muito parecidas com as de *Marx*, as crises são os reflexos

² Keynes, J.M. (2009). *A grande Crise e outros textos*. Lisboa: Relógios D’ Água Editores.

³ Curiosamente, em ambas a teoria Keynesiana foi protagonista. O tratamento keynesiano da crise de 1973 foi desastroso. Contudo, não se estava perante uma derrocada económica como em 1929, mas sim, perante um aumento de custos de uma das matérias-primas essenciais. O intervencionismo estatal não só não poderia fazer nada para resolver o problema, como podia criar com a sua actividade novos problemas. As despesas públicas pressionavam uma produção que no momento era mais cara, e o seu financiamento gerava inflação e endividamento público.

Para os monetaristas, a razão principal da grande depressão teria sido o mau gerenciamento monetário do Banco Central Americano, que permitiu uma queda abrupta da quantidade de dinheiro (deflação) quando assistiu a uma quebra geral de bancos (cujos depósitos à vista deixaram de existir) sem nada a fazer.

da insuficiência de poder de compra por parte da população⁴. Os seguidores de *Marx* e os discípulos de *Keynes* divergem entre si em detalhes, mas concordam no principal: a economia de mercado é intrinsecamente instável e perversa.

2. Causas da crise económica internacional:

Na verdade, a crise que nos referimos é simultaneamente causa e efeito da crise global e que se tem manifestado violentamente sobre as condições de vida das populações, que têm experimentado uma degradação constante desde os primeiros sintomas.

Crise económica é um período de escassez, em que a economia apresenta indicadores macroeconómicos negativos com contracção das actividades, altos níveis de desemprego e aumento da pobreza⁵. A hipótese de *John M. Keynes*, pertence naturalmente ao género da teoria da superprodução, segundo a qual o capitalismo seria tão produtivo que haveria um encalhe de mercadorias em vista da incapacidade das massas para adquiri-las⁶.

Face a este manifesto, entende-se que a crise económica refere-se essencialmente ao fundamento do capitalismo e a um período persistente de escassez, ou seja, são reflexos da insuficiência do poder de compra por parte da população. No entanto aqui, chamamos atenção sobre a questão da estabilidade económica, que por sua vez depende da relação entre a quantidade total de dinheiro em circulação e a quantidade de bens e serviços produzidos. Assim sendo, enquanto houver equivalência entre ambas magnitudes de modo que uma terceira magnitude, o nível geral de preços permaneça estável, tudo poderá estar (na humilde opinião do autor) em conformidade com o mercado. A crise económica internacional apresenta neste momento especificidades que a diferenciam da crise anterior (2008-2009) e lhe conferem características peculiares no contexto global, devastando as economias, fundamentalmente as que apresentam maior pendor das suas receitas no sector petrolífero, cujos contornos passaria pela diversificação das fontes de receitas que em abono da verdade sustentaria o PIB Nacional. Para além destas causas apontadas acima, podemos também identificar um conjunto de factores que influenciaram para a mudança profunda do mercado petrolífero e consequentemente, desequilibrou substancialmente a economia mundial, principalmente dos países que dependem grandemente da extracção do petróleo:

a) Inverno ameno no hemisfério norte.

⁴ Ver NEVES, J.C. *O Nobel da Economia-40 anos de História da Economia; 62 galardoados*. Príncipe Editora, Lda. Cascais-Portugal. 2009.

⁵ Ver Piketty, T. (2014). *O Capital*. Lisboa: Bloco Gráfico, Lda.

⁶ Ver Keynes, J.M. (2009). *A Grande Crise e outros textos*. Lisboa: Relógios D'Água.

Segundo os dados da Agência Federal norte-americana para Atmosfera e os Oceanos (NOAA), 2015 foi o ano mais quente desde que começaram os registos de temperatura no século XIX, devido o fenómeno meteorológico “*El Niño*”. O Inverno 2015-2016 no hemisfério norte tem sido tão ameno que a procura de combustíveis, essencialmente o gasóleo para aquecimento reduziu nos países baixos da Europa, nos Estados Unidos da América (EUA) e no Japão. Menos procura que faz descer os preços. Entende-se que, pelo facto do Inverno estar mais ou menos favorável nesta região, os principais consumidores do crude tiveram que baixar o seu consumo. Porém, esta situação fez com que houvesse excesso de petróleo no mercado internacional e concomitantemente baixou o nível de consumo e os preços caíram drasticamente.

b) Ascensão meteórica dos EUA como produtor.

Entre 2012 e 2015, os Estados Unidos da América aumentaram a sua produção petrolífera, em especial nas áreas de xisto de 10 para 14 milhões de barris por dia e tornaram-se o maior produtor mundial, ultrapassando a Arábia Saudita e a Rússia. O petróleo de xisto acrescenta 4 milhões de barris diários na produção norte-americana, segundo o Relatório económico da *Brumberg*.

Desde que começaram as perfurações do xisto, nos Estados Unidos da América e Canadá, os sauditas têm feito de tudo para não perderem a sua cota de mercado. Embora não exporte o seu petróleo bruto ou de xisto (barato e rápido de produzir) os EUA é parcialmente responsável pela diminuição das exportações para este país.

“Temos vivido uma superprodução, oriunda, sobretudo do petróleo de xisto, e isso deve ser corrigido”, disse aos jornalistas o Ministro dos petróleos dos Emirados Árabes Unidos *Suhail Bin Mohammed al-Mazroueil*, nos bastidores do Fórum Internacional de energia na Argélia no dia 26 de Setembro do ano corrente⁷.

c) Aumento da produção no nível da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP).

Os 12 países membros da OPEP – entre eles a Arábia Saudita, o Iraque, Irão, a Nigéria e Angola são responsáveis por 32,3 milhões de barris por dia. Portanto, controlam cerca de um terço da produção global de 97 milhões de barris⁸. Teoricamente, deveria ser fácil baixar a produção para aumentar os preços. Pois seria de esperar, já que a OPEP foi fundada como um cartel clássico cuja função é manter os preços altos ou equilibrados para o benefício do produtor (e

⁷ Euronews.com

⁸ *Us Energy information Administration*.

em detrimento dos consumidores). Quase todos mantiveram a produção estável ou até mesmo aumentaram o volume do ouro negro extraído. Seguindo a mesma linha de pensamento, foi possível observar um aumento significativo na produção do *crude* em países como o Iraque, Irão, a Rússia, Brasil, os Estados Unidos da América, o Canadá e Angola, que estendeu a sua produção de 1.400.000 para 1,640,000 de barris por dia.

Então, restam como explicações plausíveis para o aumento da oferta mundial de petróleo, que resultou na queda do preço do barril, duas hipóteses:

- a) *Dumping* – promovido para matar a concorrência do óleo e gaz de xisto.
- b) Jogada estratégica para criar dificuldade económica a países com forte concentração da receita do petróleo no total das exportações.

Dentre ambas, a primeira hipótese é que foi testada, tendo em conta o método observacional e os dados recolhidos.

3. O caso específico de Angola:

A propósito da crise económica e financeira em Angola, verifica-se um desequilíbrio das receitas para o Orçamento Geral do Estado, onde são notáveis as consequências resultantes da falta de fontes alternativas para responder aos actuais desafios, cuja baixa do preço do petróleo no mercado internacional é a principal causa, sem esquecer o facto de que, a incompetência na gestão dos fundos públicos e a falta de visão futura contribuíram para o agravamento desta crise. Há cerca de quatro anos que Angola vem sentindo os efeitos deste fenómeno mundial. A crise entorpeceu o motor da sua economia. Governantes, empresários e população em geral são de opinião haja uma diversificação de fontes de receitas após anos de “comodismo”.

Nos anos anteriores à crise económico-financeira de 2016, aconteceram factos a nível do sistema financeiro mundial que indicavam a possibilidade de uma provável crise económica. No entanto, houve uma negligência na atenção que as autoridades de supervisão deveriam prestar aos sinais da crise. No caso da não materialização do Plano Nacional de Desenvolvimento 2013 – 2017 (PND), economia “pouco” diversificada, baixo incentivo aos investidores (nacionais e expatriados), burocracia em excesso na Administração Pública, etc. Esta omissão das autoridades foi seguida pelo governo angolano e instituições afins. Como o sistema económico-financeiro angolano infelizmente é fechado, com sérias dificuldades em disponibilizar informações de âmbito da produção nacional e financeira à população em geral.

3.1. Possíveis soluções para o caso de Angola:

Para a criação de um ambiente de negócios e de estabilidade económica neste possível momento, é favorável optar por uma diversificação da economia propriamente dita, tal

pressuposto exige liderança do sector público, considerando o papel central que este tem na economia, como regulador, empregador e investidor. Essa liderança deve estar assente numa atitude de facilitação e regulação.

O sector público deve:

- Desburocratizar o processo de legalização de actividades empresariais e melhorar a eficiência dos serviços fiscais; para que se faça cumprir o regulamento e a fiscalização na recolha dos impostos, é necessário uma boa organização por parte das empresas, sugere-se uma revisão da política fiscal comprometida com o estímulo e o aumento das receitas das actividades produtivas locais. A política fiscal poderá ser aplicada de forma transparente e não beneficiar indevidamente grupos económicos específicos em detrimento de outros;

Por exemplo, Angola surge na posição 179 entre 189 países estudados (a África do Sul surge na 41ª posição, a Namíbia em 98ª e Moçambique em 139ª) no ranking sobre a facilidade de desenvolver um negócio⁹. Quer dizer que Angola é um dos países do mundo com um nível muito elevado de burocracia, que tem dificultado a boa prática de negócio.

- Fortalecer e proteger o que existe, adoptando políticas e práticas que beneficiem as micro, pequenas e médias empresas nacionais, sem descorar as expatriadas, dar continuidade aos programas e aprender com a experiência, programas de fomento ao Empreendedorismo ligado ao Balcão Único do Empreendedor, (BUE) e o Centro Local de Empreendedorismo e Serviços de Emprego (CLESE) Crédito de Campanha Agrícola, têm um enorme potencial para contribuir na diversificação da economia, se forem implementados com continuidade e seguindo boas práticas de gestão. O que possa correr mal nestes programas poderá resultar de erros de concepção ou de implementação. Identificar esses erros e corrigi-los, mantendo a continuidade, é fundamental para a actividade económica local.

- Criar um ambiente favorável às empresas na base de políticas que deverão contribuir para um ambiente legal e financeiro estável (previsível) e favorável à formalização e sustentabilidade das actividades económicas.

- Criar uma política de aquisição ou compras de alimentação para os programas de merenda escolar, estabelecimentos hospitalares, unidades militares e outras instituições do Estado de forma descentralizada junto dos produtores e empresários locais.

- O sector agrícola deverá merecer uma atenção especial. Este sector agrega um considerável número de famílias e tem um papel central na segurança alimentar do país.

⁹ Publicado no relatório da *Doing Business* 2015.

Assim, urge a necessidade de aumentar o investimento em assistência técnica aos pequenos produtores, melhoria no acesso aos serviços de crédito (pelos bancos e por outros agentes vocacionados para operar em pequena escala e condições difíceis), de preparação de terras e de aquisição de meios de produção. Desenvolvimento de uma rede de pequenas empresas agrícolas e de serviços nas zonas rurais é mais sustentável e tem um impacto social muito mais seguro do que a opção por grandes polos agro-industriais.

O que o sector público não deve fazer:

- Não competir de forma directa com as empresas do sector privado, deve apenas corrigir as distorções do mercado – o desenvolvimento de redes retalhistas, a gestão de lojas, gestão de pequenas estruturas de apoio às comunidades (água, energia, vias terciárias), entre outras, deverão ser deixadas ao sector privado;
- Não disponibilizar dinheiro público para despesas desnecessárias – fundos públicos não devem, ser usados para comprar cabazes de (de luxo) Natal, carros de top de gama para ostentação e viagens inúteis.

Entretanto, o sector informal apresenta um peso substancial na economia Angolana, pois, tem duas características que devem ser valorizadas:

1. Gera muitos empregos, apesar de precários e informal, constitui a base de sobrevivência de muitas famílias.
2. Presta serviços que são procurados. O sector informal deve por isso ser apoiado a evoluir para a formalização, gerando receitas fiscais e melhorando a qualidade dos seus serviços e o bem-estar das populações.

4. Conclusão.

A crise que é referida é simultaneamente causa e efeito da crise global e que se tem manifestado violentamente sobre as condições de vida das populações, que têm experimentado uma degradação constante desde os primeiros sintomas.

A crise económico-financeira apresenta indicadores macroeconómicos negativos, com contracção das actividades, altos níveis de desemprego e aumento da pobreza, no caso específico de Angola. Trata-se na realidade de uma crise generalizada com quebra de todos os índices, ou de situações que afectam os sectores da economia.

Porém, pretendeu-se neste trabalho proporcionar de forma muito sintética, mas objectiva e estruturante, uma familiarização com os principais sectores a ter na análise das variáveis

macroeconómicas. Para satisfazer o objectivo desta pesquisa, optou-se por uma descrição (ou análise) sequencial dos componentes elementares da economia global. Os resultados obtidos satisfaz os requisitos de objectividade e de dimensão que se pretendia alcançar.

Para um esclarecimento bem mais plausível, tendo em conta o aumento da oferta do brent (referência para as exportações angolanas) no mercado internacional, que resultou na queda do preço do barril, foram analisadas duas hipóteses:

- a) *Dumping* – promovido para matar a concorrência do óleo e gaz de xisto.
- b) Jogada estratégica para criar dificuldade económica a países com forte concentração da receita do petróleo no total das exportações.

Portanto, ficou claro que a primeira hipótese foi aceite, tendo em conta o método observacional. Em outros termos, entende-se que com menos crescimento, diminuição de recursos financeiros do Estado e de divisas na economia angolana, a criação de emprego não vai acontecer nas proporções necessárias. Até porque, crescimento e criação de emprego nem sempre são parte de um binómio completamente compatível. Especialmente quando o país se debate, também, com um sério problema de competitividade, cuja mitigação pode ter de passar pela redução de emprego e salários.

4.1. Recomendações.

Para todos efeitos recomenda-se ao Governo Angolano, uma melhor fundamentação das opções feitas e das dotações atribuídas a cada rubrica na proposta do Orçamento Geral do Estado (OGE), reduzindo os valores destinados a despesas ou serviços não especificados. É compreensível que cada sector tenha uma percentagem para acomodar “imprevistos”, mas essa percentagem não deverá ultrapassar os cinco por cento do orçamento do sector. Em particular, a informação sobre a aquisição de bens e serviços, continua a carecer de maior transparência.

Aconselha-se, igualmente ao governo de Angola, maior coerência em ter o OGE como uma peça de concretização de programa político, que passa pelo reforço da utilização de instrumentos que permitam maior eficácia na execução orçamental e no controlo da despesa, assegurando um efectivo combate a impunidade e a corrupção.

Sugere-se também a apresentação regular e atempada da conta geral do Estado para aprovação da Assembleia Nacional e para que o tribunal de contas cumpra o seu papel de auditoria as contas.

Orienta-se ao mesmo órgão acima referenciado, que entre as grandes prioridades na execução figure o investimento na agricultura e na assistência técnica ao sector, bem como a reabilitação de estradas (vias de acesso) secundárias e terciárias, pois, sem as quais a produção agrícola e o

comércio não poderão ter desempenho aceitável e deixando as populações ainda mais vulneráveis.

Sugere-se que as políticas relacionadas com a distribuição secundária do rendimento – após a incidência dos impostos e das transferências para as famílias, deveriam ser um instrumento para se corrigirem as assimetrias que os mecanismos de mercado introduzem no processo de repartição primária do rendimento.

A forma de recuperarmos a redução dos dividendos gerados pela exportação do petróleo é ter um crescimento inclusivo e este, deve ser alcançado pela diversificação das economias europeias, americanas, africanas e em particular, a economia angolana.

Os governos devem apresentar em seus projectos como grandes desafios, défice energético, criação de um ambiente de negócio favorável, ajustamento da despesa corrente e a remoção de subsídios petrolíferos sem causar pressões sociais.

Por fim, dizer que, dados os níveis de partida, desenvolver as economias nos prazos desejáveis exigirá um esforço hercúleo da parte de cada um dos países, especialmente Angola. Mobilizar recursos tecnológicos e *Know-how* requer estratégia clara, integrada, coerente, consistente e sustentável, mas não necessariamente complexa.

Bibliografia

1. Gonçalves, J. (2014). A economia de Angola nos espaços austrais. Luanda: Mayamba.
2. Keynes, J.M. (2009). A grande Crise e outros textos. Lisboa: Relógios D' Água Editores.
3. Lopes, C.M. (2007). Roque Santeiro – Entre a ficção e a realidade. Estoril: Príncipeia.
4. Marx, K. (1867). O Capital. Munique: Centelha.
5. Mosca, J., Zanzala, J. (2006). Economia dos Palop. Lisboa: CostàCosta.
6. Neves, J.C. (2009). O Nobel da economia – 40 anos de História da economia; 62 Galardoados. Cascais: Príncipeia.
7. Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económicos. (2005). Compreender o crescimento económico. Cascais: Príncipeia.
8. Piketty, T. (2014). O Capital. Lisboa: Bloco gráfico, Lda.
9. Rocha, M.J.A. (2006). Economia e Sociedade em Angola. Luanda: Nzila.
10. ----- (2012). Os limites do crescimento económico em Angola – As fronteiras entre o possível e o desejável. Luanda: Mayamba.
11. ----- (2017). A economia angolana em 2015, 2016 e 2017 – Textos de reflexão. Luanda: Texto Editores.

12. ----- (2013). As transformações económicas estruturais na África subsariana (200-2010). Luanda: Mayamba.
13. ----- (2011). Por onde vaia economia angolana? Luanda: Mayamba.
14. Rocha, M.J.A, Paulo, F., Bonfim, Luís & Santos, Regina. (2018). Estudos sobre a diversificação da economia angolana. Luanda: Universidade Católica de Angola.
15. Silva, V.F. (2012). O Banco Nacional de Angola e a Crise Financeira. Luanda: Mayamba.
16. *Smith, A.* (2006). Riqueza das Nações. Londres: Fundação Calouste Gulbenkian.

DIREITO

ENTRE AS GARANTIAS ADMINISTRATIVAS DOS PARTICULARES NO DIREITO ANGOLANO: A QUEIXA AO PROVEDOR DE JUSTIÇA

Vivaz Bandeira¹

Resumo

A queixa ao Provedor de Justiça é de grande relevância no contexto do estado democrático e de direito, pois traduz a possibilidade que o cidadão tem de fazer valer os seus direitos e interesses legítimos em caso de serem violados pela Administração Pública. O presente artigo resultou de uma pesquisa bibliográfica que inclui a doutrina jurídico-administrativa, a Lei nº 04/06 de 28 de Abril e a Lei nº 05/06 de 28 de Abril, com objectivo de enquadrar a queixa ao Provedor de Justiça no quadro classificativo das garantias administrativa dos particulares. Os resultados revelaram que essa garantia pertence ao grupo das garantias administrativas dos particulares, sendo considerada difusa ou “independente”, pelo facto de poder ser accionada tanto antes quanto depois da existência de actos ou omissões da Administração Pública, lesantes da Lei ou dos direitos e interesses legítimos dos particulares.

Palavras-chave: garantias administrativas; queixa ao Provedor de Justiça; direitos subjectivos; interesses legítimos.

Among administrative guarantees of individuals under Angolan law: the complaint to the Ombudsman

Abstract

¹ Jurista. Mestrando em Sociologia pela Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Agostinho Neto (UAN). Actualmente, é docente universitário no Instituto Superior de Ciências da Saúde (ISCISA) da UAN.

The complaint to the Ombudsman is of great relevance in the context of the democratic and law state, as it reflects the possibility that the citizen must assert his legitimate rights and interests in case of being violated by the Public Administration. This article was the result of a bibliographical research that includes the legal-administrative doctrine, Law n°. 04/06 of April 28 and Law n°. 05/06 of April 28, with the purpose of framing the complaint to the Ombudsman within the framework classification of the administrative guarantees of individuals. The results showed that this guarantee belongs to the group of administrative guarantees of individuals, being considered diffuse or "independent", because it can be triggered both before and after the existence of acts or omissions of the Public Administration, under the Law or the rights and legitimate interests of individuals.

Keywords: administrative guarantees; complaint to the Ombudsman; subjective rights; legitimate interests.

Entre as garantias administrativas dos particulares no Direito angolano: a queixa ao Provedor de Justiça

Introdução

“Como se costuma dizer, a primeira forma de defesa dos direitos é a que consiste no seu conhecimento. Só quem tem consciência dos seus direitos consegue usufruir os bens a que eles correspondem e sabe avaliar as desvantagens e os prejuízos que sofre quando eles são violados ou restringidos” (MIRANDA, 2008).

Num mundo como é o nosso, onde há um reconhecido avanço no domínio da ciência e tecnologia, o que tem proporcionado grandes riquezas às sociedades, conquanto grassam os efeitos da pobreza e a injustiça por vezes brota das relações estabelecidas entre os particulares e a Administração Pública, o estudo sobre as garantias administrativas dos particulares é oportuno, pois constitui o desvelar dos mecanismos que servem para fazer valer os direitos e

interesses legítimos dos particulares em caso de violação ou receio de violação, por acto ou omissão da Administração Pública.

Esta abordagem afigura-se de extrema importância para a sociedade, especialmente para o cidadão comum, que pode, por esta via, compreender as vantagens daquelas garantias, particularmente, da *queixa ao Provedor de Justiça*. Ademais, a sua importância reside na novidade científica, que sugere a reformulação da classificação e/ou enquadramento da queixa ao Provedor de justiça, no quadro classificativo das garantias administrativas dos particulares. Este estudo enquadra-se no âmbito do Direito do Contencioso Administrativo angolano, principalmente no que toca às garantias gratuitas, onde a principal preocupação foi a de saber qual é o lugar que a *queixa ao Provedor de Justiça* ocupa no quadro classificativo das garantias administrativas dos particulares.

Neste sentido, partiu-se dos conceitos de *garantias dos particulares* e de *garantias administrativas*, seguidos de breves considerações acerca do Provedor de Justiça no mundo, em geral, e, nosso país, em particular. Finalmente, procedeu-se ao enquadramento da queixa ao Provedor de Justiça no quadro classificativo das garantias administrativas dos particulares, quer à luz da doutrina jurídico-administrativa, quer à luz das Leis nº 04/06, de 28 de Abril e nº 05/06, de 28 de Abril – Lei do Estatuto do Provedor de Justiça e Lei Orgânica da Provedoria de Justiça, respectivamente.

Garantias dos particulares, garantias administrativas e queixa ao Provedor de Justiça

A Administração Pública, nos seus variados sentidos e nas suas múltiplas formas, existe somente para prosseguir os fins públicos – o interesse Público (CAETANO 1986; FEIJÓ & PACA 2005; AMARAL 2011; NETO 2011) –, aliás, é essa a sua razão de ser, motivo pelo qual ela é concebida. Porém, o trabalho de prosseguir os fins que se propõe não é, de todo, fácil, pois na sua actividade está sujeita a omissões e/ou à prática de actos lesivos da legalidade objectiva ou até mesmo aos *excessos* que conduzem a violação dos direitos e interesses legítimos dos particulares, para quem a ordem jurídica coloca à disposição os mecanismos de defesa daqueles direitos e interesses legalmente protegidos. A esse conjunto de mecanismos colocados à disposição dos particulares para fazerem valer os seus direitos chama-se *garantias dos particulares*.

As garantias dos particulares “são uma das partes mais importantes da teoria geral do Direito Administrativo, em que este se nos revela numa função específica da maior relevância: a de atribuir aos particulares determinados poderes jurídicos que funcionam como protecção ou defesa contra os abusos e ilegalidades da Administração Pública” (AMARAL 2011: 747).

Sendo meios criados pela ordem jurídica para se evitar excessos dos poderes públicos e prevenir possíveis violações quer dos direitos e interesses legalmente protegidos dos particulares quer da legalidade objectiva, as garantias dos particulares são de alcance alargado, daí que a sua definição varie em função do contexto e do âmbito das mesmas, pois abrangem esferas para lá da Administração Pública.

Assim, as garantias dos particulares “podem ser definidas como os meios criados pela ordem jurídica com a finalidade de evitar ou sancionar as violações do direito objectivo, as ofensas dos direitos subjectivos ou dos interesses legítimos dos particulares, ou o demérito da acção administrativa, por parte da Administração pública” (AMARAL 2011: 747). Entretanto, há dois grandes sentidos que pode assumir o termo ‘garantias’: em sentido amplo (todos os ramos de direito), “constitui o conjunto de mecanismos que a ordem jurídica coloca à disposição dos sujeitos de direito para estes poderem fazer valer os seus direitos e interesses legítimos” e em sentido restrito “constitui as garantias dos particulares (ou administrados), que podem ser definidas como os mecanismos criados por lei com o objectivo de prevenir ou sancionar as violações do direito (objectivo ou subjectivo) pela Administração Pública” (FEIJÓ & POULSON 2008: 21-22).

Pode-se afirmar que garantias dos particulares “servem de meios de defesa da legalidade objectiva, [...], bem como servem, igualmente, para defenderem especificamente a posição dos particulares, quando são atingidos os seus direitos ou interesses por acto ou manifestação do poder administrativo – ilegalidade subjectiva” (CREMILDO PACA 2008: 19).

As garantias dos particulares, contudo, não deixam de ser vastíssimas, de tal sorte que para entendê-las melhor, é necessário situá-las num quadro classificativo que obedece a critérios sobre os quais a doutrina jus-administrativa não é unânime e, por conseguinte, variam de autor para autor. Há quem classifique em, “por um lado, garantias preventivas (ou a priori) e garantias reparadoras (ou a posteriori); por outro, garantias do direito objectivo e garantias dos particulares; e, enfim, garantias de legalidade e garantias de mérito” (AMARAL 2011: 748). Outros, porém, o fazem de acordo com vários critérios, nomeadamente o “critério sancionatório”, segundo o qual as garantias podem ser *preventivas*, quando visam prevenir a violação das normas ou das posições subjectivas dos particulares e *repressivas*, quando visam sancionar as violações dos direitos e interesses legítimos dos particulares, pela Administração Pública; o “critério do interesse protegido”, segundo o qual as garantias podem ser *da legalidade* quando protegem a ordem jurídica, em geral, e a administrativa, em particular, e *dos particulares* quando protegem as posições subjectivas dos particulares ou administrados, isto é, asseguram preventiva ou repressivamente, os direitos e interesses legítimos dos particulares

e, finalmente, o “critério do órgão que efectiva as garantias dos particulares”, segundo o qual as garantias podem ser *políticas*, quando se efectivam perante órgãos políticos do Estado (órgãos previstos na Constituição), *graciosas*, aquelas que se efectivam mediante os órgãos da Administração e *contenciosas*, quando se concretizam nos tribunais, mediante processos jurisdicionais (FEIJÓ & POULSON 2008: 22).

Ainda entre as garantias gratuitas, há que considerar dois grupos:

Em primeiro lugar, o daquelas que devem ser accionadas antes da constatação da prática de qualquer acto ou omissão da Administração Pública que ameace ou viole os direitos e interesses dos particulares, legalmente protegidos – as garantias gratuitas petitorias. Estas compreendem cinco espécies, nomeadamente, o *direito de petição* que “consiste na faculdade de dirigir pedidos à Administração Pública para que tome determinadas decisões, preste informações ou permita o acesso a arquivos seus ou a processos pendentes”, o *direito de representação*, enquanto “faculdade de pedir ao órgão administrativo que tomou uma decisão que a reconsidere ou confirme, em vista de previsíveis consequências negativas da sua execução”, o *direito de queixa* que consiste na “faculdade de promover a abertura de um processo que culminará na aplicação de uma sanção a qualquer entidade sujeita ao poder sancionatório da Administração”, o *direito de denúncia*, “acto pelo qual o particular o particular leva ao conhecimento de certa autoridade a ocorrência de um determinado facto ou existência uma certa situação sobre os quais aquela autoridade tenha, por dever de ofício, a obrigação de investigar” e o *direito de oposição administrativa* que é “o direito de apresentar para combater quer os pedidos formulados por outrem à Administração, quer as iniciativas da Administração que esta tenha resolvido divulgar” (AMARAL 2011: 756-761).

Em segundo lugar aquelas que se dão depois de se verificar a violação daqueles direitos e interesses legalmente protegidos – as garantias gratuitas impugnatorias. Estas integram a *reclamação* como meio de impugnação de um acto administrativo perante o seu próprio autor ou se quisermos, o pedido de reapreciação do acto administrativo dirigido ao seu autor; o *recurso hierárquico* como meio de impugnação de um acto administrativo, que tenha sido praticado por um órgão subalterno, perante o respectivo superior hierárquico, a fim de obter deste a revogação, modificação ou substituição do acto recorrido, o *recurso hierárquico impróprio*, que permite impugnar um acto administrativo perante um órgão da mesma pessoa colectiva que, não sendo superior, exerce poderes de supervisão sobre o órgão que o praticou e, por último, o *recurso tutelar* que consiste num recurso administrativo mediante o qual se impugna um acto de uma pessoa colectiva autónoma, perante um órgão de outra pessoa colectiva pública que sobre ela exerça poderes de tutela ou de superintendência.

Importa ainda referir que, de acordo com os fundamentos do recurso hierárquico, este pode ser classificado em recurso hierárquico de legalidade (aqueles em que o particular alega como fundamento da impugnação a ilegalidade do acto administrativo impugnado), recurso hierárquico de mérito (que têm por fundamento a inconveniência ou demérito do acto impugnado), recurso hierárquico misto (que têm por fundamentos, simultaneamente, a ilegalidade e a inconveniência ou demérito do acto impugnado). Ao passo que, se atendermos a necessidade do recurso, ele pode ser necessário, quando for indispensável para a posterior impugnação contenciosa do acto ou facultativo quando tiver por objectivo impugnar um acto administrativo definitivo e executório, portanto, susceptível de recurso contencioso.

A queixa ao Provedor de Justiça é uma garantia que “consiste em apresentar, numa autoridade administrativa independente (Provedor de Justiça), uma ocorrência, ou denunciar um facto que ponha em causa os direitos (individuais ou colectivos) ou os interesses legítimos dos particulares para que esta possa, junto das entidades competentes, auxiliar a realização do direito” (FEIJÓ & POULSON 2008: 29-30). Segundo estes autores, a queixa ao Provedor de Justiça é uma garantia administrativa dos particulares, por se efectivar mediante órgão da própria Administração Pública, “numa autoridade administrativa independente (Provedor de Justiça)” (FEIJÓ & POULSON 2008: 29-30).

No entanto, a queixa ao Provedor de Justiça, pode ser accionada, tanto antes da existência de actos ou omissões que violem os direitos e interesses legítimos dos particulares (se houver receio de que tais violações possam, provavelmente, vir a acontecer), como depois da constatação das referidas violações, por acto ou omissão da Administração Pública.

A queixa ao Provedor de Justiça é, assim, uma garantia cuja existência é própria do Estado democrático de direito. A constituição da República de Angola (CRA), no nº 1 do seu artigo 2º, dispõe que “a República de Angola é um Estado democrático de direito que tem como fundamentos a soberania popular, o primado da Constituição e da Lei, a separação de poderes e interdependência de funções, a unidade nacional, o pluralismo de expressão e de organização política e a democracia representativa e participativa”.

Já o nº 2 do referido artigo dispõe que “a República de Angola promove e defende os direitos e liberdades fundamentais do homem, quer como indivíduo quer como membro de grupos sociais organizados, assegura o respeito e a garantia da sua efectivação pelos poderes legislativo, executivo e judicial, seus órgãos e instituições, bem como por todas as pessoas singulares e colectivas”.

Este artigo da Constituição, ao sustentar a efectivação das garantias dos cidadãos pelos poderes públicos, bem como por todas as pessoas singulares ou colectivas, aponta para a presença de um Estado democrático de direito.

A queixa ao Provedor de Justiça, enquanto garantia administrativa dos particulares, é parte das “garantias instituídas para assegurar o cumprimento das leis e o respeito dos direitos subjectivos e interesses legítimos dos particulares” (CAETANO 2008: 1201).

Porém, não são só os direitos subjectivos e interesses legítimos dos particulares que, com a queixa ao Provedor de Justiça se deseja salvaguardar, mas, de um modo geral, todos os direitos fundamentais enquanto “posições jurídicas activas das pessoas integradas no Estado-Sociedade, exercidas por contraposição ao Estado-Poder, positivadas no texto constitucional” (GOUVEIA 2007: 1013).

Os direitos fundamentais como são conhecidos pelo direito interno, “equivalem aos direitos humanos no plano do direito internacional público [...] e, por causa da sua natureza estão intimamente ligados à condição da pessoa humana, ou melhor, aqueles que visam a protecção do ser humano enquanto pessoa humana” (HILÁRIO & WEBBA 2011: 17).

Mesmo quando o titular de um determinado direito fundamental ignora a existência deste, o direito continua lhe sendo peculiar, uma vez que “having a right is not the same as being able to exercise that right in a practical sense. Individuals whose rights are abused have not ‘lost’ their rights – they are being prevented from exercise them” (DIVINE *et al.* 1999: 75). O artigo 1º da Declaração Universal dos Direitos Humanos sublinha que “rights exist by virtue of the human condition. Individuals have rights because they are human beings, not because of their social status or because they have been given them by the state, rights are inalienable. Freedom and equality are the birthright of being human” (DIVINE *et al.* 1999: 75).

A queixa ao Provedor de Justiça é, pois, um meio de defesa dos direitos fundamentais titulados pelos particulares.

Administração Pública, Direito Administrativo e Queixa ao Provedor de Justiça

Rememorar o conceito de *administração* e sua ligação com o Direito Administrativo, ajuda-nos a entender a pertinência das garantias administrativas dos particulares na relação jurídica administrativa. Administrar (do Latim *Administrare*), significa gerir negócios, governar, reger – é agir em certo sentido, através de meios próprios, com vista a alcançar determinados fins e resultados. Porém, esta noção é bastante generalista, pois “noções tão amplas carecem de um mínimo de operatividade: nem toda a acção humana que vise prosseguir certos fins ou obter

certos resultados é administração. De resto, a maior parte das acções humanas visam atingir fins ou obter resultados” (CAUPERS 2008: 11). Este autor propõe que além da acção humana e os objectivos que se pretendam atingir, o elemento imprescindível a considerar seja o elemento organização. Assim, administrar “é uma acção humana que consiste exactamente em prosseguir certos objectivos através do funcionamento da organização” (CAUPERS 2008: 12). É importante ressaltar que o termo *administração* pode assumir vários sentidos, entre eles, o sentido subjectivo ou orgânico (sistema de órgãos e serviços), o sentido objectivo ou material (a actividade regular e contínua desses órgãos e serviços) e o sentido formal que tem a ver com o modo próprio de agir que caracteriza a Administração Pública em determinados tipos de sistemas de administração (FEIJÓ & PACA 2005: 59-61; AMARAL 2011a: 30; AMARAL 2011b: 22-38).

No estudo da administração, é usual a distinção entre administração Pública e administração privada. As características do objecto, dos fins e dos meios de uma dada administração, são os critérios para fazer-se a referida distinção, ou seja, o objecto que a organização tem a seu cargo, os fins que prossegue e os meios de que dispõe para a prossecução dos referidos fins, determinam o seu carácter público ou privado.

A Administração Pública tem como objecto a seu cargo a satisfação das necessidades colectivas públicas (NETO 2011: 20-21), a administração privada, ao contrário, preocupa-se com a satisfação de necessidades privadas, particulares, individuais ou pessoais (NUNES 2011).

A Administração Pública “prossegue o interesse público, ao passo que a administração privada visa o lucro ou o interesse pessoal (que pode ser, por exemplo, o êxito pessoal, um fim de carácter filantrópico, religioso ou até político)” (FEIJÓ & PACA 2005: 63-64).

Por último, a Administração Pública prossegue o seu fim, através das típicas manifestações do poder administrativo: o *acto administrativo* e o *regulamento* – o que no plano do *ius publicum* permite a Administração Pública estar na posição de superioridade (*ius imperii*). Com a administração privada é diferente, pois ela serve-se de meios como o *contrato* que, na relação jurídica, coloca as partes em posição de igualdade e em condições de definir, aceitar ou rejeitar livremente as cláusulas do mesmo, no plano do *ius privatum*, como de resto dispõe o artigo 405º do Código Civil.

Há, na ciência jurídica, “um ramo que abarca todo um conjunto de regras que enquadram a Administração Pública – trata-se da Ciência do Direito Administrativo” (CAUPERS 2008: 25). O Direito Administrativo é “o ramo do direito público constituído pelo sistema de normas jurídicas que regulam a organização e o funcionamento da Administração Pública, como as

relações por ela estabelecidas com outros sujeitos de direito no exercício da actividade administrativa de gestão pública” (AMARAL 2011a: 140)

É indubitável, a existência de relações da vida social relevantes e tuteladas pelo Direito Administrativo (relações jurídico-administrativas) em que sejam sujeitos activos (titulares de direitos) ou passivos (titulares de deveres), as entidades públicas e/ou privadas. A relação jurídica administrativa é toda a relação entre sujeitos de direito, públicos ou privados, que actuem com poderes ou deveres públicos conferidos por normas de Direito Administrativo.

Em todas as espécies da relação jurídica administrativa estão “em jogo” os direitos e deveres conferidos por normas de direito. Há que distinguir o direito como um conjunto de normas e princípios jurídicos coercivos necessários à convivência dos homens em sociedade (em sentido objectivo) e o direito como “faculdade ou o poder, reconhecido pela ordem jurídica a uma pessoa, de exigir ou pretender de outra, determinado comportamento positivo (*facere*) ou negativo (*non facere*) ou de, por acto da sua livre vontade, só de *per si* ou integrado por um acto da autoridade pública (decisão judicial), produzir determinados efeitos jurídicos que inevitavelmente se impõem a outra pessoa, (em sentido subjectivo)” (JUSTO 2012: 37).

Outra distinção diz respeito aos direitos subjectivos e os interesses legítimos. O direito subjectivo “é o poder de manter ou obter o bem da vida; o interesse legítimo ou interesse legalmente protegido é apenas a garantia de que as decisões administrativas sobre um bem da vida serão sempre tomadas de acordo com a lei (sem ilegalidades)” (AMARAL 2011b: 77-80). Neste sentido, a queixa ao Provedor de Justiça serve de defesa dos direitos e interesses legítimos dos particulares que se relacionem com a Administração Pública, na medida em que, através dela leva-se ao conhecimento do Provedor de Justiça, os actos ou omissões que ameacem ou mesmo ofendam aqueles direitos e interesses legítimos.

Tal como ficou dito no item anterior, a queixa ao Provedor de Justiça, além de ser uma garantia administrativa dos particulares (porque estes são, como vimos, titulares de direitos subjectivos) é, também, conhecida como um mecanismo (não contencioso) de tutela dos direitos fundamentais (CANOTILHO 2003: 516-518).

O Provedor e a Provedoria de Justiça

O Provedor de Justiça é um órgão oriundo dos países nórdicos onde tem o nome de “*ombudsman*”, concretamente, na Suécia, onde foi pela primeira vez institucionalizado, em 1809 e difundido sob outras designações e conformações, para Dinamarca, Nova Zelândia e,

nas últimas décadas, com destaque para a década de 1950, foi exportada para os restantes países da Europa ocidental (MIRANDA & MEDEIROS 2005: 217-218; PACA 2011: 179-205).

O “*Ombudsman* surge numa altura em que se põe termo ao regime absolutista, caracterizado pela concentração da totalidade dos poderes à Coroa Sueca” (PACA 2011: 185). Segundo José Meneres Pimentel, com o fim do absolutismo e “a deposição do Rei Gustavo IV fez surgir uma Constituição tributária de um princípio de controlo do poder parlamentar do ‘*Kiskisdag*’ sobre o exercício do poder executivo”, tendo, em consequência, sido criado “o *Ombudsman* – comissário parlamentar – tão independente da Coroa, do Governo e dos Tribunais, quanto do próprio órgão que o designara” (*apud* PACA 2011: 185).

O Provedor de Justiça é também conhecido por “‘Magistrado do Povo’, Parliament Commissary (Reino Unido), o Difensore Cívico (Itália), o Defensor del Pueblo (Espanha), o Ouvidor Público (Brasil), o Médiateur de la Republique (França), o Protécteur des Cityens (Quebeque), o Fiscal General (Venezuela)” (PACA 2011: 184)

“Em Portugal, a seguir ao 25 de Abril, foi também criado um *Ombudsman*, com o nome de Provedor de Justiça” (AMARAL 2011b: 786).

A ideia fundamental que está na base da figura do *Ombudsman* é esta: existem garantias administrativas através das quais os particulares apelam para as próprias autoridades administrativas, no sentido de ver satisfeitas as suas reclamações ou recursos, mas as autoridades administrativas, por vezes mais interessadas na «sua» visão da legalidade ou do interesse público do que no respeito dos direitos ou interesses legítimos dos particulares, em muitos casos não lhes dão razão; há também garantias contenciosas, através das quais os particulares podem ir a tribunal obter a anulação de decisões ilegais da Administração Pública, ou obter a reparação dos prejuízos que a Administração lhes tenha causado. Mas, fora destas situações – nomeadamente porque os tribunais só se ocupam de questões de legalidade –, fica por cobrir todo um mundo de problemas, sobretudo naqueles casos em que não se esteja perante uma decisão ilegal da Administração, nem perante uma decisão que tenha causado prejuízos, mas sim perante casos de *má administração*, ou de demora excessiva na resolução de problemas pendentes, ou de injustiças que não constituam ilegalidade (AMARAL 2011b: 786).

Em Angola, o Provedor de Justiça aparece pela primeira vez, em 1992. Esta tão importante entidade tinha sua consagração constitucional no nº 1 do artigo 142º da Lei Constitucional que dispunha que, “o Provedor de Justiça é um órgão público independente, que tem por objecto a defesa dos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos, assegurando, através de meios informais, a justiça e a legalidade da Administração Pública”.

No nº 2 do mesmo artigo, lia-se: “os cidadãos podem apresentar ao Provedor de Justiça queixas por acções ou omissões dos poderes públicos que as apreciará sem poder decisório, dirigindo aos órgãos competentes as recomendações necessárias para prevenir e reparar injustiças”.

Deste articulado, afloram dois aspectos dignos de realce. O primeiro, que o Provedor de Justiça é um órgão ou entidade pública independente e, o segundo, que os cidadãos apresentam queixa (para a devida apreciação sem poder decisório) ao Provedor de Justiça que, posteriormente, dirige recomendações aos órgãos competentes para prevenir e reparar injustiças.

Ora, o Provedor de Justiça é uma entidade pública independente, na justa medida em que, na Administração Pública, ocupa uma posição própria com poderes próprios e é independente dos demais órgãos da Administração do Estado, seja ela directa, periférica ou indirecta – é uma verdadeira autoridade administrativa independente, dotada de personalidade jurídica pública. Actualmente, decorre do artigo 192º da Constituição da República de Angola, que o Provedor de Justiça é uma entidade pública independente, independência, aliás, que se “manifesta em três vertentes, a saber: orgânica, funcional e financeira” (Paca 2011: 160).

A independência orgânica significa que o Provedor de Justiça é independente do Governo; a sua criação, diferentemente dos órgãos do Governo que podem ser criados por acto normativo do Governo, é originária do texto constitucional ou, pelo menos, por acto legislativo parlamentar; o Provedor de Justiça goza de um estatuto jurídico. Nos termos do artigo 8º da Lei nº 04/06, de 28 de Abril, Lei do Estatuto do Provedor de Justiça (LEPJ), “o Provedor de Justiça é independente e inamovível, não podendo as suas funções cessarem antes do termo do mandato para que foi eleito, salvo nos casos previstos na [...] lei”.

A independência funcional significa que não depende hierarquicamente e nem se sujeita aos poderes de orientação e tutela do Governo. Significa ainda que se lhe reconhece autonomia administrativa, política e jurídica no exercício dos poderes dispositivos, podendo livremente tomar decisões sem serem objecto de orientação, instrução, directiva mediata e imediatamente aplicáveis do Governo (PACA 2011: 163), aliás “a Provedoria de Justiça é dotada de autonomia administrativa”, tal como dispõe o nº 2 do art. 37º da LEPJ e o art. 2º da Lei nº 05/06 de 28 de Abril, Lei Orgânica da Provedoria de Justiça (LOPJ).

Por último, a independência financeira significa que as suas receitas provêm das dotações do Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Assembleia Nacional. Por isso, “para assegurar a sua independência é importante que a lei instituidora da autoridade administrativa independente respectiva preveja fontes de receitas no Orçamento Geral do Estado, para além das receitas próprias” (PACA 2011: 163).

Segundo constava no n.º 2 do artigo 143º, da Lei Constitucional, o Provedor de Justiça era “designado para um mandato de quatro anos, podendo ser reconduzido a mais um mandato de igual período”. Já no n.º 3 do artigo 192º, da Constituição de 2010, lê-se que “o Provedor de Justiça e o Provedor de Justiça-Adjunto tomam posse perante o Presidente da Assembleia Nacional para um mandato de cinco anos, renovável apenas uma vez”, tendo este dispositivo constitucional tornado inconstitucional o artigo 6º da LEPJ.

As leis n.º 4/06, de 28 de Abril e 5/06 de 28 de Abril, LEPJ e LOPJ, respectivamente, só foram promulgadas, no dia 10 de Abril de 2006, ou seja, 14 anos depois de ter surgido o Provedor de Justiça, na Lei Constitucional de 1992. Em Angola, a figura do Provedor de Justiça, entretanto, só foi “implementada após o alcance da paz efectiva, em 2002” (PROVEDORIA 2013: 14), mais concretamente a 9 de Junho de 2005, altura em que foi empossado o primeiro Provedor de Justiça (Dr. Paulo Tjipilica), depois de ter sido eleito, pela Assembleia Nacional, no dia 19 de Abril do mesmo ano, isto é, aproximadamente 13 anos após a consagração constitucional do órgão.

Com isso, fica evidente o período em que o Provedor de Justiça funcionou sem que houvesse uma Lei sobre seu Estatuto e uma Lei Orgânica da Provedoria. Além disso, com a entrada em vigor da Constituição de 2010, ficou fértil o “terreno” em que “germinou” a inconstitucionalidade do tipo superveniente, tal como a seguir se explica: “se uma norma constitucional [o n.º 3 do art. 192º da CRA] surge e com ela se torna desconforme uma norma preexistente [o n.º 1 do art. 6º da LEPJ], dá-se inconstitucionalidade superveniente (que é só material porque *tempus regit actum*)” (MIRANDA 2008: 36).

Neste caso, perante a contradição entre uma norma constitucional e uma infraconstitucional, prevalecerá sempre a norma constitucional, porque se trata de uma Constituição mais recente que a lei ordinária que consubstancia aquela norma (*lex posterior derogat legi priori*). Neste caso, com fundamentos da aplicação da lei no tempo, o disposto no n.º 3 do artigo 192º da Constituição, atinente ao mandato do Provedor de Justiça, é o que passa a prevalecer, coincidindo com o mandato do Executivo angolano, nos termos dos artigos 108º e 113º, ambos da Constituição, sendo certo que, tanto para o Provedor de Justiça, quanto para o Chefe do Executivo, o mandato é renovável apenas uma vez, por período de igual duração – cinco anos.

É bem verdade que “o desejável é que o mandato não seja inferior ao período do mandato dos órgãos de direcção e condução política, principalmente o Governo e o parlamento, sob pena de estarem sujeitas aos jogos político-partidários de quem forma o Governo e de quem tem competência para indicação e nomeação dos responsáveis respectivos” (PACA 2011: 162). Por outro lado, considera-se “necessário que o regime jurídico imponha o princípio do mandato único, mandato a termo certo, que não seja renovável para que os órgãos de direcção não estejam comprometidos politicamente com a entidade que os designou” (PACA 2011: 162).

Portanto, “a duração do mandato, a não renovação do mandato e a sua irrevogabilidade [...] [são] os elementos mais importantes para se falar em autoridades administrativas independentes” (PACA 2011: 162).

Diz-se que o Provedor de Justiça “é o defensor dos cidadãos contra as injustiças e ilegalidades da Administração Pública” (PROVEDORIA 2011: 3), por isso, os cidadãos apresentam-lhe queixa para a devida apreciação sem poder decisório para que, posteriormente, dirija recomendações aos órgãos competentes para prevenir e reparar as injustiças. Redacção semelhante é apresentada pela Constituição de 2010 (n.º 1 do artigo 192º) e da LEPJ que, no 1º artigo dispõe: “o Provedor de Justiça é uma entidade independente que tem por objecto a defesa dos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos, assegurando, através de meios informais, a justiça e a legalidade da administração pública”.

Por ser uma alta autoridade com forte poder de persuasão, elevada e reconhecida idoneidade moral, dirige recomendações às entidades que se julga terem cometido certa ilegalidade aconselhando-as a agir num certo sentido, por formas a evitar ilegalidades ou reparar as injustiças decorrentes da má administração. Por meios informais entende-se que não é necessário papel selado, nem constituir advogado. Pode-se recorrer ao Provedor pessoalmente, por carta ou por telefone (PROVEDORIA 2011:5).

As acções do Provedor de Justiça “exercem-se no âmbito dos serviços da Administração Pública, central e local, dos institutos públicos, empresas públicas ou de capitais maioritariamente públicos, concessionárias de serviços públicos ou de exploração de bens de domínio público” (artigo 2º da LEPJ). O Provedor de Justiça é eleito pela Assembleia Nacional, por deliberação de maioria absoluta dos deputados em efectividade de funções (n.º2 do art. 192º Constituição) e suas funções podem cessar em caso de morte ou incapacidade física ou psíquica permanente, perda dos requisitos de elegibilidade, incompatibilidade superveniente, renúncia, condenação judicial, acções ou omissões graves (artigo 7º da LEPJ). Em caso de vacatura a Assembleia Nacional designa o Provedor de Justiça Interino e em termos de imunidades, honras, direitos, garantias e incompatibilidades é equiparado a Ministro.

As suas competências e poderes estão previstos nos artigos 18º e 19º da LEPJ e, se resumem em emitir recomendações; emitir pareceres, por solicitação da Assembleia Nacional; promover a divulgação de conteúdos dos direitos e liberdades fundamentais; intervir a favor da tutela dos interesses colectivos ou difusos; visitar e apreciar as condições humanas de internamento dos reclusos; instruir processos de mera averiguação das queixas dos cidadãos e acompanhar o cumprimento das suas recomendações.

Sua intervenção está limitada aos meios gratuitos, não podendo anular, revogar ou modificar os actos dos poderes públicos nem suspender os prazos dos recursos, quer hierárquico, quer contencioso (artigo 20º da LEPJ). Outrossim, o Provedor de Justiça não actua sobre as matérias de natureza criminal, cível, administrativa ou laboral em fase de julgamento ou em fase de instrução preparatória e em segredo de justiça.

Finalmente, importa referir que, não são objectos de sua actuação, os casos julgados e as queixas que julgue improcedentes (PROVEORIA 2011).

O Provedor de Justiça “envia semestralmente à Assembleia Nacional um relatório da sua actividade que deve conter as iniciativas tomadas, as queixas recebidas, as diligências efectuadas e os resultados obtidos, sem prejuízo do relatório anual que deve incluir a prestação de contas” (n.º 1 do Artigo 21º da LEPJ).

Por se tratar de um órgão singular da Administração Pública independente dos tribunais, da Assembleia Nacional e do Governo, é que, para dar vazão às atribuições e competências a seu cargo, o Provedor de Justiça necessita de todo um aparato administrativo que o apoie – a Provedoria de Justiça. É o que se pode depreender do artigo 1º da LOPJ, ao dispor que, “a Provedoria de Justiça é uma instituição de direito público, que tem por objectivo prestar apoio técnico e administrativo necessários à realização das atribuições e tarefas do Provedor de Justiça, constantes do respectivo estatuto”.

A estrutura orgânica da Provedoria de Justiça compreende apenas dois órgãos: o Provedor de Justiça e o Conselho da Provedoria, sendo que, o Provedor de Justiça é coadjuvado pelo Provedor de Justiça Adjunto, que é igualmente eleito pela Assembleia Nacional, por maioria absoluta dos seus membros em efectividade de funções e toma posse perante o Presidente da Assembleia Nacional, competindo a ele, coadjuvar o Provedor de Justiça nas suas tarefas; substituí-lo nas suas ausências e impedimentos, bem como desenvolver as demais tarefas que lhe são incumbidas pelo Provedor de Justiça (artigo 3º da LOPJ).

A organização, funcionamento e composição dos gabinetes, quer do Provedor de Justiça, quer do Provedor de Justiça Adjunto regem-se pelas normas constantes dos Decretos nº 26/97, de 4 de Abril e nº 68/02, de 29 de Outubro, sobre a composição e o regime jurídico do pessoal dos

gabinetes dos membros do Governo, conforme a remissão impelida pelo nº 2 do artigo 6º da LOPJ.

O Conselho da Provedoria é o órgão de programação, acompanhamento e controlo das actividades da Provedoria de Justiça. Suas competências estão previstas no artigo 7º da LOPJ e estão assim escalonadas: dar parecer sobre o plano de trabalho anual da Provedoria, bem como da proposta de orçamento; analisar o relatório anual e as contas de exercícios; aprovar os regulamentos necessários ao bom funcionamento da Provedoria e pronunciar-se sobre os demais assuntos que lhe são submetidos pelo Provedor de Justiça ou qualquer dos seus integrantes.

A Provedoria de Justiça tem os seguintes serviços: a Secretaria Geral e a Direcção dos Serviços Técnicos (artigos 4º e 5º da LOPJ). A Secretaria Geral, tal como refere o artigo 9º da LOPJ, é o serviço que se ocupa da generalidade das questões comuns da Provedoria de Justiça nos domínios da gestão do pessoal, orçamento, património e relações públicas; Nesta mesma disposição encontram-se, também, elencadas suas competências, que se adequam aos pelouros da ocupação atrás referida.

A Secretaria Geral estrutura-se em três Departamentos, a saber: o Departamento de Gestão do Orçamento e Administração do Património, o Departamento de Recursos Humanos e o Departamento de Protocolo e Relações Públicas – estes, por sua vez, estruturam-se em Secções (artigo 10º da LOPJ).

A Direcção dos Serviços Técnicos ocupa-se da análise e tratamento técnico das queixas dos cidadãos e tem as suas competências descritas no artigo 11º da LOPJ. Esta Direcção comporta dois Departamentos, sendo um de Análise, Queixas e Reclamações e outro de Recolha e Tratamento de Informações. Um estrutura-se em duas Secções e o outro tem uma Secção e uma Biblioteca, respectivamente.

A Secretaria Geral é dirigida por um Secretário Geral equiparado a Director Nacional e a Direcção dos Serviços Técnicos, por um Director Nacional. Já os Departamentos e as Secções dos dois Serviços são chefiados por Chefes de Departamentos e Chefes de Secção, respectivamente (artigo 11º e 12º da LOPJ).

Os serviços da Provedoria de Justiça poderão estar em todas as províncias do nosso país. Numa primeira fase, para além de beneficiar das instalações central, na Cidade Alta, em Luanda, os cidadãos podem encontrar os serviços nas províncias do Cunene, Cuanza-Sul, Huambo, Bengo e Cabinda. Estão em perspectiva as Lundas, Kuando Kubango e Benguela [*sic*] (PROVEDORIA 2013).

Os serviços locais são equiparados a secção e, enquanto não tiverem instalações próprias, podem funcionar nas instalações das Delegações Provinciais da Justiça, da Procuradoria Geral da República ou de outros serviços locais que tenham espaço físico para o efeito, devendo ser salvaguardada a sua plena autonomia, com fundamento nos n.ºs 2 e 3 do artigo 13º da LOPJ.

Com base no disposto no artigo 18º da LOPJ “o pessoal da Provedoria de Justiça para todos os efeitos legais, está sujeito ao regime jurídico da função pública”.

Enquadramento da queixa ao Provedor de Justiça no quadro classificativo das garantias dos particulares

A *queixa ao Provedor de Justiça* é uma garantia administrativa dos particulares que consiste em levar ao conhecimento do Provedor de Justiça, os actos ou omissões da Administração Pública, lesantes da legalidade objectiva ou dos direitos e interesses legítimos dos particulares, afim de que ele (o Provedor de Justiça) possa dirigir as recomendações necessárias para prevenir e reparar as injustiças.

Deste conceito afloram três aspectos essenciais para a sua compreensão e enquadramento. Em primeiro lugar, a *queixa ao Provedor de Justiça* é uma garantia administrativa dos particulares. Isto significa que ela se efectiva no seio da própria administração, da Administração Pública independente – o Provedor de Justiça; em segundo lugar, a *queixa ao Provedor de Justiça* consiste em levar ao conhecimento do Provedor de Justiça os actos ou omissões da Administração Pública lesantes da legalidade objectiva ou dos direitos e interesses legítimos dos particulares. Aqui vale lembrar que, não são só os direitos e interesses legítimos dos particulares que com a queixa ao Provedor de Justiça se visa salvaguardar, mas também a legalidade objectiva (ou seja, visa-se assegurar o cumprimento da lei) ofendida pela má administração, além de que não são só os actos, mas também as omissões da Administração (ou seja aquelas situações em que a Administração mantém-se em silêncio ou de “braços cruzados” quando tem o dever legal de agir, com isso permitindo ilegalidades ou violações reiteradas aos direitos e interesses legítimos dos particulares); em terceiro lugar, com a *queixa ao Provedor de Justiça* espera-se que o Provedor de Justiça dirija as recomendações necessárias para prevenir e reparar as injustiças. Os particulares, ao fazerem a queixa, impulsionam aquela entidade a agir (investigando e emitindo recomendações) no sentido de reparar as injustiças – mas, não significa isto que o Provedor só age impulsionado pela queixa, pois, ele pode agir quando convier (por exemplo, em caso de flagrante situações que violem a legalidade objectiva bem como os direitos e interesses legítimos dos particulares ou ainda livremente no âmbito da

execução das tarefas podendo promover a divulgação de direitos, emitir pareceres por solicitação da Assembleia Nacional, intervir na tutela dos interesses colectivos ou difusos, visitar e apreciar as condições humanas de internamento dos reclusos, etc.), nos termos do artigo 18º da LEPJ.

A queixa ao Provedor de Justiça é independente das demais garantias quer políticas quer contenciosas, por se efectivar junto de um órgão da Administração Pública independente. Se de uma banda, se pode vislumbrar a independência da queixa ao Provedor de Justiça em relação as garantias políticas e as contenciosas, de outra, sua independência parece existir em relação as garantias administrativas (petitórias e impugnatórias), ou seja em relação as outras garantias que são efectivadas por órgãos da própria Administração Pública.

Por um lado, as garantias administrativas petitórias accionam-se antes da prática de quaisquer actos ou verificação de quaisquer omissões lesantes dos direitos e interesses legítimos dos particulares ou mesmo da legalidade objectiva. A queixa ao Provedor de Justiça pode ser feita nestas condições, mas também pode ser feita depois da verificação daqueles actos ou omissões. Por outro lado, as garantias administrativas impugnatórias visam impugnar um acto ou omissão que viole ou a legalidade objectiva ou os direitos e interesses legítimos dos particulares. Elas pressupõem a existência de actos ou omissões lesantes da legalidade objectiva ou dos direitos e interesses legítimos dos particulares, ao passo que a queixa ao Provedor de Justiça pode ser feita, tanto antes, quanto depois da existência daqueles actos e/ou omissões.

Um aspecto não passa despercebido: que as garantias administrativas petitórias e as impugnatórias efectivam-se junto dos órgãos da Administração Pública dependente do Governo ou por ele tutelada, enquanto a *queixa ao Provedor de Justiça* se efectiva num órgão da Administração Pública independente – o Provedor de Justiça.

Alguns autores, no estudo sobre as garantias dos particulares, separam a *queixa ao Provedor de Justiça* das demais garantias administrativas ou graciosas, dando a perceber a sua independência. Isto fica demonstrado por Freitas do Amaral, ao escarpelizar as *garantias petitórias* no ponto 210. A), (pp. 756 – 761); as *garantias impugnatórias*, nos pontos 211 – 218. B), (pp. 761 – 784) e a *queixa ao Provedor de Justiça* no ponto 219. C), (pp. 784 – 789), todos do capítulo II, da sua obra (AMARAL 2011b: 755-789).

Carlos Feijó e Lazarino Poulson, nas suas lições, também separam a *queixa ao Provedor de Justiça*, das garantias petitórias e impugnatórias. No ponto 1.2.2. da parte I, sobre as garantias dos particulares podemos vislumbrar: i) garantias petitórias (p. 25); ii) garantias impugnatórias (pp. 25 – 29) e iii) queixa ao Provedor de Justiça (pp. 29 – 30) (FEIJÓ & POULSON 2008: 24-30).

Cremildo Paca, por sua vez, nem sequer inclui a queixa ao Provedor de Justiça no seu estudo sobre as garantias administrativas dos particulares (PACA 2008).

Além disso, do ponto de vista legal, a Constituição refere que “a actividade do Provedor de Justiça é independente dos meios gratuitos e contenciosos previstos na Constituição e na lei” (nº 5 do artigo 192º da Constituição).

Em resumo, podemos afirmar que a *queixa ao Provedor de Justiça* é uma garantia administrativa independente das garantias políticas (que se efectivam nos órgãos políticos do Estado) e das garantias contenciosas (que se efectivam nos tribunais) por se efectivar num órgão da Administração Pública. Conquanto é também independente das garantias administrativas (petitórias e impugnatórias) porque estas se efectivam na Administração Pública dependente do Governo ou por ele tutelada, enquanto a *queixa ao Provedor de Justiça* se efectiva num órgão da Administração Pública independente – o Provedor de Justiça.

A queixa ao Provedor de Justiça na Lei nº 04/06, de 28 de Abril (LEPJ) e na Lei nº 05/06, de 28 de Abril (LOPJ)

A queixa ao Provedor de Justiça decorre, repare-se, do direito de queixa a que o artigo 73º da Constituição faz alusão. É o direito de defesa dos seus direitos (ou seja, o direito de *fazer alguma coisa* para a defesa dos seus direitos), que os particulares exercem quando dirigem ao Provedor de Justiça uma queixa – esta é, pelo menos, a interpretação que se tem do artigo atrás referido, especialmente, quando refere que “todos têm o direito de apresentar [...] queixas, para a defesa dos seus direitos, da Constituição, das leis ou do interesse geral, bem como o direito de ser informados em prazo razoável sobre o resultado da respectiva apreciação”.

Mas, é no nº 4 do artigo 192º da Constituição que se encontra consagrada a queixa ao Provedor de Justiça, porquanto dispõe que “os cidadãos e as pessoas colectivas podem apresentar à Provedoria de Justiça queixas por acções ou omissões dos poderes públicos [...]”.

Há, na legislação ordinária, esta importante garantia administrativa que encontra sua consagração nos artigos 3º, 22º, 23º, 24º, 28º e 29º da LEPJ, bem como nos artigos 11º e 12º da LOPJ.

No plano processual, tudo começa com a queixa ao provedor de justiça. Esta pode ser feita pelos cidadãos (individual ou colectivamente considerados) ou pelas pessoas colectivas (artigos 192º da CRA e 3º da LEPJ) e serve de iniciativa ao procedimento, pois, é também com base na queixa que o Provedor de Justiça exerce as suas funções, salvo excepções previstas no nº 2 do artigo 3º da LEPJ.

A primeira fase a destacar é a fase da *apresentação de queixas* (artigo 22º da LEPJ). E à luz do que dispõe o nº 1 daquele artigo “as queixas podem ser apresentadas oralmente, por escrito, por via telefónica ou electrónica e devem conter a identidade e morada do queixoso e, sempre que possível, a sua assinatura”. À semelhança do que acontece com outros documentos que careçam de assinatura do signatário, quando o mesmo não saiba assinar o seu nome, dispensa-se a assinatura, podendo ser substituída por impressão digital ou a expressão “não sabe assinar” como acontece com os Bilhetes de Identidade, por exemplo. Assim, a assinatura do queixoso é exigível, porque deve constar dos autos, próprios do procedimento – isso é, também, o que consta da primeira parte do nº 2 do mesmo artigo, ao dispor que “quando apresentadas oralmente, são reduzidas a auto, que o queixoso assina sempre que saiba e possa fazê-lo; carecendo, todavia, de análise, investigação e confirmação, as queixas e denúncias formuladas telefonicamente”.

As queixas não devem consubstanciar termos ofensivos ao bom-nome e honra das pessoas ou instituições em causa. As queixas que apresentarem termos impróprios e inadequados devem ser corrigidas num prazo máximo de 30 dias (artigo 22º, nº 3 da LEPJ). Ainda em relação ao artigo 22º, as queixas dispensam a constituição de advogado, estão isentas de custas e selos.

A segunda é a fase da *apreciação prévia das queixas* (artigo 23º da LEPJ). Todas as queixas são objecto de apreciação visando avaliar a admissibilidade, oportunidade e razoabilidade, pois, é desta avaliação ou apreciação que resultará a recusa ou admissão da queixa. Por isso, o Provedor de Justiça recusa as queixas anónimas, apresentadas de má-fé (artigo 24º da LEPJ).

A terceira a fase é a *fase da instrução* (artigo 25º da LEPJ). Esta fase “[...] consiste em pedidos de informação ou qualquer outro procedimento razoável que não colida com os direitos fundamentais dos cidadãos e é efectuada por meios informais” (nº 1 do artigo 25º da LEPJ). As diligências “são efectuadas pelo Provedor de Justiça e seus colaboradores, podendo também a sua execução ser solicitada directamente aos agentes do Ministério Público ou quaisquer outras entidades públicas com prioridade e urgência, quando for caso disso” (nº 2).

De resto, cabe sublinhar que nos termos do artigo 26º da LEPJ, o dever de cooperação é imposto a todos os órgãos e agentes das entidades públicas, civis e militares, sem prejuízo do segredo de justiça, nem a invocação de interesse superior do Estado, nos casos devidamente justificados (nºs 1 e 3). Ademais, o Provedor de Justiça pode fixar por escrito um prazo, não inferior a 30 dias na província de Luanda e 45 dias nas respeitantes províncias, para a satisfação de pedido que formule com nota de urgência (nºs 2 e 4).

Em relação aos depoimentos, o Provedor de Justiça pode solicitar a qualquer cidadão informações, sempre que julgar necessários para o apuramento dos factos. A recusa da

prestação de depoimento ou, a não comparência no local e hora designada pelo Provedor de Justiça, para o efeito, constitui crime de desobediência, e a falta no local de serviço (para os cidadãos que trabalham), por conta do depoimento, considera-se justificada (artigo 27º da LEPJ).

As consequências legais da instrução são: o arquivamento e a recomendação. Dispõe o nº 1 do artigo 28º da LEPJ que “são mandadas arquivar as queixas: quando não sejam da competência do Provedor de Justiça; quando o Provedor de Justiça conclua que a queixa não tem fundamento ou que não existem elementos bastantes para ser adoptado qualquer procedimento; quando a ilegalidade ou injustiça invocada já tenham sido reparadas”, apesar disso, o interessado deve ser informado da decisão de arquivamento do pedido (nº 2).

Se nenhuma das circunstâncias, acima referidas, ocorrerem e, sendo a questão em causa da competência do Provedor de Justiça, os trâmites em relação ao procedimento seguirão à fase posterior – a *fase das recomendações dirigidas pelo Provedor de Justiça ao órgão competente* para corrigir o acto ou a situação irregular. É importante frisar que dentro da fase de instrução há uma subfase – chamada *audição prévia*, a que se refere o artigo 33º da LEPJ, ao dispor que “o Provedor de Justiça deve sempre ouvir os órgãos ou agentes postos em causa, permitindo-lhes que prestem todos os esclarecimentos necessários antes de extrair quaisquer conclusões”. Durante a fase da instrução, depois da audição prévia e “ocorrendo na tramitação do processo indícios suficientes da prática de infracções criminais ou disciplinares, o Provedor de Justiça deve dar do facto conhecimento, conforme os casos, ao Ministério Público ou à entidade hierarquicamente competente para instauração do competente processo disciplinar ou criminal” (artigo 34º da LEPJ).

À luz do que dispõe o artigo 35º da LEPJ, “os actos do Provedor de Justiça não são passíveis de recurso hierárquico, mas podem ser passíveis de recurso contencioso, nos termos [...] da Lei nº 2/94, de 14 de Janeiro – Lei da Impugnação dos Actos Administrativos”.

No que respeita as recomendações do Provedor de Justiça, sabe-se que versam sobre a correcção dos actos e situações irregulares e não são vinculativas, embora o seu não acatamento pode provocar aos destinatários consequências, incluindo a má avaliação. Além disso, é imperativo da LEPJ, mormente do 2 do art. 36º deste diploma, que “o órgão destinatário da recomendação deve, no prazo de 45 dias, na província de Luanda, 60 dias nas restantes províncias, a contar da sua recepção, comunicar ao Provedor de Justiça a posição tomada sobre a recomendação”.

Daqui resulta que o não acatamento deve ser justificado. Os motivos devem ser convincentes, tal como dispõe o nº 3 do mesmo artigo “o não acatamento da recomendação tem sempre de ser fundamentada” e, se as recomendações “não forem atendidas, e sempre que o Provedor de

Justiça não obtiver a colaboração devida, pode dirigir-se ao superior hierárquico competente”, nº 4.

A despeito de os destinatários da recomendação do Provedor de Justiça serem livres de a aceitarem ou não, a sua rejeição implica inúmeras consequências que parecem terem sido concebidas, justamente, para impeli-los a agirem de certa maneira – a maneira recomendada pelo Provedor de Justiça. Importa ressaltar que as conclusões do Provedor de Justiça (mesmo quando são acatadas as suas recomendações) são sempre comunicadas aos órgãos ou agentes visados e, se for precedida de alguma queixa (tal como acontece em caso de arquivamento), deve-se comunicar ao queixoso.

Por fim, cabe referir que as recomendações do Provedor de Justiça não suspendem prazos de recursos, quer hierárquicos, quer contenciosos. Aliás, o Provedor de Justiça pode sugerir ao cidadão, determinadas formas de resolução do conflito em causa, tais como: uma conversa directa com a entidade envolvida ou a reclamação.

Conclusões

O estudo sobre as garantias administrativas dos particulares revela-se de maior relevância, pois, coloca a céu aberto as “verdades” sobre a atribuição de determinados poderes aos particulares que, uma vez exercidos, servem para fazer valer seus direitos e interesses legítimos contra o exercício deficiente do poder administrativo.

As garantias administrativas dos particulares constituem o complexo conjunto de mecanismos que a ordem jurídica coloca à disposição para prevenir e/ou sancionar, através da actuação dos órgãos da própria Administração Pública, as violações do direito objectivo e as ofensas aos seus direitos e interesses legalmente protegidos. É neste grupo de garantias que se pode enquadrar a queixa ao Provedor de Justiça.

Conclui-se que a queixa ao Provedor de Justiça é a expressão dos avanços conseguidos pela humanidade, no domínio da justiça administrativa e consequentemente dos direitos humanos. Essa garantia que consiste em levar ao conhecimento do Provedor de Justiça, os actos ou omissões dos poderes públicos, lesantes da legalidade objectiva e subjectiva, afim de que ele (o Provedor de Justiça), possa dirigir as recomendações necessárias para prevenir e reparar injustiças.

A queixa ao Provedor de Justiça é, no quadro classificativo das garantias administrativas dos particulares, uma garantia administrativa *independente*. Independente das garantias políticas (que se efectivam nos órgãos políticos do Estado) e das garantias contenciosas (que se efectivam

nos tribunais) por se efectivar num órgão da Administração Pública. Conquanto é também independente das garantias administrativas petitórias e das impugnatórias, porque estas se efectivam na Administração Pública dependente do Governo ou por ele tutelada, ao passo que, a *queixa ao Provedor de Justiça* se efectiva num órgão da Administração Pública independente – o Provedor de Justiça.

O facto de o exercício da actividade do Provedor de Justiça ser independente das garantias graciosas e das garantias contenciosas é prova bastante da independência atrás referida.

Bibliografia

AMARAL Diogo Freitas do. 2011a, *Curso de Direito Administrativo*. Vol. I, 2ª Edição, Lisboa, Almedina.

AMARAL Diogo Freitas do. 2011b, *Curso de Direito Administrativo*. Vol. II, 2ª Edição, Lisboa, Almedina.

CAETANO Marcello. 2009, *Manual de Ciência Política e Direito Constitucional*. 6ª Edição, Lisboa, Almedina.

CAETANO Marcello. 2008, *Manual de Direito Administrativo*. Vol. II, 10ª Edição, Coimbra, Coimbra Editora.

CAETANO Marcello. 1984, *Manual de Direito Administrativo*, Vol. I, Lisboa, Almedina.

CANOTILHO J.J. Gomes. 2003, *Direito Constitucional e Teoria da Constituição*, 7ª Edição, Lisboa, Almedina.

CAUPERS João. 2008, *Introdução à Ciência da Administração Pública*, Lisboa, Âncora Editora.

DIVINE Carol, Carol Rae HANSEN & Ralph WILDE. 1999, *Human Right. The Essencial Reference*, New York, Orix Press.

FEIJÓ Carlos & Cremildo PACA. 2005, *Direito Administrativo. Introdução e Organização Administrativa*, Luanda, Universidade Lusíada de Angola.

FEIJÓ Carlos & Lazarino POULSON. 2008, *A justiça Administrativa Angolana. Lições*. Luanda, Casa das Ideias.

GOUVEIA Jorge Bacelar. 2007, *Manual de Direito Constitucional*. Vol. I, 2ª Edição, Lisboa, Almedina.

HILÁRIO Esteves Carlos & Mihaela Neto WEBBA. 2011, *A Constituição da República de Angola. Direitos Fundamentais, sua Promoção e Protecção. Avanços e retrocessos*. Luanda,

Open Society.

JUSTO A. Santos. 2012, *Introdução ao Estudo do Direito*. 6ª Edição, Coimbra, Coimbra Editora.

MIRANDA Jorge. 2007, *Manual de Direito Constitucional. Estrutura Constitucional da Democracia*. Tomo VIII, Coimbra, Coimbra Editora.

MIRANDA Jorge. 2008a, *Manual de Direito Constitucional. Direitos Fundamentais*. Tomo IV, 4ª Edição, Coimbra, Coimbra Editora.

MIRANDA Jorge. 2008b, *Manual de Direito Constitucional. Inconstitucionalidade e Garantia da Constituição*. Tomo VI, 3ª Edição, Coimbra, Coimbra Editora.

MIRANDA Jorge & Rui MADEIROS. 2005, *Constituição Portuguesa Anotada*. Tomo I, Coimbra, Coimbra Editora.

NETO Pitra. 2011, *Resumo Sobre Matérias de Direito Administrativo*. Luanda, Mayamba.

NUNES Elisa Rangel. 2011, *Lições de Finanças Públicas e de Direito Financeiro*, 3ª Edição, Luanda, Edição da autora.

PACA Cremildo. 2011, *As Autoridades Administrativas Independentes e o Provedor de Justiça no Direito Angolano*. Luanda, Edições Maianga.

PACA Cremildo. 2008, *Direito do Contencioso Administrativo Angolano*. Lisboa, Almedina.

PROVEDORIA de Justiça. 2011, *Guia do Provedor de Justiça*.

PROVEDORIA de Justiça. 2013, *Ombudsmen africanos. Consolidação da Paz no Centro das Atenções*. nº 0, Junho, Julho e Agosto.

CONFERÊNCIA - SEMANA ACADÉMICA

O PAPEL DO ACADÉMICO NA SOCIEDADE ANGOLANA HOJE

Adriano Tchitawe Savilombo¹

savilombo@gmail.com

Resumo

Esta conferência teve como propósito reflectir com os formados pelo Instituto Superior Politécnico Sol Nascente do Huambo, sobre o papel do académico na sociedade angolana hoje. Onde o autor começou por ler o texto com o título: a sétima maravilha de Angola, tirado do livro de Pinto (2017), onde apresentou-se a forma como as pessoas são mau tratadas nas instituições públicas e privadas; onde apresentou-se também as características do profissional “light” à luz de Rojas (sd). Baseando-se no método de conceptualização, problematização e a argumentação, o académico concluiu que: quando o assunto é o atendimento ao público na sociedade angolana hoje, o que se assiste é triste. Daí que há uma necessidade URGENTE da mudança da consciência do dever dos profissionais.

PALAVRAS-CHAVE: Académico e sociedade angolana.

O autor começou a conferência da semana académica, nestes termos:

Excelência Senhor Prof. Doutor Inácio Valentim, Director Geral do Instituto Superior Politécnico Sol Nascente do Huambo,

Excelência Prof. Doutor Lucas da Piedade Cassinda, Director Geral Adjunto para área Académica do Instituto Superior Politécnico Sol Nascente do Huambo,

Excelência Prof. Doutor Adelino Sajombe, Director Geral Adjunto para área Científica do Instituto Superior Politécnico Sol Nascente do Huambo, **Digníssimo corpo docente e discente deste Instituto**,

Minhas senhoras e meus senhores!

Gostaria em primeiro lugar saudar e felicitar todos os formados que hoje, depois de muito sacrifício, empenho, dedicação e muita paciência, receberão seus diplomas dentro de poucos

¹ Doutor em Ciências Pedagógicas pela Universidade Marta Abreu- Cuba. Docente da Escola Superior Pedagógica do Bié- Angola. savilombo@gmail.com

dias, que não marcam o fim de formação em si, mas representam sobretudo, o começo dos desafios **da Ciência que exige sempre consciência no modo de ser e proceder**;

Em segundo lugar, quero saudar efusivamente todos os presentes neste evento e, aproveitar ao mesmo tempo, o ensejo para agradecer à Direcção do Instituto Superior Politécnico Sol Nascente do Huambo, pelo convite que me foi dirigido e a oportunidade que me foi concedida de proferir, aqui e agora, a conferência, no âmbito da semana académica alusivo à cerimónia de “outorgas” de diplomas e certificados dos Estudantes formados neste belo Instituto Superior Politécnico que nos acolhe.

Excelências e caros estudantes, reconheço e estou consciente que, é uma responsabilidade enorme falar numa cerimónia como esta, sobretudo, por causa do prestígio que o Instituto Superior Politécnico Sol Nascente do Huambo goza no contexto sociocultural do Huambo, de Angola, quiçá de África e do Mundo! Mas como não quis defraudar a incumbência, tão merecida quanto exigente, eis-me aqui, apesar de pairar em mim até agora, um sentimento de temor e tremor.

Minhas senhoras e meus senhores,

Nesta conferência da semana académica, que marca a outorga de diplomas e certificados dos estudantes formados pelo Instituto Superior Politécnico Sol Nascente do Huambo, é nosso propósito reflectir com os presentes, sobre **“O PAPEL DO ACADÉMICO NA SOCIEDADE ANGOLANA HOJE”**.

Senhoras e senhores, para uma reflexão objectiva, permitam-me ler de forma rápida e breve, um texto com o título: **A SÉTIMA MARAVILHA DE ANGOLA**, tirado do livro de Pinto (2017), onde o autor do livro começa dizendo:

Manuel, dirigiu-se à uma repartição pública, pois precisava com urgência tratar um documento indispensável à sua viagem por razões de saúde. Chegou à repartição e foi informado que o colega que tratava do assunto não estava e que devesse aguardar. Só precisava preencher um formulário e entregar os valores, mas ainda assim tinha de esperar.

Os outros cinco colegas conversavam sobre coisas fúteis, mas alegavam que só o colega ausente poderia atendê-lo. De entre as coisas que conversavam estava o atraso salarial.

–“A pessoa trabalha tanto, mas o salário que já é pouco, ainda atrasa!”, dizia uma jovem senhorita que ganhava cento e..., por ter certificado de licenciada, mesmo com caligrafia de estilo minhoca, enquanto limava as suas unhas e as soprava com os lábios excessivamente besuntados de um aberrante batom.

Manuel esperou por 40 minutos e o tal colega chegou! Nem perguntou ao cliente a razão da sua presença ali e já saiu aos berros:- “O chefe deu ordens a suspender os pedidos de documentos, pois tem em sua pasta de despacho 1000 solicitações ainda não assinados!”.

-“ Posso falar com o chefe?”, perguntou, aflito, Manuel. -“O chefe há cinco dias que não vem ao serviço. Tem tido muitas reuniões e, hoje, foi ao funeral do colega do seu vizinho. Já comunicou que, depois do funeral estará muito cansado e não virá ao serviço!”, atirou-lhe à cara, aquele funcionário, com um tom de má educação, tentando afinar o português, mas errando cinco em cada dez palavras!

No dia seguinte, Manuel voltou àquela repartição, bem cedo de manhã. Como a entrada era às 8 horas, ele chegou às 7.40h. Até as 9.00 ninguém havia chegado. Às 9 horas e 10 minutos veio a empregada de limpeza, mas não pôde entrar, pois o colega que tinha as chaves não chegara ainda. Este só chegou às 9h.25. A senhora iniciou a limpeza e só terminou às 10h.

Às 10: 20 chegou o primeiro dos 50 funcionários da secretaria, mas não o que tinha a habilidade, o conhecimento, a destreza profunda e a técnica de entregar o formulário e receber os emolumentos. Aquele cientista em recepcionologia só chegou às 11 horas.

-“ Não posso atendê-lo pois a colega que tem as chaves da gaveta ainda não chegou! Ela ligou há pouco tempo, enquanto eu vinha e disse-me, que está a amamentar a bebé e que vai chegar por volta das 12 horas. Eu o aconselho a vir de tarde, pois as 12 horas quando a colega chegar, será hora da pausa para o almoço. Normalmente fechamos as portas às 12 e só voltamos às 14; afinal, saco vazio não fica de pé, né?”, atirou de rajada o funcionário.

-“ Mas, quero já advertir que o chefe comunicou que hoje também não vem, porque tem reunião do partido e ele tem a função, naquela reunião, de iniciar os aplausos no final de cada ideia empolgante do nosso responsável. Esta função dele na reunião é intransferível. Só ele possui este carisma, este dom natural e esta preparação refinada e delicada!”.

Ao ouvir esta verborreia, Manuel, que já era hipertenso, caiu desmaiado, foi levado ao hospital e ficou paralisado para o resto da vida, devido a uma trombose, resultante de tanta humilhação e maus tratos dos funcionários daquela repartição...

... Em Angola, a forma como somos atendemos nas repartições públicas e não só, **parece ser já uma marca registada, uma das sete maravilhas do país...** (pp.139,140-141)

Minhas senhoras e meus senhores,

Trouxemos este texto para a nossa reflexão por uma razão muito simples. Hoje por hoje, quando buscamos serviços nas instituições educativas, de saúde e nas instituições de justiça e não só, quer sejam públicas, ou privadas, a burocracia com que somos atendidos e a maneira como as pessoas são humilhadas e mau tratadas, fica-se com a sensação de que os profissionais que o fazem são **extra terrestre** (com esta expressão, queremos dizer que o profissional deve ter consciência de que nasceu na terra, vive na terra, trabalha na terra e, por este facto, deve tratar os outros com humanidade, com respeito e com dignidade) de um lado;

Do outro lado, fica-se com a sensação de que os profissionais que o fazem são de **“bocação”(salário) em detrimento de “vocação”** (Chikela, 2017), para estes profissionais o dinheiro é o fim último e, a prestação de serviços de qualidade ficam em segundo plano, esta é a primeira nota triste.

A segunda nota triste e última, é a de que, tal como nos últimos anos à luz de Enrique Rojas (sd) entraram na moda certos produtos light: “alimentação sem calorias e sem gorduras, cerveja sem álcool, açúcar sem glicose, tabaco sem nicotina, coca-cola sem cafeína e sem açúcar, manteiga sem gordura” (p.7), assim também nos últimos anos entre aspas se vai gerando um tipo de “profissional light”, um “profissional sem calorias”, um “profissional muito ranhoso”, um profissional sem interesse e nem vontade pelo atendimento ao público, um profissional que depois de receber o seu diploma e certificado, já não quer ler livros nem comprá-los; um profissional que se preocupa com facebook, WhatsApp em detrimento dos alunos, dos doentes e dos arguidos.

Portanto, estas duas notas tristes, reflectem o dia-a-dia das instituições públicas e privadas em Angola hoje; estas duas notas triste, se tornaram para as instituições públicas e privadas em Angola hoje à luz de Pinto (2017) numa **marca registada, infelizmente, se tornaram numa das sete maravilhas do país**; estas duas notas tristes, são indicadores de que, nas instituições públicas e privadas em Angola hoje, temos alguns profissionais deslocados à luz de Kapitiya (2014) (geralmente, estes profissionais, não são comprometidos com o trabalho, mas com o dinheiro).

Agora pergunto aos presentes, na condição de formados em Educação, em Saúde e em Direito: Será que a forma como Manuel foi mau tratado no texto lido, é este tipo de atendimento que queremos manter nas instituições públicas e privadas no país? Será que, aulas ministradas pelos

professores, quando se transformam num momento de **DISTRAÇÃO** (de calúnias, de difamações, de contar histórias, de dizer eu tenho, eu fiz...) como eventualmente pode acontecer, é o ponto de partida e de chegada da Eudacação? Será que, quando os doentes são mau tratados e morrem nos hospitais e centros médicos, por negligência médica, é o ponto de partida e de chegada da Saúde? Será que, quando se condenam pessoas que roubaram uma galinha e se absolvem pessoas que cometaram crimes graves, é o ponto de partida e de chegada da Justiça? Será que vós que tendes hoje o privilégio de recebr diplomas e certificados pelo Instituto Superior Sol Nascente do Huambo, tendes também consciência dos desafios e das sexigências que vos esperam como profissionais? E, por último, como formados, qual na nossa maneira de pensar seria o papel do académico na sociedade angolana hoje?

Na verdade, à luz do texto lido e das duas notas tristes, acima referenciadas, não há mais dúvidas de que estamos em uma sociedade que exige um professor dinâmico, que exige uma nova postura do enfermeiro e do funcionário da justiça. E muitas vezes sentimos que os profissionais não estão preparados para lidar com tantas mudanças que o actual contexto exige.

Por isso, precisamos entender que o professor, o enfermeiro e o jurista são os grandes protagonistas dessa batalha, dessa história de mudança de atitudes e de comportamentos; pois são eles os grandes agentes de transformação da sociedade angolana hoje, este é o grande desafio.

Por isso, a única coisa que me vem à mente aqui e agora, é da necessidade URGENTE da mudança de Atitudes (prédisposição para acção) dos PROFISSIONAIS angolanos, pois o desenvolvimento de um país a todos os níveis, depende, grandemente da competência, do comprometimento e da consciência do dever dos seus profissionais.

Por isso, peço a vós estimados formados pelo Instituto Superior Politécnico Sol Nascente do Huambo, aqui presentes, para que vos dediqueis, vos esforceis nesta vossa nobre missão e, mudar desta feita a actual situação menos boa que se regista em algumas Instituições públicas e privadas. Assim, sereis profissionais **ARTISTAS DA EDUCAÇÃO, ARTISTAS da SAÚDE e ARTISTAS da JUSTIÇA** e elevareis o bom nome do Instituto Superior Politécnico Sol Nascente do Huambo.

Destacamos aqui as expressões de: **ARTISTAS DA EDUCAÇÃO, ARTISTAS da SAÚDE e ARTISTAS da JUSTIÇA**, simplesmente, para poder-se fazer uma comparação metafórica entre o professor, o enfermeiro, o jurista e o artista, no caso concreto um cantor. O cantor quando entre em palco não só canta, mas também encanta. Quando entre em palco, o público “vibra” com o cantor. As senhoras que são mais sensíveis, umas começam a chorar, outras a gritarem e outras ainda a desmaiar de tanta emoção ao ver o cantor a cantar e a encantar. Umas

até, mesmo estando alí com seus maridos ou namorados, são capazes de dizerem ao canto: eu te amo, em vez de dirigir estas palavras para o parceiro que está ao seu lado. Esta emoção que o público sente é sinal de que o cantor penetrou o coração dos seus fãs, tocou a emoção do público. É na verdade uma maravilha ver este espectáculo.

Esta emoção que o público sente quando o cantor entra em palco, deveria ser a mesma emoção que os alunos deveriam sentir na sala de aulas na presença do professor. Onde o professor deveria transformar a sala de aulas num palco onde começa o desenvolvimento do país e não num lugar onde começa a “morte” do país; Esta emoção que o público sente quando o cantor entra em palco, deveria ser a mesma emoção que o doente deveria sentir no contacto com o enfermeiro e com o médico; Esta emoção que o público sente quando o cantor entra em palco, deveria ser a mesma emoção que o arguido deveria sentir na presença do jurista. Esta ideia seria o ideal, mas a realidade nos revela um paradoxo entre a aparição do professor na sala de aulas, do enfermeiro no hospital, do jurista do tribunal e aparição do cantor em palco. Este último artista é mais aplaudido do que os três profissionais. Agora pergunta-se: o quê terá falta nestes profissionais? A resposta é simples: penetrar o coração das pessoas que buscam os seus serviços. Que cada um de nós como profissional reflecta nisso, o que lhe terá faltado para tocar a emoção dos seus clientes.

Em suma, gostaríamos terminar esta conferência da semana académica que marca a outorga de diplomas e certificados dos estudantes formados pelo Instituto Superior Politécnico Sol Nascente do Huambo, dizendo que: “O PAPEL DO ACADÉMICO NA SOCIEDADE ANGOLANA HOJE” consiste em: para o professor **estimular o debate de ideias e a arte de pensar** e ser **ARTISTA DA EDUCAÇÃO**; para os enfermeiros, em **humanizar os serviços de saúde** e ser **ARTISTA DA SAÚDE**; para os juristas, em fazer com que a **justiça seja justa** e ser **ARTISTA DA JUSTIÇA**. Mas esta mudança só acontecerá, quando realmente cada profissional decidir fazer uma revolução interna, quando cada profissional aprender relacionar-se bem com as pessoas; quando cada profissional buscar constantemente o autodesenvolvimento; quando cada profissional valoriza a opinião dos outros; quando cada profissional aprender a viver e conviver na diferença.

(Assim que,) Muito Obrigado Pela Atenção dispensada e almejo êxitos a todos os presentes.

Adriano Tchitawe Savilombo. Huambo-Angola, 8 de Abril de 2019.

Referências

Pinto, H. (2017). Picantes Saborosos ao Âmago: Histórias e Historietas da Vida Comum. Brasil: Editora Visão.

Chikela, C. (2017). Ser professor hoje. Artigo publicado no Jornal de Angola. Dia 21 de Setembro.

Kapitiya, F. (2014). *A B C de Metodologia Científica. Noções práticas de estudo e elaboração de trabalho académico*, (5 ed). Benguela Luanda: Gráfica Aguedense.

Rojas, E. (sd). O Homem Light: Uma Vida Sem Valor. Lisboa: Gráfica de Coimbra.

Savilombo, A. (2018). Potencialidades que a aula oferece para a orientação profissional, artigo publicado no Vol V, n.3, Setembro-Dezembro de 2018 na Revista Órbita Pedagógica com ISSN 2409-0131.

RESENHA

ANA LUÍSA MENDES DA SILVA, D. MANUEL NUNES GABRIEL. *UMA VIDA CHEIA DE DOAÇÃO E SIMPLICIDADE*, LISBOA: ROMA EDITORA, 2017, 173 PÁGINAS.

Carlos Alberto Alves¹

O livro, escreve na Introdução Ana Luísa Mendes da Silva, enfermeira de profissão, tem como finalidade “deixar ao mundo o exemplo de entrega e dedicação à causa Missionária” (p. 18). A escrita do livro nasceu após a autora ter visitado, durante o verão de 2014, com os filhos, o Seminário de Portalegre, local onde viveu os últimos anos “D. Manuel Nunes Gabriel [1912-1996], simplesmente o tio bispo, é assim que me lembro dele. Recordo com saudade os momentos com ele passados durante a minha infância e adolescência. Os passeios a Sintra no seu Volkswagen branco, as férias passadas na Fundada, especialmente o Natal em que se reuniam sobrinhos e sobrinhos-netos, lembro-me da construção do presépio e da missa do Galo celebrada em sua casa para a família e os vizinhos.” (p. 17).

Manuel Nunes Gabriel foi filho de agricultores católicos. Nasceu no dia 20 de dezembro de 1912, no Fouto, freguesia de Fundada, concelho de Vila de Rei, que na altura fazia parte da diocese de Portalegre, criada em 1550, e desde 1956 passou a designar-se diocese Portalegre-Castelo Branco. Com 10 anos de idade, em novembro de 1923, com ajuda do Dr. José de Oliveira Xavier, “o qual pagava as suas despesas e de outros seminaristas” (p. 21) ingressou no Seminário de Gavião (aberto em 1920 e encerrado na década de 50), onde estudou e teve conhecimento da atividade missionária no atual território angolano da Congregação do Espírito Santo e do Imaculado Coração de Maria, conhecidos também por Espiritanos. Frequentou, também, o Seminário de Cucujães e de Portalegre, onde concluiu o curso de Teologia, em 1933, com 16 valores. Como não tinha idade canónica para ser ordenado sacerdote “requereu a sua

¹ Centro de Literatura e Culturas Lusófonas e Europeias, Universidade de Lisboa, Lisboa, Portugal.

transferência para Luanda” (p. 22), onde chegou a bordo do Colonial no dia 29 de outubro de 1933, após 15 dias de viagem.

Com a Portaria de 7 de agosto de 1933, Manuel Nunes Gabriel foi nomeado auxiliar das Missões, tendo sido professor na escola anexa ao seminário de Luanda, numa altura em que a diocese de Angola e Congo tinha cerca de 119 sacerdotes, sendo 8 naturais de Angola, 22 europeus, 85 missionários espiritanos e 4 missionários beneditinos; 32 missões estavam a cargo dos missionários espiritanos e havia 1 missão a cargo das Franciscanas Missionárias de Maria e 7 missões das Irmãs de S. José de Cluny.

No ano em que Manuel Nunes Gabriel chegou a Angola, o Decreto-lei n.º 22 241, de 22 de fevereiro de 1933, aprovou a Constituição Política; o Acto Colonial, aprovado com o Decreto-lei n.º 18570, de 8 de julho de 1930, foi revisto pelo Decreto lei n.º 22 465, de 11 de abril de 1933, para substituir, no seu artigo 24.º, “missões religiosas” por “missões religiosas no Ultramar”; a segunda revisão teve lugar com o Decreto lei n.º 1900, de 21 de maio de 1935, para alterar no artigo 24.º “missões religiosas no Ultramar” para “missões religiosas católicas portuguesas”. Neste contexto, as palavras do sucessor de António de Oliveira Salazar (1880-1970), Marcelo Caetano (1906-1980), em 1935, na revista *Mundo Português*, atestam a grandeza imperial portuguesa: “A África é para nós uma justificação moral e uma *raison d’être* como potência. Sem ela seríamos uma pequena nação; com ela somos um grande país.”

Manuel Nunes Gabriel foi ordenado sacerdote, na Catedral de Luanda, no dia 7 de julho de 1935, por D. Moisés Alves de Pinho (1883-1980), bispo de Angola e Congo (1932-1940) e arcebispo de Luanda (1940-1966).

Em 1936, o padre Manuel Nunes Gabriel iniciou o acompanhamento de seminaristas, tendo sido nomeado reitor do Seminário de Luanda, onde foram formados vários sacerdotes naturais de Angola, entre os quais destacamos: Domingos Gaspar, Alfredo Osório, Manuel Franklin da Costa, Martinho Samba, Lino Guimarães, Vicente José Rafael, Alexandre do Nascimento, Joaquim Pinto de Andrade, entre outros, que foram ordenados entre 1946 e a década de 70. Segundo o depoimento do padre Augusto Farias, missionário da Sociedade Missionária em Angola, o bispo Manuel Nunes Gabriel sofreu imenso com a perseguição feita ao padre Kâmbwa “que, na sua opinião, foi o padre negro mais inteligente ordenado em Angola” (p. 151).

Antes de ser nomeado bispo de Malanje, diocese criada em 1957, durante o período em que esteve em Luanda, preocupou-se com a falta do clero, com as missões religiosas, com o ensino da população negra, dos assimilados (negros e mestiços), da população branca, com os colégios missionários e a assistência aos mais desfavorecidos, a questão os filhos de pai

incógnito e a situação socioeconómica das famílias. Mostrou igualmente a sua apreensão em relação aos monumentos históricos da “época dos descobrimentos e que muitos deles foram deixados ao abandono. Realçou a importância destes monumentos, em que a arquitectura religiosa e militar representada por algumas igrejas e fortalezas, manifestavam o génio nacional que procurou aliar sempre a Cruz de Cristo à espada do guerreiro” (p. 41).

Durante a época em que Nunes Gabriel foi bispo em Malanje, em cuja Sé Catedral foram depositados os seus restos mortais, em 2013, foi criada a escola na missão do Lombe, foram abertas novas paróquias e algumas missões católicas e chegaram novos missionários e missionárias de que a diocese tanto necessitava. Mostrou-se apreensivo com a formação de sacerdotes, com os catequistas, com o ensino das populações, a família, a escola e a catequese, assim como com a “formação integral cristã” (p. 57); realizou vistas pastorais aos distritos de Malanje e de Lunda, a Baixa de Cassange, onde “teve a oportunidade de conversar com os sobas...” (p. 63). O depoimento de D. Óscar Braga, bispo emérito de Benguela e natural de Malanje, dá conta do facto do bispo Manuel Nunes Gabriel ter evitado a “condenação à morte de muitos malanjinhos...” (p. 69).

Como arcebispo coadjutor de Luanda (1962-1966) com direito a sucessão, Nunes Gabriel visitou Maquela do Zombo, escreveu aos missionários e aos católicos uma carta sobre o Concílio Ecuménico do Vaticano II e foi também subscritor, juntamente com outros bispos de Angola, da pastoral coletiva que referiu os documentos conciliares e deu conta das responsabilidades e das novas atitudes dos católicos. Mostrou preocupação com a migração, o urbanismo, a industrialização, o materialismo, as questões de fixação da população no meio rural e a ocupação dos tempos livres. Em defesa do cónego Eduardo André Muaca, em 1966, o bispo Manuel Nunes Gabriel escreveu ao diretor da Polícia Internacional de Defesa do Estado (PIDE), criada em 1945 e que foi reorganizada, tendo estendido as suas competências ao Ultramar com o Decreto lei n.º 39749, de 9 de agosto de 1954, onde se pode ler: “Não me movem outros interesses que não sejam os da Igreja, que tenho o dever de defender e de fazer respeitar e amar à custa de todos os sacrifícios, e os do bom nome da pátria, de que tenho a honra de ser cidadão, embora dos mais modestos.” (p. 81).

O bispo Manuel Nunes Gabriel foi o sucessor de D. Moisés Alves de Pinho no governo da Arquidiocese de Luanda durante os últimos anos do Estado Novo (1966-1975), regime político que vigorou nas ex-colónias e na metrópole até abril de 1974, que fez ressurgir a ideia de império, a consciência colonial, a dilatação da fé cristã e o prestígio da pátria portuguesa. Na verdade, fizeram parte das preocupações do bispo Manuel Nunes Gabriel a questão da família, os problemas sociais, a vida espiritual e intelectual do clero, tal como a sua atualização

pastoral, teológica e missionária, a utilização dos meios de comunicação social, nomeadamente o jornal *O Apostolado* e a Rádio Eclésia, tendo feito apelos “à paz, à união, à ordem e à tranquilidade” (p. 101).

Durante o Estado Novo, foi intensificada a censura e suprimida a prática das liberdades fundamentais de associação, de expressão e de manifestação nos campos político, sindical e cultural, nas ex-colónias africanas e na metrópole. Os opositores ao regime político foram presos e exilados, situação que chegou ao fim com o 25 de Abril de 1974, altura em que foi extinta a Direção Geral de Segurança (DGS), sucessora da PIDE, com o Decreto-lei n.º 171 de 25 de abril de 1974, e o reconhecimento do direito à autodeterminação dos povos africanos, pelo Decreto-lei n.º 203, de 15 de maio de 1974, dando início ao atribulado e complexo processo que permitiu o fim da soberania portuguesa em Angola e a instauração do regime democrático em Portugal.

Como Administrador Apostólico de S. Tomé, onde, durante as visitas pastorais, abordou a questão dos trabalhadores das roças originários de Angola, Cabo Verde e Moçambique; e inaugurou algumas infraestruturas. Em 1967, altura em que foi criada a diocese de Carmona e S. Salvador do Congo (atual diocese do Uíje) tornou-se presidente da Conferência Episcopal de Angola, cargo que desempenhou até 1975. Naquele ano, com 63 anos de idade e 42 anos de presença em Angola, regressou a Portugal, vindo a ser sucedido por D. Eduardo André Muaca (1924-2002).

D. Augusto César, bispo emérito de Portalegre-Castelo Branco, é autor do prefácio do livro, onde recorda a passagem por Luanda, em 1968, proveniente de Moçambique, do diálogo que manteve com o bispo Manuel Nunes Gabriel “sobre a formação dos Seminários, à luz do Vaticano II” (p. 11).

Em maio do mesmo ano, foi expulso de Angola o missionário italiano, membro da Ordem dos Frades Menores Capuchinhos, Adalberto da Postioma, professor no Seminário de Luanda, por ter defendido que a promoção dos naturais de Angola só seria possível com o reconhecimento do direito à independência política.

Augusto Farias, noutro testemunho, destaca a humanidade, a atenção, a pobreza, e a sabedoria do bispo Manuel Nunes Gabriel, que “nas muitas vezes que vinha ou passava pela Missão nunca chegava de mãos vazias. Trazia sempre alguma coisa: uma cesta de laranjas de Kassualala, uma caixa de abacaxi da Kibala, algum livro novo que tenha chegado a Luanda” (p. 147). Manuel Honorato Antunes, missionário Claretiano, realça que as visitas pastorais que o bispo Nunes Gabriel efetuou na década de 70 a S. Tomé e Príncipe, como Administrador Apostólico, mostraram a preocupação para com os “habitantes autóctones, sobretudo aos mais

pobres, e prestou uma especial dedicação aos trabalhadores emigrantes das roças, sobretudo os procedentes de Cabo Verde, Angola e Moçambique” (p. 109).

O bispo Manuel Nunes Gabriel faleceu no dia 20 de outubro de 1996, com 84 anos de idade, após ter sido capelão do Hospital Maria Pia (atual Josina Machel), em Luanda, na década de 1980. Nessa altura, Ana Luísa Mendes da Silva, autora do livro, com 22 anos de idade, não imaginava que alguns anos mais tarde iria pesquisar, durante doze meses, em bibliotecas, para preparar o livro que realça alguns acontecimentos pouco conhecidos da vida do bispo Manuel Nunes Gabriel.

Apesar de não ter frequentado nenhuma universidade, lia imenso e foi um autodidata, “gostava da cultura e promovi-a” (p. 154), como são testemunho os livros que publicou sobre a História Eclesiástica de Angola, a biografia dos bispos da diocese de Angola e Congo, sobre a evangelização de Malanje e Caconda, considerado o berço da evangelização do Planalto Central de Angola. Outras publicações referem as igrejas construídas em Angola e no Congo até ao século XVIII, sobre a presença da Companhia de Jesus (Jesuítas) e, finalmente, sobre D. Afonso I (Mvemba a Zinga ou Zinga Mbemba), rei do Congo no século XVI.

Ana Luísa pretendia deslocar-se a Angola, mas foi aconselhada a não viajar, situação que não permitiu, por exemplo, complementar a informação recolhida na pesquisa realizada em Portugal. Esperemos, entretanto, que no futuro esta obra inspire trabalhos de investigação que possam dar continuidade ao trabalho por si iniciado. Trata-se, na realidade, de um valioso contributo para a história religiosa de Angola e de Portugal.

É um livro que aponta pistas para investigadores da História, da Ciência Política, das Ciências da Educação, da Antropologia, da Sociologia e de todos os que estão interessados em examinar de forma crítica a ação missionária católica e a política em Angola durante o Estado Novo, tendo em conta outros estudos disponíveis, de modo a aferir: a relação dos prelados católicos com as autoridades eclesásticas, civis, judiciais, militares e policiais; o relacionamento dos bispos católicos com os sacerdotes, catequistas, leigos e missionários das congregações religiosas femininas e masculinas que criticaram a política colonial do Estado Novo, por um lado, e os que apoiaram a política daquele regime político, por outro lado.



NORMAS DE PUBLICAÇÃO

1. Os artigos podem ser escritos em português, inglês, espanhol e francês.
2. Têm que ser inéditos e não mais de 20 páginas, notas de pé de páginas incluídas.
3. As resenhas submetidas não devem superar 6 páginas.
4. O envio de artigo deverá ser acompanhado por um abstract no idioma original do artigo e em inglês e no mínimo com três palavras-chave.
5. O formato das letras é Times New Roman 12, justificado e com 1,5 de espaço.
6. Os textos devem ser enviados em formato Word Perfect ou em Word para o PC.
7. Os artigos enviados devem ser assinados pelos autores que também deverão indicar os seus graus académicos e filiação institucional.
8. A redacção da revista reserva o direito de publicar ou não.
9. Haverá sempre um comité externo para avaliação dos artigos.
10. Os títulos dos artigos devem estar na língua original e em caso de necessidade em inglês.
11. As referências bibliográficas e notas de pé de páginas devem ser numeradas. As referências bibliográficas devem ser completas na primeira cita utilizando a norma clássica para as Ciências Sociais e Humanas e Vancouver ou AMA para as Ciências de Saúde.
12. Aceitam-se os projectos de investigação que não superam 8 páginas.

LIVROS ELECTRÓNICOS:

As citas devem começar com o primeiro e último nome do (s) autor (es), título do livro electrónico (em itálico), editor, data de publicação, número da página citada. Endereço Web (Disponível a data da consulta).

PROCESSO DE AVALIAÇÃO E DE SELEÇÃO DOS ARTIGOS:

1. Os artigos devem ser enviados para o e-mail da revista ou do Director nos prazos indicados.

2. A Direcção acusará a recepção do trabalho sem necessariamente manter contacto com o autor antes da decisão final de publicar ou não.
3. Os autores dos artigos são responsáveis pela sua revisão ortográfica e gramatical.

